



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Isabelle de Freitas Caetano

**PENSAMENTO CRÍTICO E ECONOMIA POLÍTICA DO
SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO**

PARA UMA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz,
Segurança e Desenvolvimento, orientada pelo Professor Doutor João Rodrigues e
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Julho de 2019



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Isabelle de Freitas Caetano

**PENSAMENTO CRÍTICO E ECONOMIA
POLÍTICA DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO**
Para uma Teoria Marxista da Dependência nas
Relações Internacionais

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pelo Professor Doutor João Rodrigues e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Orientador: Prof. Doutor João Rodrigues

Coimbra, 2019

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador João Rodrigues pelas suas imensuráveis contribuições à elaboração desta dissertação, pelos sábios conselhos, pela paciência, pela sua flexibilidade e disponibilidade. Esses aspectos foram fundamentais para o decorrer do processo de pesquisa.

Em seguida, gostaria de expressar minha gratidão aos professores Alexandre de Sousa Carvalho, Sofia José Santos e Pascoal Santos Pereira pelas contribuições iniciais à elaboração do projeto de dissertação e acompanhamento das etapas de elaboração textual. Agradeço igualmente aos meus colegas de mestrado no âmbito do Seminário de Acompanhamento por seus importantes comentários para o amadurecimento do presente trabalho de investigação.

Agradeço à minha família, especialmente à minha amada mãe e querido irmão, por todo o suporte que me possibilitou cursar um mestrado em outro país, e por todo seu apoio à concretização dos meus projetos e aspirações. Também tenho de reconhecer que seria um processo muito mais difícil e solitário se não pudesse contar com o companheirismo e a atenção dos meus amigos, motivos suficientes para incluí-los dentre os que tornaram possível esta conquista.

RESUMO

A presente pesquisa visa contribuir para o debate sobre desenvolvimento nas Relações Internacionais, mediante uma abordagem crítica do tema. Para tanto, adota-se como instrumental teórico-metodológico a teoria marxista da dependência, que surge como matriz do pensamento crítico latinoamericano nas ciências econômicas e sociais, a partir dos anos 1960. A proposta investigativa concentra-se na análise dos principais conceitos e categorias elaborados nos trabalhos fundadores dessa matriz teórica, para, em um segundo momento, articular o exame teórico ao estudo de caso da economia política brasileira na conjuntura contemporânea. Esta articulação ampara-se no esforço de atualização da teoria marxista da dependência com a revisão bibliográfica dos trabalhos recentes mais significativos para o amadurecimento da temática. Nesse sentido, é dado enfoque no conceito de subimperialismo enquanto elemento de conexão com as demais categorias da dependência, compreendendo diferentes dimensões nas searas da economia e da política externa. Desse modo, busca-se verificar em que medida as formulações teóricas da teoria marxista da dependência ainda são relevantes para a explicação da conjuntura contemporânea brasileira na forma em que esta se vincula às transformações da economia-mundo nas distintas fases do capitalismo histórico. Quanto ao estudo de caso, buscou-se analisar, de forma comparativa, os contextos históricos-concretos que compreendem as transformações econômicas e as mutações nas estratégias da política externa brasileira que caracterizaram diferentes conjunturas desde a elaboração das categorias de análise que compõem a economia política da dependência com base na realidade regional latinoamericana dos anos 60. Esse processo de análise histórica estende-se aos novos elementos que configuram uma etapa distinta do subimperialismo brasileiro a partir das mudanças em curso durante os governos de Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016). Com base nesses estudos, foi possível concluir que o novo subimperialismo brasileiro assentou-se em um processo de continuidade e de ruptura inserido na complexidade da realidade material e nas contradições do desenvolvimento capitalista nas formas particulares que assume nas economias dependentes da periferia global. Portanto, o subimperialismo é entendido como um fenômeno histórico dinâmico e multidimensional que oferece substanciais possibilidades de análise como uma categoria teórica que procura interpretar o papel do Brasil nos cenários regional e global.

Palavras-chave: teoria marxista da dependência; subimperialismo; desenvolvimento; economia política.

ABSTRACT

This thesis aims to contribute to the critical debate about development in International Relations. To this end, the analytical framework is provided by the Marxist Theory of Dependency. This framework emerged as a branch of Latin American critical theory on development in the 60s. This research relies on the conceptual analysis of the categories elaborated in the initial works within this tradition between the 60s and 80s, especially in Ruy Mauro Marini's writings. The analysis of the conceptual framework is conducted in order to articulate the theoretical categories to the case study of contemporary Brazilian political economy. Therefore, this work also aims to update the Marxist Dependency Theory based on the bibliographical review of the key studies that seek to reinvigorate this theoretical-methodological framework. Special emphasis is placed on the concept of subimperialism as a nexus that establishes connections with the other categories of dependency, relating to different dimensions in the economic and foreign relations fields. In this sense, the main goal of the present investigation is to verify to what extent the theoretical formulations of the Marxist Theory of Dependency can still be relevant to explain the contemporary Brazilian conjuncture, tracing how the concrete economic and social context is linked to the changes in the world economy throughout the distinct phases of historical capitalism. As for the case study, this work sought to compare different historical contexts in the Brazilian economic and political path, emphasizing the economic policies and foreign policy strategies that have characterized different conjunctures since the formulation of the analytical categories of dependency. This historical analysis process integrates the new elements that constitute a distinct stage of Brazilian subimperialism, under the changes that have occurred during the governments of Lula da Silva (2003-2010) and Dilma Rousseff (2011-2016). Based on these studies, it was possible to conclude that the new Brazilian subimperialism is anchored on a process of both continuity and rupture that is part of the concrete reality complexity and of the contradictions of capitalist development in the specific forms manifested in the dependent socio-economic formations of the global periphery. Therefore, subimperialism is perceived as a dynamic and multidimensional phenomenon in the history of dependent capitalism offering rich possibilities as a theoretical category for the interpretation of Brazil's role in the regional and global scenarios.

Keywords: Marxist Theory of Dependency; subimperialism; development; political economy

Lista de Siglas e Abreviaturas

- ALALC: Associação Latino-Americana de Livre Comércio
- ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
- BC: Banco Central
- BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BRICS: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
- CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- COBRADI: Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional
- COLESTE: Comissão Especial de Coordenação de Comércio com o Leste Europeu
- COPOM: Comitê de Política Monetária
- COSIPLAN: Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
- CSS: Cooperação Sul-Sul
- FARCs: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
- FLACSO: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
- FMI: Fundo Monetário Internacional
- FHC: Fernando Henrique Cardoso
- IBAD: Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IED: Investimentos Externos Diretos
- IIRSA: Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana
- IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPES: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
- ISEB: Instituto Superior de Estudos Brasileiros
- MERCOSUL: Mercado Comum do Sul

OEA: Organização dos Estados Americanos

ONU: Organizações das Nações Unidas

PAI: Programa de Ação Imediata

PIB: Produto Interno Bruto

PIN: Programa de Integração Nacional

PCB: Partido Comunista Brasileiro

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PT: Partido dos Trabalhadores

SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito

TIAR: Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TMD: Teoria Marxista da Dependência

TNP: Tratado de não proliferação de armas nucleares

UNASUL: União de Nações Sul-Americanas

UnB: Universidade de Brasília

UNCTAD: Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

URV: Unidade Real de Valor

USP: Universidade de São Paulo

YPFB: Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos

SUMÁRIO

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Lista de Siglas e Abreviaturas	6
Introdução	10
Parte I: Introdução à teoria marxista da dependência	16
Capítulo 1: O pensamento crítico latinoamericano: Da CEPAL à Teoria da Dependência	17
1.1. O debate sobre desenvolvimento na periferia: os anos 50 e a CEPAL	17
1.1.1. A escola estruturalista latinoamericana e sua contribuição à noção inicial de dependência	23
1.2. Teoria da Dependência: primórdios e evolução	27
1.2.1. A década de 60 e o declínio do estruturalismo cepalino	27
1.2.2. A ascensão da escola dependentista como nova tendência do pensamento político-econômico latinoamericano	30
1.2.3. Os antecedentes teóricos da teoria da dependência e suas vertentes	36
Capítulo 2: A dependência enquanto categoria de análise - aportes da teoria marxista da dependência	44
2.1. A transferência de valor como intercâmbio desigual no âmbito da divisão internacional do trabalho	49
2.1.1. A lei do valor no mercado mundial e o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho	49
2.1.2. As formas de transferência de valor entre economias dependentes e economias dominantes	56
2.2. A cisão nas fases do ciclo do capital	63
2.3. A superexploração da força de trabalho	69
Parte II: Economia política do subimperialismo no estudo de caso brasileiro	75
Capítulo 3: Convergências entre a economia política nacional e internacional: o estudo de caso do Brasil	76
3.1. Situando a teoria marxista da dependência na trajetória de evolução da teoria marxista do imperialismo	76

3.2. A categoria do subimperialismo: a forma particular de expansão do capitalismo na economia dependente a partir da experiência brasileira	85
3.2.1. A política externa brasileira durante a ditadura militar e a relação Brasil-Estados Unidos	95
Capítulo 4: Novos aportes da Teoria Marxista da Dependência: a atualização da categoria e do fenômeno histórico subimperialista	103
4.1 As transições da economia política do subimperialismo na etapa do neoliberalismo	103
4.1.1 A natureza da dependência e os caminhos para o desenvolvimento na periferia latinoamericana: A visão de Fernando Henrique Cardoso	110
4.1.2 A integração subordinada do Brasil ao processo globalizante nos governos de Fernando Henrique Cardoso e os impactos da conjuntura para a análise do subimperialismo brasileiro	119
4.1.3. Notas sobre a política externa de FHC	125
4.2. A revitalização dos estudos sobre o subimperialismo brasileiro no século XXI: uma análise crítica da política externa do Partido dos Trabalhadores	128
4.2.1 A integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana	132
4.2.2 A internacionalização do agronegócio brasileiro	134
4.2.3 O avanço da Petrobrás sobre o gás natural boliviano	136
4.2.4 A política externa dos governos petistas e a projeção internacional brasileira	140
Conclusões	147
Referências Bibliográficas	153

INTRODUÇÃO

O tema do desenvolvimento ocupa espaço mais relevante no âmbito dos organismos internacionais com o fim da Segunda Guerra Mundial. Essa característica do contexto pós-guerra relaciona-se às mudanças na esfera global que reordenam as relações de força no sistema econômico e geopolítico mundial. Nessa conjuntura marcada pela emergência dos Estados Unidos enquanto potência hegemônica, a recuperação econômica dos países europeus arrasados pelo confronto militar, em um primeiro momento, e a preocupação com os problemas dos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo, em uma segunda etapa, constituem-se como a prioridade dos movimentos financeiros em escala internacional.

Nesse quadro, é estabelecida uma nova divisão internacional do trabalho à medida que se intensificam os movimentos do capital estrangeiro, com os investimentos externos diretos desempenhando uma função primordial à integração dos sistemas produtivos entre centro e periferia globais. Assim, a teoria do desenvolvimento ergue-se como o pilar ideológico-programático do movimento de integração dos mercados mundiais. É nesse âmbito que as assimetrias das relações entre centro e periferia globais assumem uma centralidade no debate das ciências econômicas e sociais.

Com efeito, na conjuntura marcada pela polarização da Guerra Fria, ocorrem iniciativas de aproximação entre os eixos periféricos do sistema global. A conferência de Bandung, em 1955, é comumente identificada como o marco inicial da ação internacional em prol de uma aproximação dos países do Eixo Sul, criando as bases que levariam ao Movimento dos Não Alinhados, em 1961. É por meio dessas iniciativas que países da Ásia, África e América Latina, identificando os problemas que apresentavam em comum, visam buscar soluções conjuntas que concretizem seus interesses por maior independência e autonomia.

No contexto latinoamericano, a atmosfera internacional no que concerne ao movimento de descolonização e terceiro mundista reflete-se no cenário político regional, bem como no campo das ciências sociais e humanas. É assim que a busca por maior autonomia na produção do conhecimento procura apresentar alternativas à teoria dominante sobre desenvolvimento, devido à percepção de que os principais estudos e pesquisas nessa área partiam dos países centrais, desconsiderando as particularidades históricas, econômicas, políticas, sociais e culturais das nações subdesenvolvidas. Na seara dos estudos sobre

desenvolvimento surgem duas matrizes de pensamento latinoamericanas: o estruturalismo histórico da Cepal e a teoria da dependência.

A presente pesquisa se debruça sobre esse contexto de surgimento da teoria da dependência na medida em que esta se articula a um debate mais amplo sobre o desenvolvimento no pensamento crítico latinoamericano. Diante da ausência de uma unidade teórica no corpo da escola dependentista, este trabalho busca situar-se entre as divergências dos seus diferentes formuladores mediante o enfoque a partir da vertente marxista da escola da dependência. Isso porque, para os propósitos desta dissertação, a teoria marxista da dependência (TMD) é a que oferece o arcabouço teórico-metodológico mais consolidado e apropriado à consecução dos objetivos da pesquisa, como será demonstrado ao longo de toda a produção textual.

Nesse sentido, é no seio das formulações dos estudiosos que integram os debates originários da TMD, no auge das discussões sobre a dependência dos países latinoamericanos nos anos 60 e 70, que são elaboradas as principais categorias de análise da condição estrutural de dependência, assentadas no instrumental teórico-metodológico da tradição do marxismo científico. Notadamente, é na obra de Ruy Mauro Marini em que as categorias de transferência de valor por intermédio do intercâmbio desigual, de cisão nos ciclos do capital, de superexploração da força do trabalho e de subimperialismo são desenvolvidas, apresentando-se como ferramentas de análise fundamentais para a compreensão das assimetrias nas relações internacionais nas formas como estas se concretizam no interior das economias dependentes.

O enfoque na obra de Marini justifica-se por diferentes razões. Primeiramente, é consenso entre muitos estudiosos da teoria marxista da dependência, no esforço de sistematizar as diferentes contribuições de seus autores ao longo dos anos, que foi na produção teórica do referido autor que a TMD passa pelo seu amadurecimento enquanto um campo teórico coerente. Ademais, o trabalho de Marini estabelece a conexão essencial entre os aportes da teoria marxista do imperialismo com a teoria do valor marxiana, que converge na sua conceituação acerca do subimperialismo. Por sua vez, é a partir do conceito de subimperialismo que se permite estabelecer o diálogo com a teoria das relações internacionais e a economia política marxista. Finalmente, as categorias formuladas por Marini, em suas diferentes articulações entre si e com a realidade material, foram utilizadas pelo autor para o estudo concreto da conjuntura interna brasileira, sem desconsiderar seus vínculos com os aspectos sistêmicos da economia capitalista mundial. Por isso, com a pretensão de manter a riqueza analítica do método dialético marxista em seus níveis de

conexão entre o abstrato e o concreto, este esforço de pesquisa encontra nas categorias do pensamento marxista o instrumental teórico-metodológico mais adequado à análise do estudo de caso da realidade brasileira.

Quanto à metodologia, o método empregado orienta-se pelo materialismo histórico dialético, tendo como núcleo de abordagem a teoria do valor de Marx na forma como tem sido trabalhada pela teoria marxista da dependência, com enfoque no contexto histórico-concreto do estudo de caso. Como método de procedimento, o presente trabalho de investigação consiste em pesquisa de cunho qualitativo, com análise conceitual que permite estabelecer as delimitações teóricas do objeto de estudo, trabalhando com suas definições fundamentais e elementos caracterizadores. Quanto às fontes, a pesquisa realizada detém-se sobre a revisão bibliográfica das obras fundadoras da teoria marxista da dependência, além das contribuições contemporâneas presentes em livros, artigos para revistas científicas e teses acadêmicas que buscam atualizar os trabalhos clássicos.

Ademais, também foram consultados documentos públicos de livre acesso na Internet, artigos da imprensa brasileira, bem como séries históricas de dados acerca da economia brasileira apresentados pelo Banco Central, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para sustentar as conclusões desta pesquisa e possibilitar a consecução dos objetivos pretendidos, os dados estatísticos de diferentes conjunturas (sobre comércio externo, fluxos de investimentos no exterior e movimentos de capitais internacionais), integradas no recorte temporal do estudo de caso, foram analisados de forma comparativa e atrelada às etapas distintas da política econômica e externa dos governos brasileiros desde o contexto de formação da teoria marxista da dependência nos anos 60.

A opção pelo estudo de caso da economia política brasileira dá-se em decorrência da importância que a conjuntura do país, nos anos 60 e 70, ocupa na formulação da teoria marxista da dependência, especialmente nas contribuições de Marini. Nesse sentido, é possibilitada a análise dos aspectos econômicos e da estrutura de classes interna em suas conexões com a análise geopolítica e da política externa brasileira. Desse modo, é nos possíveis diálogos entre essas diferentes esferas, que a teoria marxista da dependência se debruça sobre as variáveis da materialidade concreta, no seu movimento dialético de transformação que acompanha o devir histórico.

Diante disso, coloca-se a seguinte problemática: Em que medida as formulações teóricas da teoria marxista da dependência ainda são relevantes para a explicação da

conjuntura contemporânea brasileira em seu vínculo necessário com as transformações mais recentes da economia capitalista mundial?

Para tentar respondê-la, são traçados os seguintes objetivos: como objetivo central, a presente pesquisa procura investigar as possibilidades teóricas atuais de explicação da economia política da dependência em sua forma estrutural contemporânea, a partir das categorias formuladas nos trabalhos clássicos da teoria marxista da dependência. Dentre os objetivos específicos, tem-se: a) assinalar e revisar o contexto de surgimento da teoria marxista da dependência como parte de um movimento maior do pensamento crítico latino-americano na década de 60; b) examinar as categorias fundamentais desenvolvidas por Ruy Mauro Marini para a explicação das diferentes variáveis da dependência; c) identificar as conexões entre a teoria marxista do imperialismo e a tese do subimperialismo, elencando as particularidades da definição de Marini sobre o fenômeno histórico subimperialista; d) por fim, analisar o estudo de caso com base nos aportes atuais da economia política do subimperialismo.

Com base nesses objetivos, esta pesquisa organiza-se de acordo com a seguinte estrutura. No primeiro capítulo, esboçamos o debate sobre desenvolvimento que se opera no âmbito internacional e regional no contexto dos anos 60, a partir das rupturas trazidas pelas matrizes teóricas latinoamericanas, notadamente o estruturalismo cepalino e a teoria da dependência. Quanto à primeira, destacamos os pontos principais dos seus estudos mais relevantes, bem como sua repercussão no clima político da América Latina. Na sequência da crise do pensamento cepalino e do modelo de industrialização por substituição de importações, detemo-nos sobre as elaborações iniciais da teoria da dependência, salientando suas críticas às formulações da Cepal diante dos novos elementos na conjuntura econômica e política latinoamericana. Sublinhamos o debate entre os principais integrantes da escola da dependência, buscando localizar suas diferentes vertentes e introduzir a teoria marxista da dependência, em seus pontos de convergência e divergência com a abordagem de outros dependentistas, notadamente da polêmica da discussão teórica traçada entre Marini e Fernando Henrique Cardoso.

No segundo capítulo, é dada ênfase na construção do corpo teórico da TMD por meio do exame detido das categorias que o integram. Desse modo, o capítulo concentra-se na análise da obra de Marini e nos seus elementos de articulação com a teoria do valor marxiana. São apresentadas e discutidas três categorias integrantes do conceito de dependência: a transferência de valor como intercâmbio desigual, destacando as formas

como esta se opera; a cisão nas fases do ciclo do capital e seus desdobramentos no interior da economia dependente, na medida em que se reflete no divórcio entre a estrutura produtiva e a necessidade das massas; e, finalmente, a superexploração da força de trabalho, que se vincula às categorias anteriores como um mecanismo de compensação da transferência de riqueza no âmbito da divisão internacional do trabalho, estabelecendo o elo entre as determinações econômicas externas e as manifestações de caráter estrutural da dependência no interior da economia nacional.

Partindo do estudo das categorias examinadas no segundo capítulo, o capítulo seguinte procura articular essas diferentes variáveis da economia política da dependência com o estudo de caso concreto, mediante o aprofundamento da análise acerca do subimperialismo. Nesse sentido, o subimperialismo é compreendido tanto como fenômeno histórico quanto como categoria teórica, sendo o conceito a partir do qual articulam-se as diferentes categorias da teoria marxista da dependência. A primeira etapa desse exercício de articulação consiste em esclarecer os pontos de convergência com a teoria marxista do imperialismo, desde as contribuições de autores clássicos, como Lênin, Hilferding e Bukharin, atravessando, sucintamente, as obras dos neomarxistas. Nesse momento, também são discutidos os pontos centrais da tese do subimperialismo que complementam a literatura marxista sobre o imperialismo, adicionando novos elementos. Na segunda etapa, é realizado o estudo da tese do subimperialismo com base nos textos clássicos de Marini que se debruçam sobre a questão, abordando as diferentes dimensões que compõem o conceito, de forma integrada ao estudo de caso.

No último capítulo desta dissertação, é dada continuidade à análise concreta da conjuntura brasileira em momentos distintos, traçando o caminho que orienta a revisão atual da teoria da dependência com base nas novas características da economia-mundo e da conjuntura econômico-política brasileira. Inicia-se com a análise do período de ofensiva neoliberal, traço predominante da década de 90 em diversos países latinoamericanos, inclusive o Brasil. No contexto nacional, o enfoque consiste nas transformações operadas na economia brasileira a partir das escolhas políticas adotadas nos governos de Fernando Henrique Cardoso, que também figura como um dos expoentes mais conhecidos da teoria da dependência. Esse diálogo entre produção teórica e orientação política de aplicação concreta na realidade é explorado, na medida em que possibilita delimitar, com mais afinco, as divergências irreconciliáveis da teoria marxista da dependência com a visão de Cardoso acerca de pontos cruciais para a consolidação da perspectiva da TMD sobre as possibilidades de desenvolvimento no capitalismo dependente. Ademais, essa abordagem crítica do

desenvolvimento conecta-se ao esforço final deste trabalho de exame da conjuntura contemporânea brasileira submetendo as perspectivas do neodesenvolvimentismo aos aportes críticos da tese do subimperialismo, na forma como vem sendo debatida pelos estudos mais recentes que buscam renovar a teoria marxista da dependência.

PARTE I: INTRODUÇÃO À TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

CAPÍTULO 1: O PENSAMENTO CRÍTICO LATINOAMERICANO: DA CEPAL À TEORIA DA DEPENDÊNCIA

1.1. O debate sobre desenvolvimento na periferia: os anos 50 e a CEPAL

A questão do desenvolvimento socioeconômico dos países tidos como subdesenvolvidos tem estado presente no debate científico e político do Ocidente pós-Segunda Guerra. Na América Latina, é a partir da década de 50 que o tema passa a configurar-se no centro da produção das ciências econômicas e sociais, constituindo um campo de estudo cada vez mais autônomo e multidisciplinar. A problemática também se posicionou, no contexto do período indicado, na centralidade dos debates políticos no âmbito interno de diversos países latinoamericanos, a partir do nacional-desenvolvimentismo. Além disso, o desenvolvimento figura como preocupação prioritária de organismos internacionais interessados em indicar o melhor percurso a ser percorrido pelos países subdesenvolvidos rumo à superação do seu estágio de atraso em comparação às economias fortes e consolidadas, que já haviam atingido o progresso e a modernização desejáveis (Agarwala & Singh, 1969; Kay, 1991; Lima, L. B., 2010; Mello, 2009).

Nesse contexto, as teorias do desenvolvimento procuravam estabelecer uma série de diagnósticos, medidas e prescrições acerca das causas do subdesenvolvimento e das soluções mais eficazes que poderiam ser adotadas pelos governos de economias atrasadas. (Sunkel, 1977). O trabalho do economista estadunidense Rostow (1960 *apud* Santos, 2000) ilustra esse pensamento por apresentar um modelo programático para o desenvolvimento das economias periféricas baseado na elaboração de estágios para o alcance da modernização por tais países.

Ademais, a teoria do desenvolvimento dominante nesse cenário é consolidada a partir da reordenação dos polos de poder na conjuntura internacional pós-guerra. Esse quadro fora marcado pela ascensão dos Estados Unidos (EUA) como maior economia global, implicando a expansão do capital estadunidense para outros países, em razão da necessidade de alargamento do mercado e de novos investimentos para o setor industrial fortemente desenvolvido.

Aliada à hegemonia hemisférica dos EUA nessa nova ordem mundial, é estabelecida uma estrutura institucional composta por organismos financeiros e monetários

internacionais, que compõem o Sistema Bretton Woods, por meio do qual é estabelecido o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que, mais tarde, dá origem ao Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Destarte, nesse sistema de integração internacional estruturado sob as novas formas assumidas pelo capitalismo global, identifica-se a necessidade de transferência da produção e de capital dos polos centrais de poder econômico para os periféricos.

Entre os fatores que propulsionam esse deslocamento encontram-se as inúmeras vantagens oferecidas pelos países subdesenvolvidos, como a mão-de-obra barata, as vantagens fiscais, dentre outros incentivos e concessões oferecidos para a instalação de indústrias estrangeiras nesses países. Todavia, consoante expressa Santos (2000), esse fenômeno de abertura ao capital e à indústria estrangeiros acabou por dificultar o desenvolvimento socioeconômico dessas economias, além de comprometer sua autonomia e soberania, por submeterem seus objetivos e metas nacionais ao interesse externo.

Ao lado dessas características do rearranjo do sistema internacional, identificam-se algumas transformações no campo intelectual e político latinoamericano. No âmbito das ciências sociais e humanas, fortalece-se o movimento dos pesquisadores e estudiosos do subcontinente em busca de maior autonomia e originalidade intelectual, uma vez que a produção científica do período se concentrava, majoritariamente, nos países desenvolvidos (Kay, 1991). Assim, floresce o desejo pela delimitação de um campo teórico crítico latinoamericano, expresso no trabalho desenvolvido pelos intelectuais dedicados à compreensão da realidade social, cultural, econômica e política da América Latina.

Na seara dos estudos sobre desenvolvimento, essa iniciativa visava a rejeição da “importação” do conhecimento originado nos eixos centrais de poder, uma vez que este ignorava as particularidades histórico-sociais dos países iberoamericanos ao defender fórmulas desenvolvimentistas abstratas e a-históricas e, portanto, com pretensa aplicação universal. É nesse cenário propício à produção científica independente que a atenção das pesquisas e dos projetos promovidos pelos organismos internacionais concentra-se na necessidade de entender os pormenores do desenvolvimento regional, identificando as causas e condicionantes envolvidas nesse processo.

Desse modo, dentro do quadro da Organização das Nações Unidas (ONU), é criado um órgão específico para estudar, avaliar e orientar o caminho em direção ao desenvolvimento socioeconômico dos países latinoamericanos. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) nasce, então, a partir do interesse em apreender os fatores histórico-estruturais que condicionavam o desenvolvimento da região. Assim, a

ONU, enquanto organismo internacional dotado de influência e prestígio, representava os esforços em prol da diminuição das desigualdades entre Centro e Periferia, que caracterizavam o sistema internacional vigente no século XX.

Diante disso, percebe-se o empenho da produção científica em demonstrar a possibilidade e a capacidade das economias periféricas desenvolverem-se e atingirem o status econômico e social dos países desenvolvidos. As comissões regionais da ONU representavam o desejo de inserir as economias subdesenvolvidas no comércio internacional, ao reconhecer a necessidade de integrá-las a uma estrutura de livre comércio internacional mais igualitária. Identificando-se com essas propostas, a CEPAL é criada em 1948, em Santiago, Chile, constituindo-se, inicialmente, como um órgão experimental cuja finalidade residia na elaboração de estudos que viabilizassem e facilitassem o processo de superação do subdesenvolvimento (Bielschowsky, 2000).

Destarte, a CEPAL reuniu especialistas, incluindo renomados economistas latinoamericanos, pesquisadores, professores universitários, e uma extensa equipe técnica com representantes de diferentes Estados do continente americano, bem como de organismos internacionais. A comissão foi responsável por uma ampla produção científica baseada na coleta de dados, produção de relatórios e análises pormenorizadas sobre as causas estruturais e os elementos intrínsecos ao subdesenvolvimento da América Latina. Nessa toada, o quadro de estudiosos que integravam a instituição, que se caracterizou pela sua interdisciplinaridade e pela abrangência pluralista do material produzido, entendiam a importância de compreender as particularidades regionais, tanto na seara econômica quanto histórico-social (Bielschowsky, 2000; Pinto, 2012). Essa abordagem é defendida como indispensável para a elaboração de modelos de desenvolvimento compatíveis com a realidade do subcontinente, não estando, portanto, limitados por prescrições universais derivadas de noções abstratas que procuravam explicar o atraso econômico tendo como base histórica e geográfica os países centrais.

Assim, os intelectuais cepalinos procuraram entender as características próprias do desenvolvimento latino-americano, contribuindo para a evolução dos estudos sobre desenvolvimento ao possibilitar uma melhor compreensão da condição periférica e dos elementos que condicionam a superação desse *status*. É nessa toada que o debate sobre o desenvolvimento ocupa, na década de 50 na América Latina, uma posição de destaque a partir da intensificação da produção científica sobre a problemática (Bielschowsky, 2000). É inequívoca a importância da CEPAL nesse contexto, especialmente por introduzir à discussão desenvolvimentista categorias de análise e métodos ancorados na óptica

estruturalista. Diante disso, é cediço que o estruturalismo cepalino e, mais tarde, a teoria da dependência, a qual fora grandemente influenciada pelas discussões que tiveram a CEPAL como palco, constituem as escolas de pensamento latinoamericanas mais relevantes nesse cenário, produzindo reflexos para além da esfera intelectual do subcontinente.

Nesse âmbito, a escola estruturalista latinoamericana teve o mérito de acrescentar aos estudos sobre desenvolvimento elementos antes ignorados ou negligenciados pelas correntes econômicas ortodoxas, identificadas como as teorias clássica e neoclássica. Além da oposição à ortodoxia econômica e à teoria da modernização liberal, o estruturalismo cepalino trouxe à baila a discussão acerca da dicotomia centro-periferia. Além disso, buscou associar como as relações entre esses dois polos estavam intrinsecamente interligadas ao processo de acumulação e distribuição capitalista a nível mundial, refletindo-se nas assimetrias responsáveis pelo desenvolvimento de uns e o subdesenvolvimento de outros. Nesse sentido, os teóricos da instituição procuraram reformular a noção de subdesenvolvimento, atrelando-a às características próprias do processo histórico de inserção da América Latina na ordem capitalista global, e, reconhecendo, destarte, os elementos estruturais que explicavam e condicionavam a posição dos países do subcontinente nessa ordem.

Um desses teóricos mais proeminentes no quadro de estudiosos que formavam a CEPAL trata-se do economista argentino Raúl Prebisch, considerado fundador da escola estruturalista. As reflexões contidas nos seus trabalhos iniciais instituíram os pilares sobre os quais seriam desenvolvidas as pesquisas, os relatórios, as recomendações, os modelos e os projetos acerca do desenvolvimento latinoamericano nos primeiros anos de produção científica da comissão. Assim é que os frutos teórico-metodológicos do trabalho dos estudiosos cepalinos entre 1950 e 1960 são considerados por Bielschowsky (2000) como as contribuições mais originais e relevantes da instituição.

Considera-se, então, que o “Manifesto Latino-Americano” redigido por Presbich representa o documento inaugural dessa corrente teórica, responsável por apresentar o sistema centro-periferia como elemento imprescindível à análise do quadro de subdesenvolvimento econômico. Nesse sentido, o autor identifica a posição dos países latino-americanos na periferia global, devido à função que desempenham na divisão internacional do trabalho como fornecedores de produtos primários aos países industrializados do centro. Essa distinção entre os países exportadores de matérias-primas e aqueles que exportam bens industrializados apresenta-se, então, como o aspecto elementar das relações centro-periferia (Presbich, 1951/2000).

Todavia, o ponto principal da análise de Prebisch (1951/2000) consiste em reconhecer que essa especialização produtiva não gera os mesmos ganhos econômicos para as nações que participam desse intercâmbio comercial. Em outras palavras, o estruturalismo cepalino considera que as dificuldades e obstáculos enfrentados pelos países não-industrializados derivam, em grande medida, das dinâmicas estabelecidas por essa divisão internacional do trabalho, responsável por aprofundar ainda mais as diferenças entre esses dois polos.

Assim, a explicação para essa disparidade relaciona-se à forma como os ganhos resultantes do intercâmbio comercial distribuem-se pela estrutura produtiva dos países, sendo esta distribuição muita mais homogênea e equitativa nos países avançados industrialmente, resultando também em benefícios sociais para a população. Por outro lado, nos países periféricos, os ganhos concentravam-se essencialmente no setor agropecuário, beneficiando somente uma elite agrária, e, como consequência, obstaculizando a diversidade produtiva e a industrialização dessas economias. Além disso, o economista cepalino acrescenta que a forma como essa relação centro-periferia se organiza acaba por ser ainda mais prejudicial para as economias subdesenvolvidas na medida em que, os países da periferia transferem parcela do fruto de seu próprio progresso técnico para os países centrais. Isto é, a distribuição de ganhos entre países industrializados e países fornecedores de produtos primários implica a deterioração dos termos de troca.¹

Esta resulta da maneira assimétrica como constitui-se o sistema produtivo no Norte e Sul globais, bem como da natureza cíclica do capitalismo. Assim, a responsabilidade pelas perdas geradas em razão da alternância entre os ciclos (fase de crescimento oscilando com períodos de crise) nas economias centrais acaba recaindo sobre os países periféricos. Isso se dá mediante a desvalorização no valor de troca dos produtos primários que permite a manutenção dos preços dos bens manufaturados dos países desenvolvidos. Ou seja, em vez da especialização decorrente da divisão internacional do trabalho proporcionar a absorção dos ganhos de produtividade pelos países exportadores de bens primários, estes eram transferidos para as nações com industrialização avançada.²

Ademais, Prebisch (1962/2000) também atribui esse fenômeno aos fatores internos das economias de capitalismo tardio, como a própria dinâmica do sistema produtivo que não permitia a distribuição homogênea dos ganhos, aliada ao excedente de mão-de-obra nas

¹ *Idem, ibidem.*

² *Idem, ibidem.*

atividades primárias, isto é, no setor agropecuário e extrativista. Nesse sentido, o progresso técnico distribuiu-se de forma lenta e irregular na estrutura produtiva periférica, constituindo-se como barreira para a inserção da população ativa na atividade produtiva, o que acarreta desemprego e salários baixos. Não ocorre, portanto, a integração do excesso populacional no mercado de trabalho, nem o aumento da sua renda e do seu poder de consumo.

Tais obstáculos encontrados no mercado interno das economias subdesenvolvidas combinam-se com outros elementos apontados pelo supracitado autor. Por exemplo, o progresso tecnológico dos países desenvolvidos e suas medidas protecionistas faziam com que a demanda por matérias-primas e alimentos não ascendesse significativamente. Enquanto que, por outra via, a demanda das economias periféricas por produtos industrializados era crescente e superior ao seu poder de pagá-los, acarretando déficits constantes na balança de pagamentos. São esses fatores que compõem o quadro de desvantagens apresentadas à periferia no esquema de desvalorização dos termos de intercâmbio, consoante explicado por Prebisch nos documentos que redigiu nos anos inaugurais de seu trabalho na CEPAL.

É desse modo, então, que a relação centro-periferia entra na pauta central do debate sobre desenvolvimento na América Latina. Os esforços científicos realizados por esses pesquisadores concentraram-se na busca por um modelo desenvolvimentista que remediasse as perdas sofridas pelos países periféricos, derivadas da sua integração ao sistema capitalista mundial. Para tanto, a obra cepalina ficou conhecida por defender, nos trabalhos elaborados por Prebisch e outros integrantes da comissão influenciados por ele, um modelo de desenvolvimento pautado na industrialização dos países latino-americanos como saída para o quadro apresentado.

Nesse aspecto, não bastava o aumento da produtividade do setor primário, já que este, como visto, era incapaz de conduzir ao crescimento das economias periféricas. Em vez disso, o pensamento preponderante na CEPAL era o de que somente a solidificação do setor industrial periférico, num modelo de substituição de importações, era capaz de reduzir as assimetrias entre centro e periferia. Nessa esteira, o modelo desenvolvimentista cepalino afirma a importância do processo de industrialização como único meio de que os países da região poderiam dispor para reter parte dos frutos do progresso técnico. Esse processo, com um planejamento estatal eficaz, seria capaz de proporcionar o crescimento de todo o sistema produtivo, conseguindo empregar, conseqüentemente, o excedente de mão-de-obra, estruturando e ampliando o mercado interno. Desse modo, seria possível reter os ganhos de

produtividade ao invés de transferi-los para os países centrais conforme ocorria no modelo baseado na especialização produtiva do setor primário exportador.

Entretanto, para que isso fosse possível, seria necessário, segundo asseveram os economistas cepalinos de orientação prebischiana, a presença forte do Estado na condução do processo de industrialização dos países latino-americanos. É aquele, portanto, que deve orientar a atividade industrial, intervindo direta ou indiretamente no setor. Ademais, o desenvolvimento da atividade industrial deveria estar acompanhando da adoção de uma série de medidas protecionistas que protegessem o setor industrial embrionário da entrada dos produtos manufaturados produzidos nas economias desenvolvidas.

Com efeito, esse modelo desenvolvimentista, que ganhou espaço entre os especialistas da CEPAL, contrariava as propostas recomendadas pelos organismos monetários e financeiros internacionais, que preconizavam a ampla abertura econômica como elemento indispensável para a formação de uma economia avançada. É nesse aspecto que o pensamento cepalino configura-se como fundamentalmente importante para o estabelecimento de uma ciência econômica gerada no seio da atividade intelectual da América Latina. Essa abordagem procurou afastar-se das fórmulas pretensamente universais originadas pela produção científica dos países nortenhos enquanto construía uma escola teórico-metodológica independente.

1.1.1. A escola estruturalista latinoamericana e sua contribuição à noção inicial de dependência

O contexto econômico e geopolítico em que fora instituída a CEPAL caracterizou-se pelas consequências provenientes das duas guerras mundiais e da crise de 1929, além da proliferação de organismos internacionais e multilaterais e da constituição de novas potências econômicas paralelamente à busca por maior independência e autonomia das ex-colônias na África, Ásia e América Latina. Esses fatores implicavam a reestruturação da ordem econômico-financeira global e evidenciavam a necessidade de se pensar a questão do desenvolvimento, daí constituindo-se como um momento histórico fértil para a ciência econômica, em que as diferentes correntes analíticas que passavam a surgir procuravam ir além do pensamento liberal ortodoxo. É nesse diapasão que a defesa do *laissez-faire* como pensamento econômico dominante passa a ser questionada por novas teorias que procuravam

salientar a importância da presença do Estado como ator ativo das políticas de desenvolvimento.

Essas tentativas de renovação da ciência econômica tradicional foram em grande parte influenciadas pela escola Keynesiana, instituída pelo economista inglês John Keynes na década de 30, que preconizava a intervenção dos Estados nacionais no controle do mercado, afastando a crença liberal que este era capaz de se autorregular. Nessa toada, não apenas o controle estatal sobre a economia era necessário, como também a promoção de políticas afirmativas que fossem capazes de garantir o bem-estar da população, dirimindo as desigualdades e os problemas estruturais que eram agravados pela atuação irrestrita do livre mercado (Prebisch, 1991).

Dando continuidade a essas premissas, a construção da linha de análise histórico-estrutural no âmbito dos estudos sobre desenvolvimento pautou-se, também, no reconhecimento da necessidade de superação da ortodoxia liberal. Partia-se, assim, do entendimento de que esta não era capaz de apresentar respostas suficientemente satisfatórias acerca das causas da pobreza, do atraso econômico e das desigualdades sociais nos países do Terceiro Mundo, nem sobre as formas eficazes de superar tais variáveis. Pelo contrário, agravavam ainda mais esse quadro problemático (Rodríguez, 1981).

A conscientização a respeito dos elementos estruturais derivados de um processo histórico específico, que não apresentou as mesmas características do caminho percorrido pelas nações do Norte, representou, destarte, um ponto fundamental na discussão sobre as melhores vias de condução ao desenvolvimento dos países periféricos. Desse modo, esses dois fatores não podem escapar à análise sobre as causas e demais variáveis que integram a problemática desenvolvimentista, uma vez que são deles que derivam as estruturas econômica, social e política que condicionam o avanço das economias subdesenvolvidas. Apreender esses elementos e características é, portanto, fundamental para elaborar estudos que satisfaçam as necessidades específicas das nações periféricas e sejam capazes de conduzir a modelos e projetos de desenvolvimento satisfatórios e condizentes com essas realidades histórico-estruturais.

É nesse sentido que o economista brasileiro Celso Furtado, outro grande expoente da escola estruturalista, tendo colaborado com o trabalho de Prebisch no âmbito da CEPAL, aprofundando e amadurecendo a obra de seu colega argentino, explica que a característica central desse método consiste em considerar os elementos não-econômicos que compõem a estrutura macroeconômica. Furtado (2000) ressalta que a análise dos aspectos econômicos depende das variáveis não-econômicas, inseridas em um contexto histórico, razão pela qual

não é possível afastar os fatores econômicos das características da realidade histórica a qual pertencem.

A importância da obra furtadiana para a evolução da escola estruturalista cepalina, bem como para as ciências sociais latino-americanas e, especialmente, brasileira, encontra-se reconhecidamente consolidada na literatura sobre desenvolvimento. Não apenas este autor contribuiu para o aperfeiçoamento das ideias de Prebisch, principalmente quanto à ênfase nas esferas histórica e sociológica da análise dos elementos estruturais da condição subdesenvolvida, como é, ainda, considerado por estudiosos como Love (1998) como um dos pioneiros na formulação de um esboço do que se configuraria, mais tarde, como a teoria da dependência.

Todavia, apesar de não ser razoável deixar de reconhecer o papel fundamental que as contribuições do pensamento de Furtado e de outros autores cepalinos exerceram enquanto antecedentes teóricos da escola dependentista, é importante ressaltar que esta surge como uma reação às limitações apresentadas pelo arsenal teórico-metodológico estruturalista. Nesse sentido, a teoria da dependência volta sua atenção para as lacunas que as ferramentas analíticas da escola cepalina não eram suficientemente capazes de preencher no esforço de compreender os aspectos estruturantes e condicionantes do desenvolvimento periférico.

Não obstante, são múltiplos os aportes conceituais e metodológicos que é possível identificar como um elo de transição entre o pensamento furtadiano e o da escola da dependência. Além de sua já mencionada contribuição para uma maior historicização do fenômeno do subdesenvolvimento, podem ser elencadas duas principais noções, exploradas em seus trabalhos da década de 50 e 60, que ajudaram a assentar as bases para a germinação das análises dependentistas. A primeira delas diz respeito à percepção do subdesenvolvimento como um aspecto subjacente à forma como se estrutura o sistema capitalista mundial. Nesse sentido, a condição subdesenvolvida dos países periféricos resulta do próprio processo de acumulação capitalista a nível internacional, sendo também um reflexo da expansão econômica dos países de economia avançada (Furtado, 2000).

Essa constatação procura afastar a noção etapista da história que dominava o pensamento hegemônico sobre desenvolvimento. Isto é, a ideia de que o subdesenvolvimento constitui um estágio primitivo do processo de desenvolvimento de uma economia, etapa que já fora superada pelos países centrais e que, portanto, também poderia ser vencida pelos países atrasados desde que submetessem sua estrutura econômica às reformas necessárias. Em contrapartida, o estruturalismo salienta as particularidades

inerentes aos processos históricos distintos atravessados por esses diferentes países. Assim, seria equivocado pressupor que os países desenvolvidos haviam apresentado as mesmas características socioeconômicas que indicam um quadro de subdesenvolvimento antes de se desenvolverem, uma vez que o subdesenvolvimento

não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. [...] Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer um esforço de teorização autônomo (Furtado, 1961/2009, p. 171-72).

Nessa toada, a teoria do subdesenvolvimento de Furtado (1961/2009) argumenta que as estruturas econômica e social internas dos países periféricos são condicionadas pelas características do processo histórico singular atravessado por cada uma dessas economias a partir de sua integração ao capitalismo global. Dessa forma, a expansão comercial dos países avançados fez com que aquelas economias assumissem papéis específicos na divisão internacional do trabalho. Assim, importa para a compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento a constatação de seu vínculo indissociável das peculiaridades históricas que derivam da dinâmica centro-periferia. Além disso, há uma preocupação com a identificação dos elementos internos das economias subdesenvolvidas que são gerados, mantidos e reproduzidos por essa relação que se dá no âmbito externo.

Desse modo, impende apreender de que forma a expansão internacional do capitalismo reflete-se no plano interno dos países periféricos, moldando as estruturas nacionais que tipificam o quadro de subdesenvolvimento. Para Furtado (1961/2009), em consonância com o pensamento de Prebisch, essas estruturas podiam ser identificadas como o baixo dinamismo e diversidade do sistema produtivo, a elevada concentração de renda, o excedente de mão-de-obra, entre outros fatores que derivavam da especialização produtiva da periferia determinada pela sua integração ao mercado mundial. Era inevitável, sob essa lógica, que a manutenção da posição primário-exportadora das economias não-industrializadas resultasse na sua subordinação econômica e dependência tecnológica.

Consoante mencionado, a literatura sobre o desenvolvimento da América Latina resultante da atividade da CEPAL é extensa e abrangente, sendo, portanto, incabível debruçar-se sobre cada uma dessas contribuições no espaço deste trabalho. Contudo, o que cabe aos esforços da presente pesquisa consiste em reconhecer a importância que a instituição e o conjunto de seus pesquisadores desempenharam na construção de um campo teórico latinoamericano sólido e autônomo dedicado à compreensão dos pormenores

envolvidos na temática do subdesenvolvimento. É dessa forma que o pensamento cepalino, mediante a delimitação do método histórico-estrutural, representou o primeiro grande passo para a construção de uma escola científica com produção independente e originária da periferia, dedicada aos temas econômicos e sociais interligados ao processo de desenvolvimento que se almejava alcançar.

Destarte, interessa à discussão identificar como contribuição fundamental oferecida pelo estruturalismo cepalino a interpretação desenvolvida acerca da relação entre países centrais e periféricos, da forma como essa dinâmica se opera, e das consequências negativas resultantes dela, que dificultam o desenvolvimento das economias latinoamericanas. A compreensão desses fatores constitui-se, portanto, como um ponto crucial para a elaboração do conceito de dependência conduzida pelos teóricos dependentistas, reconhecidamente influenciados pelas obras dos representantes da escola estruturalista. Ademais, é possível concluir que a principal contribuição do pensamento cepalino reside em posicionar as dinâmicas das relações centro-periferia no centro da análise sobre o desenvolvimento.

Partindo das teses desenvolvidas pelos estruturalistas cepalinos, a noção de capitalismo dependente trabalhada pelos pensadores da teoria da dependência acrescenta novos elementos a essa discussão, essenciais para o entendimento da forma mediante a qual tal estrutura condiciona o avanço das economias nacionais do subcontinente. São essas contribuições trazidas pela escola dependentista que constituem o objeto dos tópicos seguintes, apresentando-se, assim, o contexto do seu surgimento e evolução, bem como as controvérsias e diferentes correntes que se estabeleceram em torno desse campo teórico.

1.2. Teoria da Dependência: primórdios e evolução

1.2.1. A década de 60 e o declínio do estruturalismo cepalino

Enquanto na década de 50 e até meados da década seguinte do século passado o estruturalismo cepalino exerceu grande influência sobre a ciência do desenvolvimento, o fim desse período passa a representar uma crise dessa escola. Isso porque os anos 60 acompanharam uma série de mudanças políticas e socioeconômicas na América Latina, evidenciando a incapacidade dessa matriz teórica-metodológica de explicar esses novos fenômenos. Primeiramente, o otimismo dos analistas cepalinos quanto às potencialidades

transformadoras de um processo de industrialização gerenciado pelo Estado para alavancar as economias periféricas a um novo patamar foi posto em discussão a partir da verificação das consequências da modernização econômica dos países latinoamericanos. Isto é, em vez de conduzir à superação do quadro de subdesenvolvimento, o movimento industrial em curso em algumas das economias da América Latina não se mostrava capaz de suplantar as estruturas internas que provocavam o seu atraso. Pelo contrário, agravava ainda mais o quadro pré-existente, gerando novos mecanismos de subordinação econômica.

Essa constatação é realizada por Prebisch, ainda no início dos anos 60, quando o economista admite a ocorrência de efeitos não antevistos pelos estudiosos estruturalistas com o desencadeamento do processo de industrialização latino-americana, que trazia recolocava a vulnerabilidade externa sob uma nova forma (Prebisch, 1961 *apud* Love, 1998). No caso específico do Brasil, que atravessou um período de surto industrial durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1961, Bresser-Pereira (2003) aponta que a modernização do setor industrial do país não conduziu a melhorias na condição de vida da população, tendo agravado o seu quadro de empobrecimento, marginalidade e desemprego.

Assim, a experiência brasileira demonstrou que a consolidação do processo de industrialização não era capaz de absorver o excedente de mão-de-obra, consoante acreditavam os teóricos da CEPAL, uma vez que se mantinham os altos índices de desemprego da parcela populacional economicamente ativa. Ademais, o país testemunhava um intenso êxodo rural, com a migração da população camponesa para os centros urbanos que lideravam o processo industrializante nacional. Dessa forma, tal processo foi acompanhado por um inchaço urbano, conduzindo os setores da população que não conseguiam ser absorvidos pelo mercado de trabalho modernizado a uma crescente situação de marginalidade e exclusão. Destarte, as tensões sociais eram agravadas em um contexto em que as instabilidades políticas no país também assumiam novas formas de adensamento (Bresser-Pereira, 2003).

Se, por um lado, a ampliação e diversificação da estrutura produtiva mediante a implantação do modelo de industrialização por substituição de importações não se mostrava como um remédio para os males do subdesenvolvimento, trazendo consigo novos desafios às economias internas dos países periféricos, como o aprofundamento do processo inflacionário, dos déficits comerciais, o aumento da dívida externa, etc.; por outra via, as mudanças que se operavam no cenário internacional também provocavam questionamentos quanto à assertividade das proposições teóricas elaboradas pela escola estruturalista até então.

Tais transformações podem ser brevemente identificadas como uma reestruturação da forma como se configurava a divisão internacional do trabalho nos moldes como fora descrita pelo estruturalismo cepalino, isto é, organizada a partir da oposição de dois polos com especializações produtivas distintas e complementares. Um deles especializado na atividade primário-exportadora, desempenhada pela periferia, e outro fornecedor de produtos manufaturados, onde se situavam os centros de poder global industrializados. A reordenação desse sistema começa a tomar forma em meados da década de sessenta, aprofundando-se nos decênios seguintes, até assumir os contornos do que conveniu-se chamar de globalização, cuja consolidação dá-se, de fato, a partir dos anos noventa.³

A nova divisão internacional do trabalho é, então, marcada por uma crescente e profunda internacionalização da atividade produtiva, em que entram em cena os grandes conglomerados internacionais e o protagonismo das instituições econômico-financeiras em estabelecer os ditames do processo modernizante nas economias atrasadas (Marini, 2013; Santos, 2000). Nesse aspecto, o estabelecimento de empresas multinacionais nas estruturas internas dos países periféricos, acompanhada da sua abertura ao capital estrangeiro, representava um processo industrializante com efeitos diferentes daqueles previstos pela escola cepalina. Isso porque implicava uma outra etapa de inserção das economias de capitalismo retardatário no mercado mundial, delineando o que poderia ser considerado como uma nova fase do imperialismo, da qual derivavam, como consequência, um caráter diferente de dependência econômica.

É assim que, num cenário de crescente integração dos mercados internos no sistema econômico internacional e de aprofundamento das polarizações políticas no contexto da Guerra Fria, as formulações apresentadas pelos trabalhos inaugurais da teoria da dependência procuram ultrapassar os limites teórico-metodológicos do estruturalismo. Esse quadro refletia-se em formas próprias de radicalização política dentro da esfera nacional dos países latinoamericanos, chamando para o centro do debate sobre o desenvolvimento regional elementos que foram deixados de lado pela matriz estruturalista.

³ Apesar dessas novas condições terem sido percebidas e estudadas pelos economistas estruturalistas, levando à reelaboração de muitos de seus trabalhos, os quais procuraram atualizar o arcabouço analítico do método histórico-estrutural de acordo com os fenômenos que começavam a se configurar no contexto internacional, é com as contribuições dos teóricos dependentistas que são inseridas ferramentas e categorias de análise cujo objetivo residia em oferecer explicações mais profundas sobre o contexto econômico-social e político que tomava forma na periferia latino-americana do supracitado período.

1.2.2. A ascensão da escola dependentista como nova tendência do pensamento político-econômico latinoamericano

Consoante o exposto, a década de sessenta traz novos desafios à análise econômica sobre o desenvolvimento periférico, resultando daí a necessidade de atualização ou de superação das categorias analíticas em voga até então. Diante da mencionada crise do pensamento estruturalista, acompanhada pelo gradual arrefecimento da influência dessa escola nas ciências econômicas e sociais latinoamericanas, a teoria da dependência começa a germinar e ganhar espaço entre os intelectuais do subcontinente interessados na evolução do debate sobre a problemática do subdesenvolvimento na periferia.

Pode-se considerar que o propósito inicial desses estudiosos consistia em elevar a um nível mais amplo e aprofundado a discussão iniciada pelos analistas cepalinos referente às formas de subordinação econômica que derivavam da inserção dos países latinoamericanos na ordem capitalista mundial. Para tanto, os esforços dos teóricos dependentistas procuraram romper com algumas noções formuladas pela escola cepalina, ao mesmo tempo que inseriam novas variáveis na análise do quadro de subdesenvolvimento, aperfeiçoando ideias anteriormente apresentadas por aquela matriz histórico-estrutural.

Sobre essas novas contribuições, é possível elencar três principais noções estruturalistas que as primeiras obras dependentistas procuraram superar. A primeira diz respeito ao entendimento de que a economia dos países latinoamericanos é detentora de um caráter dualista, compreendendo, simultânea e paralelamente, uma faceta moderna propriamente capitalista, por estar mais integrada ao mercado global, e outra de natureza pré-capitalista, em razão dos elementos arcaicos e feudais que a estruturam (Furtado (1961/2009)).

Nesse sentido, ao analisar a estrutura econômica interna brasileira, Furtado (1976) atribuía à existência de um setor rural arcaico parte da responsabilidade pelo atraso do país, constituindo-se como forte obstáculo aos anseios de desenvolvimento ancorado no processo de industrialização. Essa estrutura fundiária caracterizava-se pela forte concentração de terras representada pelo latifúndio, de reduzida capacidade produtiva, e dominado por uma elite reacionária desinteressada na transformação das velhas estruturas coloniais necessária ao processo modernizador da economia nacional. Para a escola estruturalista, esse setor rudimentar, que se mantinha como herança da colonização, integrava o quadro econômico

interno das nações latinoamericanas em oposição a um lado mais moderno dessas mesmas economias. Este estaria representado por uma burguesia industrial ainda prematura que procurava se integrar à dinâmica de acumulação e expansão capitalista a partir da construção de um setor industrial com base nacional.

Sob essa visão, os baixos salários dos trabalhadores do campo apresentavam-se como um empecilho à formação de um mercado interno nas economias dualistas subdesenvolvidas, condição essencial para a consolidação da indústria nacional. Desse modo, a conservação da estrutura rural arcaica de resquícios coloniais, com uma classe dominante exploradora da atividade agrária que se contentava com a sua posição de submissão no plano internacional como fornecedora de matérias-primas, representava um verdadeiro obstáculo à modernização da economia periférica. Essa estrutura de natureza pré-capitalista, portadora de traços feudais por manter uma economia de subsistência com características rudimentares precisava, então, ser suplantada para tornar possível a plena evolução da parte que já apresentava sinais de desenvolvimento capitalista, por já ter sido parcialmente integrada ao sistema de comércio internacional.

Tal ideia acerca da existência de uma natureza híbrida ou dualista das economias periféricas é atacada de forma contundente pelos teóricos da dependência. Frank (1966), em uma das mais importantes obras de inauguração da teoria marxista da dependência, opõe-se com veemência a essa concepção ao sustentar que o equívoco da noção de sociedade dual, defendendo que as orientações políticas dela derivadas agravam as determinações do subdesenvolvimento, em vez que solucioná-las.

Nessa toada, o referido autor dependentista rejeitava a noção de que a estruturação de uma parte mais moderna das economias subdesenvolvidas em contraposição à sua seara pré-capitalista deu-se como consequência do contato que aquela conseguiu estabelecer com os setores econômicos externos, enquanto esta permaneceu isolada, dificultando sua abertura aos valores e instituições da modernidade. Frank (1966), por outra via, argumenta que ambas estruturas verificadas nos países subdesenvolvidos são fruto de um mesmo processo histórico, isto é, o processo de expansão do capitalismo mundial liderado pelos países metropolitanos europeus em direção aos países satélites. Desse modo, o autor faz a distinção entre metrópoles e países satélites para explicar as relações assimétricas e de exploração, no plano internacional, que também foram objeto das produções estruturalistas sob a categorização de um centro e uma periferia globais.

Dessa maneira, ao contrário dos estruturalistas, os autores dependentistas não reforçavam o pensamento que defendia a presença de estruturas pré-capitalistas dentro das

economias subdesenvolvidas, pois, para eles, os setores supostamente dualistas dos países colonizados subdesenvolvidos foram produzidos, conjuntamente, pelas relações externas que estes estabeleceram com o centro econômico mundial. Dessa forma, tanto as estruturas mais desenvolvidas quanto as dotadas de maior “atraso” na sua organização econômico-social foram geradas dentro do mesmo processo de integração ao sistema capitalista global. Assim, não podia falar-se de uma natureza pré-capitalista existente no interior de economias que assumiram suas formas contemporâneas a partir da dinâmica capitalista que estabeleceu com as metrópoles mundiais (Frank, 1966; Marini, 2013; Santos, 2000).⁴

Destarte, tais reflexões conduzem ao segundo elemento integrante da teoria cepalina que os teóricos da dependência procuraram desmistificar. Trata-se da premissa de que o caminho para o desenvolvimento poderia ser traçado a partir da intensificação do processo de industrialização devidamente planejado e controlado pelo Estado. Este prescindia, para tanto, do estabelecimento de uma aliança política com a burguesia empresarial, que lideraria a construção de uma estrutura industrial moderna com o respaldo do proletariado urbano.

Essa concepção encontra seu alicerce na crença acerca da existência de um setor burguês mais progressista e democrático, e, assim, mais interessado nas questões nacionais quando comparado à tradicional elite agro-exportadora. Esta, por sua vez, não manifestava interesse na modificação do *status quo*, dada a posição conveniente e lucrativa que havia estabelecido perante os polos de poder global. Tal pensamento procurava contrapor, mais uma vez, as noções antagônicas de atraso e modernidade, constituindo-se como alvo das críticas dos autores da teoria da dependência. Estes negavam, então, não somente a equivocada divergência entre dois diferentes setores da classe dominante nacional, representantes de valores e interesses opostos, mas também a ideia de que o desenvolvimento só seria possível a partir de uma aliança com as elites urbanas capazes de dar impulso a uma revolução de caráter democrático-burguês, industrial, moderna e tecnocrata, como aquela que havia tomado forma nos países avançados.

Marx, em sua análise materialista da história, havia estabelecido como marco da modernidade a revolução burguesa, responsável pela estruturação de um novo modo de produção alicerçado em valores ideológicos que permitiram o estabelecimento das condições

⁴ Ademais, a escola dependentista tratou, ainda, de combater reiteradamente a noção que pretendia opor os aspectos arcaicos e atrasados do subdesenvolvimento a uma concepção de progresso ligada ao moderno e ao urbano, por acreditarem que esse pensamento refletia a ideia de superioridade dos valores ocidentais europeus, como representantes do modelo civilizatório ideal a ser perseguido pelo restante dos recantos globais.

propícias, num dado momento histórico e no contexto geográfico europeu, para a organização política, social e cultural que iria delinear a civilização ocidental moderna. Nesse aspecto, a existência de uma burguesia nacional detentora dos meios de produção e a constituição do proletariado urbano configuraram-se como fatores intrínsecos ao processo de modernização dessas sociedades. Em outras palavras, a ocorrência da revolução burguesa constituía uma das condições para o aperfeiçoamento da estrutura produtiva de uma economia cujas bases residiam na indústria.

A grande questão, para a escola estruturalista, consistia em como promover as mesmas condições nos países subdesenvolvidos, que ainda não haviam amadurecido o seu setor de acumulação e produção capitalista a ponto de formar uma burguesia nacional que desencadeasse esse processo. Nesse sentido, por ainda preservarem as estruturas tradicionais do período colonial, tais países encontravam obstáculos de difícil transposição para a concretização da revolução democrático-burguesa. Esse pensamento pautou a ideologia nacional-desenvolvimentista que se apresentava como tendência política na América Latina entre o fim da década de 50 e o começo do decênio seguinte. Furtado, grande entusiasta dessa corrente ideológica, chegou a atuar diretamente na seara política, formulando projetos de modernização da economia brasileira que orientaram a gestão de alguns governos nacionais, notadamente durante os mandatos de Jânio Quadros e João Goulart (Bresser-Pereira, 2005).

Frank (1966) repelia essa noção por entender que as burguesias latinoamericanas eram incapazes de conduzir uma revolução nacional democrática nesses países, defendendo a tese de que as elites do subcontinente estavam mais interessadas em manter sua posição primário-exportadora no comércio internacional, permanecendo submissas em sua aliança com o imperialismo, que se mostrava vantajosa. Assim, as críticas dos dependentistas recaíam sobre o argumento de que a consolidação de um setor burguês interessado na conquista de mais espaço no mercado mundial, em conformidade com os desígnios nacionais por um desenvolvimento autônomo, era possível e necessária à superação do subdesenvolvimento.

Cardoso (1972) fez coro a essas argumentações, tendo elaborado um estudo empírico que procurava identificar as características do empresariado urbano brasileiro. Assim, “O empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil” nasce da iniciativa desse autor de tentar capturar o pensamento da burguesia industrial no país na década de 60, identificando seus vieses ideológicos e seus interesses. As conclusões dessa pesquisa, conduzida a partir de uma série de entrevistas e questionários, foram bastante

desanimadoras para os defensores dos projetos de nacional-desenvolvimentismo, na medida em que revelaram que a maioria preponderante da elite empresarial brasileira não demonstrava interesse em protagonizar um processo de fortalecimento do setor industrial ancorado em bases nacionais. Antes de qualquer coisa, os interesses desse estrato concentravam-se em manter seus ganhos econômicos da forma mais segura e estável possível, sem assumir os riscos oferecidos por um “pacto populista” que visasse construir e ampliar um mercado interno cuja concretização dependia da realização de reformas estruturais. Havia, assim, além do desinteresse desse setor, sua incapacidade, revelada por alguns fatores de ordem econômico-estrutural, de liderar uma revolução nacional burguesa.

Sob essa lógica, era conveniente para a elite industrial brasileira sua associação ao capital financeiro internacional e aos monopólios e oligopólios transnacionais, em vez de preocupar-se com o crescimento da indústria nacional de forma autônoma, contrapondo-se aos interesses das oligarquias rurais. Pelo contrário, os propósitos desses dois estratos da elite do país estavam mais próximos do que distantes entre si, como queriam crer os estruturalistas cepalinos. Essa assertiva seria confirmada pelos eventos políticos que entraram em curso no Brasil na década de sessenta, culminando no golpe militar de 64, que contou com o amplo apoio da elite empresarial brasileira, em associação com os setores ruralistas, às forças políticas conservadoras e autoritárias, ligadas aos interesses do capital estrangeiro no país. Desse modo, o setor burguês nacional revela-se tão antiprogressista, antidemocrático, antinacional e antipopular quanto os estratos sociais dominantes da velha estrutura colonial (Marini, 2013).

Os fatores mencionados levavam, destarte, à descrença no modelo nacional-desenvolvimentista, respaldado pela produção científica da CEPAL e, no Brasil, pelas recomendações políticas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). A improvável união de interesses entre a burguesia industrial, os latifundiários, os trabalhadores, a classe média e os representantes estatais era denunciada pelas novas circunstâncias sócio-políticas. Assim, a burguesia nacional demonstrava-se incapaz de atuar como opositora aos interesses imperialistas e ao arcaísmo econômico representado pela estrutura de poder fundiária. Ademais, a industrialização das economias latinoamericanas, consoante apontavam os autores dependentistas, não transferiu os centros de decisão para o âmbito interno nacional, não conduziu ao fim da subordinação econômica e não foi capaz de descaracterizar o quadro de dependência dessas economias, culminando em um aprofundamento da natureza dependente do capitalismo periférico (Marini, 2013; Santos, 2000).

Por último, cumpre salientar que outro ponto fundamental da crítica dos teóricos da dependência à escola estruturalista, podendo ser considerada como o principal elemento que aquela matriz teórica veio acrescentar aos estudos sobre desenvolvimento nas ciências sociais latino-americanas, consiste na reiteração da necessidade de incluir os fatores de ordem política na análise sobre a arquitetura do subdesenvolvimento periférico. Nessa toada, o entendimento sobre as formas assumidas pela luta de classes no âmbito interno dos países iberoamericanos é fundamental para apreender com maior precisão e concretude as causas e os condicionantes do desenvolvimento dessas nações.

Sob essa perspectiva, os autores cepalinos falham em suas análises porque deixam de lado, negligenciando ou ignorando completamente, as forças e os atores políticos responsáveis pelos posicionamentos, pela formação de alianças, pelos conflitos e pelas decisões que influenciam, direta ou indiretamente, os rumos do movimento econômico assumido. Limitavam-se, em suas considerações, aos elementos estritamente econômicos, quando muito, tentando estender seu campo de análise aos fatores histórico-sociais que condicionavam a macro-estrutura econômica. Portanto, excluía desse exercício analítico as condicionantes políticas, sem as quais não era possível examinar os aspectos intrínsecos ao *status* de subdesenvolvimento em sua totalidade.⁵

Desse modo, levar em consideração os grupos sociais existentes e as relações de poder que estabeleciam no seio da sociedade apresentava-se como um esforço analítico imprescindível à identificação das estruturas de dominação que exerciam inegáveis influências nos contornos assumidos pelo processo de desenvolvimento do capitalismo dependente. Nesse sentido, os projetos modernizadores interessados em apresentar soluções essencialmente economicistas para a consecução do desenvolvimento econômico-social não eram capazes de abarcar a complexidade das estruturas de poder das quais dependiam o sucesso ou o fracasso desses projetos. Para superar essas insuficiências teórico-metodológicas, os anseios científicos dos autores da dependência visavam promover o avanço do debate latinoamericano sobre subdesenvolvimento, a partir da “[...] revalorização da dimensão política na história dos povos dependentes e a redescoberta do caráter fundamental da situação de dependência na formação destes países” (Cardoso, 1969, p. 16).

⁵ Por essa razão, os pensadores dependentistas irão acusar a visão cepalina de ser conivente com os interesses do empresariado industrial, ao fechar os olhos para o exame das relações de exploração entre as diferentes classes que integram a sociedade periférica, além da forma como essas estruturas de poder obstaculizam, e até mesmo impedem, a superação dos problemas de natureza econômica e social (Santos, 2000).

Tem-se, então, que as esperanças depositadas pelo estruturalismo cepalino no processo de industrialização por substituição das importações, iniciado desde a década de 30 em alguns países do subcontinente como Argentina, Brasil, México e Chile, eram abaladas pela insurgência das suas consequências socioeconômicas negativas, observadas com bastante nitidez a partir dos anos 60. Esse fator, aliado aos acontecimentos de natureza social e política em curso na América Latina da segunda metade do século passado, revelaram as insuficiências teóricas e metodológicas do estruturalismo enquanto referencial de compreensão das características do desenvolvimento na região.

Diante disso, apesar de ser possível localizar o pensamento cepalino como um antecedente teórico da teoria da dependência, esta apresenta rupturas significativas com a matriz histórico-estruturalista, apontando suas falhas e insuficiências teórico-metodológicas. Partindo desses pontos de ruptura, é possível identificar os contornos iniciais que caracterizam a escola dependentista enquanto corpo de pensamento autônomo e original. Não obstante, a diversidade de posições assumidas por seus teóricos fundadores dificulta a apreensão dessa matriz como um corpo uniforme. São esses pontos de aproximação e de divergência entre os diferentes representantes da teoria da dependência que serão analisados a seguir, ressaltando as principais influências intelectuais que contribuíram para a formação dessa escola do pensamento crítico latinoamericano.

1.2.3. Os antecedentes teóricos da teoria da dependência e suas vertentes

Percebe-se, diante do exposto anteriormente, a relação concomitante de continuidade e ruptura entre as matrizes estruturalista e dependentista, sendo possível situar o estruturalismo cepalino como um dos antecedentes teóricos da teoria da dependência, ao lado do marxismo e dos estudos sobre o imperialismo (Vania Bambirra, 1978). Consoante já mencionado, uma das principais concepções do método histórico-estrutural herdadas pelos teóricos dependentistas tratou-se da adoção da perspectiva das relações externas desiguais que operavam na ordem econômica internacional entre dois polos distintos, o centro hegemônico desenvolvido e a periferia subdesenvolvida.

Além disso, as formas como essas dinâmicas, no plano externo, faziam surgir, mantinham ou reproduziam outros tipos de dinâmicas que caracterizavam as relações econômicas, sociais, culturais e políticas no âmbito interno dos países periféricos. Mas é precisamente a ênfase maior, dada pelos dependentistas, na conjuntura político-social interna das economias subdesenvolvidas latinoamericanas, sem negligenciar a forma como a estrutura dessas sociedades sofria as influências hegemônicas externas, que se colocará como o marco essencial de rompimento com a óptica de análise estruturalista.

É nesses termos que a Teoria da Dependência vai ganhando espaço, na América Latina dos anos 60, como ferramenta analítica e metodológica de compreensão das novas reconfigurações no desenvolvimento social e econômico dos países dessa região, com as particularidades e realidades próprias da sua estrutura de classes. Os antecedentes do pensamento marxista no subcontinente, associado, nesse cenário de radicalizações políticas, a um contexto fértil de aprimoramento do pensamento crítico latinoamericano pelos acadêmicos e intelectuais de esquerda, compuseram o quadro de influências determinantes para a delimitação do campo de estudo da escola da dependência.

Assim, no ambiente universitário de cidades como São Paulo, Brasília, Santiago e Cidade do México, começavam a se delinear as primeiras análises que se debruçavam sobre a noção de dependência. No quadro desses estudiosos, nomes como os de Theotônio dos Santos, André Gunter Frank, Rui Mauro Marini, Vânia Bambirra e Fernando Henrique Cardoso despontavam como os agentes fundadores do que viriam a se constituir como as vertentes mais relevantes dentro do debate desenvolvido acerca da dependência.

Para Valencia (2005), a teoria da dependência realiza uma ruptura epistemológica em relação às matrizes teóricas sobre o desenvolvimento da região da América Latina que exerciam grande influência na primeira metade do século XX, quais sejam: as teorias do desenvolvimento, dentre as quais inclui-se o estruturalismo cepalino e o marxismo dogmático dos Partidos Comunistas do subcontinente que adotavam uma visão stalinista do desenvolvimento, a qual não se diferenciava, em essência, do pensamento da CEPAL. Isso porque, segundo o autor, tal perspectiva não passava de uma versão do dualismo estrutural cepalino sob os auspícios do materialismo histórico, a partir da adoção da tese da articulação dos modos de produção.

Essa visão ancorava-se na experiência soviética e maoísta, reconhecendo a coexistência de dois modos de produção distintos no interior das economias latinoamericanas, um industrial e o outro com características feudais, que faziam parte da mesma estrutura econômica-social. Assim, o desenvolvimento dessas estruturas devia

ocorrer a partir de um processo endógeno, que conduzisse às condições materiais propícias à revolução burguesa, porém constituída sobre novos patamares, em prol dos interesses da classe proletária. Notam-se, portanto, pontos de convergência entre as noções desenvolvimentistas desses partidos e a da CEPAL, diferenciando-se primordialmente na espécie de condução ideológica da revolução modernizante democrático-burguesa, uma vez que, enquanto aqueles defendiam os interesses dos operários urbanos, os cepalinos eram acusados de representarem o setor burguês industrial.

O endogenismo do marxismo ortodoxo rechaçava, nessa toada, a tendência dependentista de atribuir demasiada importância às condicionantes externas que determinavam o caráter da estrutura econômico-social dos países periféricos em detrimento das condicionantes internas. O dogmatismo no pensamento marxista fora criticado pelos teóricos da dependência por preservar uma noção mecanicista, linear e universal da história (Valencia, 2005).

Nessa seara, a teoria da dependência procura se desprender das concepções da tradição marxista iniciada no subcontinente com os primeiros partidos comunistas de países como México, Chile, Brasil e Peru, ligados a Terceira Internacional. Nessa toada, os dependentistas estabelecem relações mais próximas com o movimento de reformulação do marxismo latinoamericano em vigor nos anos sessenta, tanto na esfera da mobilização política quanto no meio acadêmico. Esse movimento procurava adaptar as teses clássicas do marxismo às particularidades histórico-estruturais da região, processo iniciado com Mariátegui na década de 1920. Com base nos estudos sobre as reflexões marxistas acerca do desenvolvimento do capitalismo como um sistema internacional que constituía uma nova ordem em torno da qual operavam as relações políticas e comerciais entre os países, abriu-se espaço para a solidificação dessa linha de pensamento sobre a condição das regiões periféricas do globo a partir da qual desponta a escola da dependência.

Ademais, Bambirra (1978), ao elencar os principais antecedentes teóricos da escola da dependência, reforça a importância dos estudos sobre imperialismo conforme elaborado nos trabalhos de Lenin e Hilferding. A questão do imperialismo merece um tópico à parte, mais adiante, em razão da importância atribuída a esse tipo de relação externa exploratória entre os países centrais e periféricos pelos teóricos da dependência, que interligavam esse fenômeno ao da dependência em diversas das suas formulações conceituais.

Mesmo que matrizes de pensamento anteriores, dentre as quais a estruturalista, tenham feito uso do termo “dependência” nos seus escritos, vale destacar que a originalidade trazida com o surgimento da escola da dependência reside na posição destacada que

dedicaram a essa noção na sua produção científica. Além disso, decorre dos novos contornos que atribuíram ao termo, já que os autores que os antecederam não se preocuparam em definir seu conceito ou os elementos essenciais que o compunham, tratando, muitas vezes, de dependência como sinônimo de subdesenvolvimento e periferia.

Cumprido ressaltar, contudo, que são muitos os caminhos teórico-metodológicos percorridos pelos intelectuais dependentistas, o que faz com que o trabalho de sistematização de suas ideias requeira atenção especial. É por isso que, dentro das análises de autores que procuraram categorizar os diferentes percursos tomados pelos teóricos da dependência é possível encontrar inúmeras classificações que reconhecem correntes distintas dessa escola de pensamento. Nessa seara, convém mencionar brevemente alguns desses principais esforços de classificação, apenas com o intuito de proporcionar uma melhor identificação da vertente da teoria da dependência que interessa aos propósitos desta presente pesquisa.

Valencia (2005) identifica três correntes de acordo com o posicionamento assumido por seus autores, sendo estas: uma vertente que rejeita a crença na possibilidade de se concretizar um desenvolvimento capitalista periférico, defendendo a noção de um “subcapitalismo” ou do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” como único destino dos processos de modernização dessas estruturas; outra cujos autores acreditavam na concretização de um processo de desenvolvimento no sistema capitalista periférico, capaz de eliminar as características do tipo de capitalismo dependente vivenciado na periferia; e, ainda, uma corrente que se contentava com o exame dos elementos que condicionavam e obstruíam esse desenvolvimento, ancorando-se na tese da tendência à estagnação das economias periféricas.

Palma (1987) também defende a existência de três correntes, separando-as entre uma cujo principal objetivo consistia na formulação de uma teoria do subdesenvolvimento latino-americano, incluindo nessa vertente Frank, Theotônio Dos Santos, Marini, Caputo e Pizarro. A segunda composta por pensadores cepalinos em seus trabalhos mais maduros, como Furtado, cuja preocupação primordial consistia na identificação dos obstáculos à superação da dependência. Já a terceira é formada por todos os autores que se debruçaram sobre a análise de situações concretas de dependência na estrutura interna dos países periféricos, identificada com o pensamento de Cardoso e Faletto.

Sonntag (1988) é um dos autores que se contenta em classificar apenas duas correntes principais, que também são consideradas por muitos como as vertentes mais relevantes no debate da dependência, tanto na sua fase de inauguração, quanto nas discussões que se estenderam pelas décadas seguintes. A primeira delas corresponde ao pensamento de

Cardoso e Faletto, opondo-se à segunda que encontrava nas obras de Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra o seu respaldo. Sonntag salienta que, enquanto aquela limitou-se a centralizar o enfoque da dependência como categoria inerente à estrutura econômica e social das nações periféricas, estes últimos deram um salto a mais ao estabelecer as bases científicas da teoria da dependência. O autor faz, assim, a distinção entre o mero enfoque, que prioriza os estudos empíricos sobre as situações concretas de dependência, e a teoria, pois é esta que procura delimitar um novo campo analítico, desenvolvendo as categorias capazes de explicar o conceito de dependência, além dos elementos que abarca.

Joseph Love (1998) e Cristóbal Kay (1991) também preocupam-se em classificar somente duas vertentes, opondo a corrente de Cardoso e Faletto, denominada, respectivamente, por eles de não-marxista e reformista, e a vertente marxista, fundada por autores que optaram pelas ferramentas teórico-metodológicas do marxismo com mais afinco. Esta inclui entre seus representantes, além daqueles que integram a segunda corrente apontada no parágrafo anterior, nomes como o de Oscar Brun e Aníbal Quijano, entre outros.

Bresser-Pereira (2005) também vai opor as duas supracitadas correntes, situando a marxista como aquela que buscará interpretar a superexploração imperialista. Enquanto isso, a outra, composta pelos dois autores de “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, é identificada como a corrente da dependência-associada, visto que a tese central do livro consiste na afirmação da impossibilidade de um desenvolvimento autônomo na periferia, assumindo, em vez disso, o aspecto de um desenvolvimento dependente e associado. Além destas, Bresser-Pereira irá incluir uma terceira corrente formada por autores cepalinos depois da reformulação de seus trabalhos iniciais que procurou dar enfoque maior às condicionantes políticas do desenvolvimento. Todavia, tais estudiosos, apesar da visão mais crítica e pessimista acerca das vias para o desenvolvimento autônomo mediante um processo industrializante, não deixaram de crer nessa possibilidade, desde que se identificasse o interesse de instauração do pacto populista.

Observada a inexistência de um consenso entre os estudiosos desse campo teórico sobre a melhor classificação para o enquadramento dos diferentes posicionamentos adotados, o que interessa aos objetivos do presente trabalho não se trata de indicar a tipologia que representa de forma mais acertada tais distinções. Preocupa-se aqui, todavia, em reafirmar o reconhecimento, pela maioria desses autores, de duas correntes fundamentais à consolidação desse campo de estudo, e que apesar dos tópicos em comum, opõem-se substancialmente: a corrente reformista, representada por Cardoso e Faletto, e uma segunda tida como a mais radical, que conveniu-se chamar de teoria marxista da dependência e

obteve nos escritos de Marini, dos Santos e Bamberger o seu alicerce. Impende, nesses termos, deter-se sobre os elementos fundamentais que distinguem ambas escolhas analíticas, para então dedicar-se com mais afinco àquela que conflui à finalidade desta pesquisa, qual seja: a vertente marxista.

Nessa toada, as correntes marxista e não-marxista convergem quanto aos pontos, já mencionados anteriormente, em que estas romperam com a perspectiva estruturalista. Com efeito, o deslocamento do enfoque para os elementos políticos internos que estruturaram o modelo de desenvolvimento possível na periferia; a rejeição da ideia dualista das sociedades subdesenvolvidas; o posicionamento nitidamente adverso à crença cepalina na possibilidade de uma revolução de cunho democrático-burguês que pusesse as economias latinoamericanas no caminho para o seu avanço, todos esses aspectos apresentam-se como pontos comuns de ambas vertentes.

Não obstante, essas correntes também oferecem perspectivas opostas acerca das possibilidades de superação da situação de dependência, constituindo-se como um dos pontos principais de distinção entre ambas. Assim, enquanto Cardoso e Faletto (2010) admitiam a possibilidade de se verificar algum desenvolvimento na periferia, muito embora do tipo dependente e associado, a corrente antagônica defendia que não era possível a consecução do pleno desenvolvimento econômico-social de economias dependentes enquanto a situação de dependência persistisse. Isso porque quaisquer que fossem os contornos dos projetos desenvolvimentistas assumidos no interior dessas economias, só seriam capazes de gerar mais concentração de renda, mais desigualdade social e maior vulnerabilidade externa, numa espécie de desenvolvimento “dependente, concentrador e excludente” (Santos, 2000, p. 30). Destarte, para esses últimos, a única possibilidade de suplantar as estruturas caracterizadoras do quadro de dependência seria por meio de uma mudança político-institucional de caráter profundo e revolucionário, na forma de uma revolução socialista.

Outro ponto de contraposição entre essas duas abordagens, de acordo com Dominguez (1978), refere-se à natureza mais abstrata do viés analítico dos marxistas, que buscaram estabelecer leis gerais do desenvolvimento periférico dependente, identificando os elementos estruturantes da condição de dependência. Em contrapartida, os não-marxistas depositavam maiores preocupações na elaboração de análises de cunho mais empírico, pois defendiam que a dependência só poderia ser apreendida a partir da investigação das situações concretas mediante as quais se manifestavam nas estruturas singulares de cada economia interna.

A constituição da corrente reformista da dependência encontra-se vinculada ao ambiente político e universitário de São Paulo na transição dos anos 50 para os 60. Assim, no contexto de produção acadêmica da Universidade de São Paulo (USP) do referido período, alguns estudantes das ciências sociais, entre os quais incluía-se Fernando Henrique Cardoso, organizaram o Seminário Marx para a leitura e discussão das obras do autor de “O Capital”. Um dos objetivos centrais do grupo era o de reformar as bases analíticas do marxismo no Brasil, que entediam estar bastante limitadas pela perspectiva ortodoxa dos partidos comunistas no país.

Assim, a partir de novas interpretações e contribuições acerca da filosofia política de Marx seria possível moldar uma espécie de marxismo latinoamericano de caráter mais científico que, ao mesmo tempo em que se abria às análises revisionistas de sua obra por parte de autores europeus como Gramsci, Lukács e Sartre, também procurava estabelecer os marcos de um pensamento próprio adaptado à realidade do subcontinente. A criação do seminário é tida como um dos marcos inaugurais da escola de sociologia paulista e é a partir dessa iniciativa que Cardoso irá adotar a dialética marxista como ferramenta de análise para os estudos sobre a dependência que iria desenvolver posteriormente.

Todavia, é após o seu exílio em Santiago, no Chile, como decorrência do golpe militar arquitetado no país em 1964, que a noção de Cardoso sobre dependência será amadurecida, culminando na publicação de “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, em 1967, em conjunto com seu colega sociólogo chileno Enzo Faletto. O livro obteve notória repercussão no ambiente intelectual latinoamericano, tecendo em suas páginas diversos pontos de ruptura com o estruturalismo cepalino, porém sem deixar de reconhecer a pertinência e a importância da escola estruturalista para o desenvolvimento de suas próprias análises.

Logo de início, os autores propõem a superação das lacunas que não foram capazes de ser preenchidas pela matriz teórica do estruturalismo por meio da adoção de uma análise integrada do desenvolvimento que examinasse não somente seus aspectos econômicos evidentes, mas se debruçasse sobre as formas como estes relacionam-se com os fatores sociais e políticos para qualificar o desenvolvimento dos países iberoamericanos. Quase que paralelamente, essas questões também eram analisadas por outro grupo de intelectuais pertencentes à Universidade Nacional de Brasília (UnB). É assim que São Paulo e Brasília constituem-se como os centros intelectuais da produção inicial da escola da dependência, influenciando fortemente as tendências do pensamento político-econômico brasileiro a partir

dos anos sessenta, e encontrando um contexto propício para sua disseminação no âmbito regional latinoamericano.

Na medida em que a corrente que começou a se desenvolver em Brasília é a que melhor sistematiza e oferece o método analítico e o arcabouço teórico que permite a construção de uma teoria da dependência, segundo Valencia (2005), reconhece-se que a teoria da dependência, na sua vertente marxista, é a que melhor converge com os propósitos deste trabalho. Destarte, os passos seguintes serão os de investigar a fundo as categorias de análise elaboradas pelos representantes da teoria marxista da dependência (TMD), para possibilitar uma compreensão abrangente dos conceitos e elementos que compõem esse campo teórico, necessária para se estabelecer de que modo essas categorias podem ser úteis à análise do estudo de caso. Mais adiante, retomaremos a visão de Fernando Henrique Cardoso sobre a dependência, por acharmos que sua obra contém as premissas teóricas que direcionam uma interpretação da sua atuação política, quando ocupa o cargo de presidente do Brasil, na década de 90. Esses elementos teóricos são, portanto, fundamentais para o desenvolvimento do estudo de caso à luz do ferramental de análise que utilizamos.

CAPÍTULO 2: A DEPENDÊNCIA ENQUANTO CATEGORIA DE ANÁLISE - APORTES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA

A teoria marxista da dependência (TMD) encontra seu fundamento na teoria do valor-trabalho de Marx e na teoria marxista do imperialismo, desde os trabalhos clássicos até as contribuições mais recentes que se debruçam sobre as novas características do imperialismo diante da financeirização da economia mundial. Por isso, para compreender os esforços conceituais e de análise contidos no corpo teórico da TMD, impende, primeiramente, deter-se nas formulações que fundamentam tais construções em torno do desenvolvimento das categorias que definem a condição de dependência. Nesses termos, a dependência, enquanto categoria analítica própria que busca explicar a situação diferenciada em que se encontram as economias periféricas no âmbito da reprodução global do capitalismo, é integrada por uma série de outras categorias que se inter-relacionam de modo a compor a totalidade do conceito.

É nessa direção que os pensadores da vertente marxista da dependência empreenderam seus esforços para a formulação do conceito de dependência. Os trabalhos de Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini são identificados como os mais relevantes para a elaboração inicial da TMD. Não obstante as inegáveis contribuições dos primeiros para a construção do quadro teórico ao redor da noção de dependência, é nas obras de Marini que essa noção encontra o fundamento metodológico e explicativo para constituir-se enquanto um corpo teórico amadurecido. Ouriques (2017, p. 147) salienta que a contribuição mais acabada no âmbito dos primeiros debates da escola dependentista, situado entre os anos de 1964 e 1974, é apresentada por Marini “a partir de um rigoroso manejo do instrumental marxista”.

Além do fato da obra de Marini ser frequentemente apontada pelos revisores da TMD como a fundadora das bases dessa matriz de pensamento, o foco especial em suas contribuições proposto por esta pesquisa justifica-se por três razões principais. Primeiramente, os conceitos desenvolvidos por Marini permitem a consecução dos objetivos da presente dissertação quanto à análise concreta do estudo de caso. Além disso, é na polêmica do debate traçado entre este autor e Fernando Henrique Cardoso (FHC) que se permite vislumbrar as divergências essenciais entre as distintas posições da teoria da dependência, evidenciando a heterogeneidade desse campo teórico. Esse antagonismo

oferece uma base fundamental para a análise crítica da atuação política de Cardoso e da consecução do seu projeto de modernização da economia brasileira que marcou a era neoliberal do país, nos anos noventa. Finalmente, por considerar-se que o pensamento de Marini representa o amadurecimento do conceito de dependência, não só por elencar as categorias que o integram, vinculando-o rigorosamente à literatura marxiana sobre valor-trabalho, mas por estabelecer o nexos fundamental da TMD com a teoria marxista do imperialismo, por meio do conceito de subimperialismo.

Nessa esteira, a publicação, em 1973, de “Dialética da Dependência” representa o empreendimento teórico de Marini de aplicação da dialética marxista e das categorias do materialismo histórico a fim de identificar as leis do desenvolvimento capitalista periférico, a partir das leis gerais de acumulação e de reprodução do capitalismo formuladas por Marx, que assumem aspectos estruturais no quadro dessas economias. Nessa obra, Marini procura evidenciar, com base no materialismo histórico dialético, os pontos de integração e de articulação das tendências do capitalismo no centro e na periferia. Realiza isso por meio de uma exploração da história econômica da América Latina em que as particularidades das formações econômico-sociais desse subcontinente não estão desassociadas da expansão da esfera central do capitalismo enquanto economia mundial.

Pelo contrário, a relação de dependência que se estabelece entre essas duas esferas, e que se manifesta internamente nos países periféricos por meio da estruturação das formas e dos mecanismos que sustentam e reproduzem essa condição, configura-se a partir da compreensão de uma totalidade dialética associada aos movimentos contraditórios que o modo de produção capitalista assume globalmente. Desse modo, apresenta o entendimento de que não é possível estabelecer uma posição de equivalência entre as formas assumidas pelo desenvolvimento capitalista nos países do Eixo Norte e aquelas apresentadas pelos países subdesenvolvidos. Isso porque estes detêm características próprias que as suas formações econômicas foram adquirindo ao longo de diferentes momentos históricos. Essas particularidades descortinam os aspectos estruturais específicos que configuram a existência de um capitalismo *sui generis*, consoante defende Marini (2011), nos países latinoamericanos.

Todavia, e simultaneamente, para o referido autor, essas formações capitalistas não estão desintegradas do movimento de reprodução do capitalismo central, sendo necessário, para compreendê-las em toda sua complexidade, analisá-las “na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional” (2011, p. 132).

Para chegar a essas conclusões, Marini examina os diferentes momentos de estruturação econômica dos países da América Latina, tanto quando se constituíam como economias essencialmente agrário-exportadoras quanto sob a forma de economias industriais modernas. Isso porque o referido autor entende que é “o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano o que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram nesse resultado” (2011, p. 132). Assim, desde os primórdios do processo de expansão da economia mercantil das nações europeias em direção ao “Novo Mundo”, no século XVI, verifica-se a conformação da estrutura produtiva das colônias latinoamericanas às exigências do capitalismo em formação, de acordo com o atendimento das necessidades de abastecimento das metrópoles.

Porém, importa salientar que, ao contrário de Theotônio dos Santos e Gunder Frank, que em suas historizações da dependência identificam uma etapa de dependência colonial, Marini estabelece a Revolução Industrial do século XIX, na Inglaterra, e a série de novos fenômenos advindos como decorrência desse processo, como o marco inicial da configuração de uma divisão internacional do trabalho. Sobre esta estrutura, as relações entre os países latinoamericanos, em processo de aquisição de sua independência política, e os centros capitalistas, assentados na modernização industrial, irão desenvolver-se e assumir as formas por meio das quais é possível identificar a dependência. Nesse sentido, Marini define a dependência como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (2011, p. 134-135).

Destarte, a divisão internacional do trabalho pode ser entendida como a atribuição de papéis assumidos pelas nações no mercado mundial a partir da especialização de suas estruturas produtivas, em que países avançados e dependentes realizam funções econômicas diferentes (Marini, 2011). Em consonância com o pensamento de Marx e Engels, o conceito que Marini atribui à dependência baseia-se na ideia de que “a grande indústria criou o mercado mundial já preparado pela descoberta da América” (Marx e Engels, 2017, p. 26) estabelecendo, então, a divisão internacional do trabalho. Nessa esteira, apesar de negar como equivalentes as estruturas colonial e do capitalismo dependente, Marini não deixa de salientar o caráter de continuidade entre essas duas formações históricas.

Reconhece-se, por exemplo, o papel fundamental que as exportações das colônias da América Latina desempenharam para o desenvolvimento da indústria europeia. Primeiro,

por terem proporcionado uma oferta de alimentos abundante a estes países, permitindo a formação de uma classe operária urbana especializada na atividade industrial enquanto a requisição de mão-de-obra para a produção agropecuária nacional era suplantada, consideravelmente, pela entrada das mercadorias latinoamericanas. E, ainda, em razão do fornecimento crescente de matérias-primas para abastecer as necessidades da produção industrial.

É, contudo, com o estabelecimento da divisão internacional do trabalho que se enxergam as possibilidades de discussão sobre a formação da dependência latinoamericana. Dessa maneira, é incorporada a percepção acerca dos aspectos peculiares que o capitalismo assume no interior das economias exportadoras de matérias-primas e das produtoras de mercadorias manufaturadas. Nessa toada, o trabalho de conceitualização desenvolvido por Marini (2011, 2013) se empenha em demonstrar as contradições das tendências do processo de reprodução do capitalismo no centro e na periferia, a partir da aplicação dos conceitos-base da teoria econômica de Marx, como o de mais-valia absoluta e relativa.

Retornando à formação das economias modernas industrializadas nos países europeus como ponto inicial de sua análise, Marini (2011) explica que o desenvolvimento capitalista na América Latina diferencia-se, essencialmente, pelo fato de que, ao contrário do que fora observado nos países centrais, o incremento da produção interna não conduziu à passagem de uma forma de exploração do trabalho assalariado baseado na mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Enquanto as economias latinoamericanas foram fundamentais para consolidar as condições em que essa transferência do eixo de acumulação tornou-se possível nos países europeus a partir do advento da industrialização, o mesmo processo não pode ser observado na realidade material daqueles países.

Essa série de processos interligados que caracterizam o capitalismo dependente como forma de capitalismo particular ancorado em contradições próprias a esse modo de produção, enquanto sistema econômico internacional, permite a delimitação de categorias que procuram explicar essa realidade contraditória. A partir da teoria do valor de Marx, desenvolvem-se as categorias de superexploração da força de trabalho e de divórcio entre a estrutura produtiva e as necessidades das massas como processos pertencentes à forma particular que o capitalismo periférico latinoamericano assume, por exemplo. Sob a perspectiva de Marini (2011), tais elementos não se desvinculam dos mecanismos a partir dos quais as distintas formações econômico-sociais estão integradas às leis tendenciais do capitalismo global, sendo condicionadas por estas.

A partir da elaboração dessas categorias por Marini, os debates posteriores promovidos por intelectuais latinoamericanos⁶ interessados em manter a atualidade da TMD debruçam-se sobre esse campo de pesquisa a partir de interpretações e aprimoramentos do legado teórico-conceitual deixado pelas suas obras. Merecem destaque as contribuições recentes de Luce (2018), que, num trabalho de investigação sobre os sentidos conceituais contidos nas categorias originalmente apresentadas por Marini, oferece uma análise minuciosa das noções que se expressam como os elementos integrantes da dependência, articulando-as à realidade concreta da história econômica latinoamericana.⁷

É assim que é possível identificar três categorias essenciais que delimitam o conceito de dependência, com fundamento na teoria do valor de Marx: a transferência de valor como intercâmbio desigual; a cisão nas fases do ciclo do capital (ou o divórcio entre as estrutura produtiva e as necessidades das massas); e, por fim, a superexploração da força de trabalho (Marini, 2011).

Cumprе ressaltar que tais categorias se constituem como aspectos intercalados à dependência que se relacionam de forma intrincada e consequencial, não podendo ser analisadas isoladamente. Dessa forma, o materialismo histórico dialético apresenta-se como ferramenta metodológica que permite o entendimento de que, no capitalismo dependente, atuam tendências e contratendências específicas, porém que compreendem a totalidade do movimento dialético expresso nas leis gerais de funcionamento do capitalismo. Tendo isso como base, parte-se para a análise de cada uma das categorias que informam a dependência.

⁶ Entre os quais convém destacar as contribuições de Jaime Osorio, Carlos Eduardo Martins, Nildo Ouriques, Marcelo Dias Carcanholo, Adrián Sotelo Valencia, Marisa Silva Amaral, Raphael Lana Seabra e Mathias Seibel Luce.

⁷ Luce (2018) afasta as interpretações que considera equivocadas acerca do texto de “Dialética e Dependência”, bem como de outras de suas obras relevantes para o desenvolvimento da teoria da dependência, com o intuito de apresentar uma versão mais completa da TMD, partindo do mesmo rigor metodológico e conceitual que possibilitou a consolidação desse quadro teórico por meio das formulações de Marini. Este parte da interpretação de que as contradições particulares às economias dependentes são negativamente determinadas, no que sentido de que a superação da contradição nem sempre apresenta-se como o resultado último da lógica dialética. Ou seja, a determinação positiva da síntese (negação da negação) não necessariamente se expressa de forma completa, manifestando-se a determinação negativa da dialética como continuidade das complexidades que compõem a estrutura dialética como movimento constante entre contrários. Assim, a partir da perspectiva da dialética negativa são consideradas as “tendências alienantes, negativas e disruptivas do capitalismo que se manifestam, sob certas circunstâncias, de maneira agudizada, como momento predominante” (Luce, 2018, p. 19).

2.1. A transferência de valor como intercâmbio desigual no âmbito da divisão internacional do trabalho

2.1.1. A lei do valor no mercado mundial e o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho

A expansão do sistema capitalista, nas esferas de produção e circulação de mercadorias, permite a formação de um mercado mundial onde se operam as trocas comerciais e financeiras entre os países, processo responsável pela sedimentação de uma divisão internacional do trabalho. Nesse quadro, as relações que se estabelecem entre os países industriais e não industriais desenvolvem-se a partir da ampliação do mercado mundial em que se identificam duas esferas distintas de produção que estão inter-relacionadas (Luce, 2018; Marini, 2011). Assim, a expansão do mercado a nível global significa tanto a integração dos mercados fundados em bases nacionais quanto sua diferenciação, compreendendo o que Osorio (2008) chama de uma totalidade integrada e, simultaneamente, diferenciada; ou, conforme as palavras de Luce (2018, p. 30), “duas realidades contraditoriamente integradas de formações econômico-sociais, as quais influem e se veem afetadas de modo diferenciado na totalidade que é a economia mundial”.⁸

Cada esfera de produção representa, nesse sentido, as economias especializadas que desempenham funções distintas na divisão internacional do trabalho, implicando a diferenciação entre uma estrutura produtiva de bens manufaturados e outra produtora de matérias-primas. Na óptica da TMD, essa distinção dos papéis exercidos no mercado mundial pelas economias industriais e não industriais assume características posteriores que passam a opor economias industriais imperialistas e economias industriais dependentes, consoante as novas configurações internas dessas formações econômicas entram em cena.

⁸ Reconhecer a existência dessas distinções entre duas realidades produtivas não significa, todavia, admitir equivocadamente que estas estão assentadas em modos de produção diferentes, uma vez que a interpretação de Marini, bem como daqueles que procuram dar continuidade às suas contribuições nos debates atuais sobre a dependência, reside na ideia de que essas esferas distintas, apesar de contraditórias, vinculam-se no mercado mundial, estando integradas à lógica de expansão do capitalismo a nível internacional.

Trata-se, então, de conceber que a lei do valor apresenta comportamentos diferenciados a partir do momento em que a atividade produtiva e de circulação de bens expande-se a um nível transnacional. Esse processo implica a possibilidade de identificação de formas diferentes de reprodução do capitalismo no interior de economias que pertencem a uma mesma esfera produtiva, bem como no âmbito externo em que se estabelecem as relações entre as duas esferas.

Nessa toada, as condições estabelecidas pelo intercâmbio de mercadorias entre economias nacionais, ao mesmo tempo em que obedecem a lei do valor, atuam mediante contratendências que representam uma transgressão às leis de intercâmbio de equivalentes. Para chegar-se a essas conclusões, parte-se das formulações de Marx sobre a lógica da valorização do capital que rege as relações mercantis fundadas na contradição entre capital e trabalho. Assim é que, a transferência de valor, enquanto categoria marxiana, está ligada à compreensão de que, no processo de produção e acumulação capitalista, verifica-se a não-identidade entre o valor produzido e o valor acumulado.

Todavia, apesar de em “O Capital” Marx demonstrar as transferências de valor operadas entre capitais individuais, ramos econômicos e setores de produção distintos, a interpretação de Marini defende que as transferências de valor realizadas entre esferas distintas de produção à nível mundial refletem a transgressão da lei do valor, no sentido de apresentar-se como uma outra forma sob a qual se manifesta. Esse aspecto da lei do valor relaciona-se à concepção de um intercâmbio desigual no âmbito do mercado mundial (Luce, 2018; Marini, 2011).

Destarte, as leis de intercâmbio que atuam em uma mesma esfera produtiva nacional assumem formas e mecanismos de funcionamento diferentes no capitalismo dependente, como a lei de nivelamento ou de equalização da taxa de lucro. Para Marini (2011), esse fenômeno se expressa da seguinte forma: enquanto nas economias centrais a obtenção da mais-valia extraordinária e de lucros extraordinários é limitada pela lei do nivelamento da taxa de lucro, que funciona como mecanismo de compensação; nas economias dependentes ocorre uma transferência de mais-valia para aquelas, via preços. Isso explica por que, na esfera internacional, a lei do valor não se expressa como um intercâmbio de equivalentes entre países com maior desenvolvimento capitalista e países subordinados ao imperialismo.

Assim, de forma contrária, a transferência de valor na escala mundial implica no intercâmbio desigual que se estrutura mediante a formação de uma divisão internacional do trabalho. É nesse aspecto que se insere a diferenciação na natureza das transferências de valor realizadas na seara de uma mesma esfera de produção e na das que se operam entre

esferas distintas (Luce, 2018). Destarte, o fenômeno da troca desigual está intimamente relacionado com a transferência de mais-valia absoluta para mais-valia relativa nas economias centrais. Esta diferencia-se daquela como forma de exploração do trabalho na medida em que decorre de mudanças nas ferramentas de produção a partir do avanço tecnológico, o que provoca, conseqüentemente, o aumento da produtividade. Esse aumento da produtividade do trabalho não implica, todavia, o aumento do valor da produção, deixando de incidir, conseqüentemente, na taxa de mais-valia (Fine & Saad-Filho, 2018; Marx, 2013).

Ademais, a ampliação da capacidade produtiva permite ao detentor dos meios de produção diminuir o valor individual de seus produtos, em vantagem comparativa aos demais no âmbito da concorrência do mercado. Desse modo, o capitalista em vantagem competitiva apropria-se de uma mais-valia maior do que a obtida pelos seus concorrentes, a mais-valia extraordinária. Esta, por sua vez, transfigura-se em lucro extraordinário, que não se mantém restringido a um setor produtivo, caracterizando-se pela transferência entre diferentes setores (Marini, 2011).

Ocorre que o aumento da capacidade produtiva de forma generaliza para todos os setores da economia não significa a elevação da exploração do trabalho e, por esse motivo, não resulta também no aumento da taxa de mais-valia. Esse processo gera a redução do valor real da força de trabalho em razão da diminuição da mais-valia, uma vez que o crescimento da produção implica no aumento quantitativo dos bens produtivos, mas não provoca alterações no seu valor. Em suma, tem-se que a mudança tecnológica no instrumento de trabalho que caracteriza a mais-valia relativa e, desse modo, aumenta a produtividade sem elevar o tempo de trabalho, implica na diminuição do valor.

A explicação para isso encontra-se na compreensão de que a taxa de mais-valia somente pode ser alterada se envolver a elevação do tempo de trabalho, isto é, se houver uma mudança na relação entre o trabalho excedente, que gera mais-valia, e o trabalho necessário (Marx, 2013). Este entende-se como o tempo de trabalho necessário para repor ao detentor dos meios de produção o valor equivalente ao salário e para que o trabalhador possa repor a sua força de trabalho (Fine & Saad-Filho, 2018; Marx, 2013). Assim, a elevação da mais-valia depende do aumento do tempo de trabalho excedente em relação àquele necessário ao trabalhador para cobrir o valor da sua força de trabalho, e não do aumento da capacidade de produção. Ou seja, o aumento da produtividade não significa o crescimento do nível de exploração do trabalho, já que, na passagem para a mais-valia relativa, é a mera introdução de novas tecnologias no processo de produção que permite o

seu aumento. Por sua vez, a diminuição do valor social das mercadorias como decorrência desse processo atua sobre o valor dos produtos necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, os bens indispensáveis ao trabalhador para sua subsistência, chamados de bens-salário (Marx, 2013).

Marini (2011) explica, então, que o processo de elevação da mais-valia relativa nas economias centrais foi possível, em grande medida, graças à oferta mundial de alimentos proporcionada pelos países latinoamericanos. A entrada desses bens de subsistência (bens-salário) nos países industriais por meio do comércio externo com a periferia latinoamericana possibilitou, em certa medida, que os trabalhadores, que abandonavam o campo ao se descolarem para os centros urbanos, pudessem especializar-se na atividade industrial. Assim, o crescimento da população urbana e a formação da massa operária nas cidades do Norte apresentava uma demanda cada vez mais crescente de bens-salário, que não poderia ser suprimida somente pela produção agropecuária nacional, residindo, nesse aspecto, a função das economias não industriais, enquanto economias primário-exportadoras, no abastecimento dessa demanda. Destarte, os países latino-americanos realizam um papel de destaque nesse processo de crescimento da mais-valia relativa nos países industriais, que, por consequência, traduz-se na desvalorização real da força de trabalho.

Paralelamente, o gradual aumento da produtividade exige um abastecimento maior de matérias-primas necessárias à produção. O aumento da mais-valia relativa significa, ao mesmo tempo, que o valor do capital variável (correspondente à força de trabalho) decai em relação ao capital constante (os meios de produção), pela substituição da força viva de trabalho por máquinas, elevando-se, assim, a composição orgânica do capital, que corresponde à proporção entre capital constante e capital variável. Na medida em que a taxa de lucro é calculada mediante a taxa de mais-valia sobre o valor do capital original (capital variável somado ao capital constante), quanto maior a composição orgânica do capital, menor será a taxa de lucro (Fine & Saad-Filho, 2018; Marx, 2013).

Marx (2013) explica que, por haver uma tendência natural do capitalismo de elevar a composição orgânica do capital por causa da constante introdução de inovações tecnológicas, há, como consequência, uma tendência natural ao declínio da taxa de lucro. Tal fenômeno consiste em uma das contradições fundamentais para o funcionamento do sistema capitalista, em que são empregados diferentes mecanismos de compensação para a tendência de queda da taxa de lucro, seja no que diz respeito a formas de elevação da taxa de mais-valia ou, ainda, a modos de redução do valor do capital constante. Recordando que este compreende a totalidade do capital desembolsado para a aquisição dos meios de

produção, incluindo as matérias-primas essenciais à produção industrial, Marini desenvolve seu pensamento a respeito da função dos países latino-americanos como facilitadores desse processo nos centros industriais ao expor que, por meio da oferta de matérias-primas baratas, a América Latina “não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão” (2011, p. 141-42).

Desse modo, tem-se que o barateamento de bens que integram o capital constante atua de forma a transgredir a queda tendencial da taxa de lucro, fazendo com que esta se eleve à medida que o valor do capital constante decresce. Por outra via, o decréscimo nos preços das matérias-primas e dos alimentos exportados pelos países latinoamericanos, definindo sua posição na divisão internacional do trabalho, enquanto o mesmo não ocorre com os produtos manufaturados provenientes dos centros capitalistas, manifesta-se como fenômeno característico do intercâmbio desigual correlato à deterioração dos termos de troca.

Nesse aspecto, impende entender quais os mecanismos que operam interna e externamente para que os países periféricos se mantenham como importantes fornecedores de produtos primários, mesmo diante das perdas resultantes das relações de troca no comércio externo. Tais mecanismo, segundo Marini (2011), ao mesmo tempo em que se configuram como tendências que evidenciam o funcionamento da lei do valor, apresentam-se como contratendências que desobedecem a troca de equivalentes enquanto expressão dessa mesma lei tendencial.

Diante do exposto até aqui, é possível inferir que o exame acerca do funcionamento das relações econômicas internacionais baseadas no valor de troca, a partir da integração da América Latina ao mercado mundial, requer considerar a relação entre valor, preço de produção e preço de mercado. Sob o escopo da acumulação e da concorrência entre capitais, a mais-valia deve remunerar não somente o capital variável, mas também o capital constante. Nesse sentido, o valor dos bens produzidos não é constituído pela soma entre capital variável, capital constante e mais-valia, e sim pela soma entre capital constante e variável e o lucro, constituindo o preço de produção.

Dessa forma, as mercadorias entram no mercado com preços que não correspondem ao seu valor, mas ao preço de produção (custo de produção e lucro médio). Este, por sua vez, deve repor ao capitalista o montante despendido com a aquisição da força de trabalho (capital variável), os meios de produção (capital constante) e o lucro médio. Ademais, o entendimento acerca das maneiras como são fixados o preço de produção e o preço de

mercado permite entender a forma em que se configura o intercâmbio de não equivalentes entre nações que pertencem a esferas diferentes de produção (Luce, 2018). O movimento do valor, na escala do mercado internacional, obedece à necessidade de superação da taxa de lucro média de modo a obter-se o lucro extraordinário. Este é adquirido pela venda de mercadorias produzidas abaixo do preço de produção por determinados capitais que se apropriam dos valores produzidos por outros capitais na fase de realização do capital, na esfera de circulação, quando os valores são convertidos em preços.

É assim como, por conta de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente os preços de mercado que as condições de produção destes contribui para fixar. [...] o mero fato de que umas produzem bens que as outras não produzem, ou não o fazem com a mesma facilidade, permite que as primeiras iludam a lei do valor, isto é, vendam seus produtos a preços superiores a seu valor, configurando assim uma troca desigual. Isso implica que as nações desfavorecidas devem ceder gratuitamente parte do valor que produzem, e que essa cessão ou transferência seja acentuada em favor daquele país que lhes venda mercadorias a um preço de produção mais baixo, em virtude de sua maior produtividade (Marini, 2011, p 145).

Apesar de Marini não ter diretamente se referido ao conceito marxiano de intensidade nacional do trabalho, Luce (2018) menciona que a elaboração daquele autor acerca do intercâmbio desigual, com base na distinção quantitativa do valor produzido e apropriado, necessita ser analisada de forma relacional com tal conceito. A intensidade do trabalho numa economia interna, embora não se confunda com maior produtividade, relaciona-se ao aumento da capacidade produtiva de um país. Assim, a nação com produtividade superior, pelas condições da concorrência e em razão de gerar mercadorias com preço de produção reduzido, não encontra-se impelida a diminuir o preço de venda de seus produtos. Nessas condições, o aumento da produtividade nacional coincide com o aumento da intensidade nacional do trabalho, sendo esta uma unidade de medida, com base na unidade média do trabalho universal, que expressa quantitativamente o valor que é produzido e efetivamente apropriado por uma economia nacional.

Nessa toada, os países com maior produtividade e intensidade nacional do trabalho apresentam as condições que tornam possível apropriar-se de mais valor do que foi gerado por sua estrutura produtiva, apropriando-se, assim, de mais riqueza. Tal esquema expõe a intensidade nacional do trabalho como categoria marxiana fundamental à estruturação, no âmbito da economia mundial, do intercâmbio de não equivalentes, consoante defende Luce (2018, p. 36):

[...] os capitais e economias que atingem uma *intensidade nacional* superior na divisão internacional do trabalho logram realizar suas mercadorias como se fossem portadoras de mais trabalho incorporado do que efetivamente contêm – ou capturam riqueza que flui para si além daquela que foi gerada por eles. E ao fazê-lo, fazem-no porque outros capitais e economias estão perdendo ou transferindo valor. Aqui reside o segredo do intercâmbio desigual ou – sendo mais precisos – o segredo da *transferência de valor como intercâmbio desigual*.

Desse modo, é possível identificar que a TMD adota uma compreensão da teoria do valor marxiana que envolve o valor, o preço de produção e o preço de mercado, afastando-se das interpretações que procuram restringir a lei do valor à esfera da incorporação da força de trabalho dentro das relações de produção. Dessa forma, considera o âmbito de distribuição e de reprodução do capital no plano internacional. Nessa esfera, associam-se os elementos ligados à formação da taxa de lucro média e ao preço de produção, funcionando este como o nivelador da lei do valor a nível global. Admite-se, assim, a configuração do processo de valorização do capital não somente no plano nacional, mas também no mercado mundial.⁹

As transferências de valor ocorrem, desse modo, quando há uma distância significativa entre o preço de produção e o preço de mercado. Por essa razão, Marini (2011) considera que a transferência de valor, no marco do intercâmbio entre economias diferenciadas hierarquicamente no plano internacional, é também uma transferência de mais-valia apropriada pelas economias dominantes mediante a exploração dos trabalhadores das economias locais periféricas. Mesmo que haja investimentos nos países dependentes por parte dessas corporações, estas tendem a permanecer no controle da pesquisa e das patentes, como elementos do conhecimento tecnológico.

Fenômeno parecido, que também expressa a transferência de valor na seara do desenvolvimento tecnológico desigual, consiste no pagamento de *royalties* em decorrência da aquisição pelas economias dependentes de aparatos tecnológicos fornecidos pelos países desenvolvidos. Desse modo, o fato destes controlarem tecnologias que não podem ser produzidas por economias com níveis menores de desenvolvimento tecnológico, condiciona

⁹ A título de ilustração, com base numa análise mais concreta do fenômeno em questão, Luce (2018) aponta que é possível verificar a diferença na forma como são praticados, por empresas multinacionais, preços de mercado em economias internas distintas, em referência a uma mesma mercadoria. Isto é, quais são os elementos que explicam a diferença de preço praticado em relação a um produto que é vendido em economias periféricas por um preço consideravelmente maior àquele que custa nos países centrais, já consideradas as diferenças cambiais e fiscais. Levando em consideração que as multinacionais recebem incentivos dos governos em forma de isenções fiscais e subsídios e os salários nos países dependentes são menores, não há como argumentar que a elevação do preço de mercado ocorre por acréscimo do custo de produção. Assim, com taxas de mais-valia maiores e custos de produção menores, é possível explicar tal fenômeno como uma decorrência da transferência de valor no âmbito do intercâmbio desigual, em que as remessas de lucros e dividendos das empresas filiais que operam nos países dependentes para suas matrizes nos países imperialistas refletem maior exploração de mais-valia e maior apropriação de valor.

a transferência de valor baseada em maior apropriação de valor pelos países avançados do que foi, de fato, produzido por estes. Assim, é precisamente a verificação de níveis de produtividades desiguais, com a existência de países tecnologicamente avançados que são capazes de produzir mercadorias que economias em desvantagem não podem, ou não são capazes de produzir com a mesma facilidade, que permite que para tais economias em posição hierárquica superior não seja mandatário reduzir o preço de suas mercadorias até o limite do seu valor para que possam vendê-las no mercado externo (Luce, 2018; Marini, 2011).

2.1.2. As formas de transferência de valor entre economias dependentes e economias dominantes

Consoante o que já fora debatido, é possível passar do esforço de abstração acerca da reprodução da lei do valor no âmbito da economia internacional para análises mais concretas a respeito da identificação das formas sob as quais essas transferências se operam. A transferência de valor como intercâmbio desigual se manifesta concretamente, seja por meio de remessas de lucros, dividendos e *royalties*, e da deterioração dos termos de troca, consoante foram estudadas pelos fundadores da TMD; como também a partir das novas características da economia mundial decorrentes da consolidação do processo de globalização, que se expressam mediante remessas de juros, por meio dos mecanismos da dívida externa, e a “apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio sobre os recursos naturais” (Luce, 2018, p. 50). Desse modo, essas quatro formas de manifestação da transferência de valor como intercâmbio desigual representam níveis distintos e complementares de dependência comercial, financeira e tecnológica, na medida em que essas esferas estão fortemente articuladas.

Conforme exposto no capítulo anterior, a deterioração dos termos de intercâmbio foi inicialmente trabalhada pela teoria cepalina, que evidenciou o declínio dos preços das exportações dos países periféricos latinoamericanos em comparação à manutenção da estabilidade nos preços dos bens manufaturados exportados pelos países industriais. Todavia, ao contrário do pensamento dos economistas da CEPAL, que procuravam explicar essa realidade do comércio internacional por meio da noção de heterogeneidade estrutural das economias periféricas incapazes de absorver o progresso técnico nos mesmos termos dos

países centrais, os teóricos dependentistas aprofundaram tal interpretação em direção a uma teoria associada ao valor, e não meramente ao nível dos preços na esfera de circulação.

Uma nova contribuição trazida pela TMD para a apreensão do intercâmbio desigual na esfera internacional consiste em elencar a apropriação de renda diferencial e de renda absoluta de monopólio como forma de materialização das transferências de riqueza entre esferas econômicas diferenciadas hierarquicamente na divisão internacional do trabalho. Para compreendê-la, faz-se necessário recorrer à teoria marxiana da renda da terra.¹⁰ Para Marx, a renda da terra pode apresentar-se como renda absoluta, renda de monopólio, renda diferencial I ou renda diferencial II (Fine & Saad-Filho, 2018; Luce, 2018).

A primeira refere-se à propriedade da terra, apresentando-se sob a forma de renda de monopólio quando ocorre a exploração, de maneira monopolizada, do solo e de seus recursos. Para entender o conceito de renda diferencial, por sua vez, impende considerar a existência de um terreno menos produtivo em decorrência da característica de baixa fertilidade do seu solo. Esse terreno serve como um parâmetro para o estabelecimento do nível de produtividade de outras terras e constitui a chamada terra marginal. Nesse sentido, considera-se como de produtividade alta o terreno que apresenta uma produção maior do que àquela que uma terra marginal é capaz de gerar. Assim, a terra que produz mais do que a terra marginal constitui-se como renda diferencial,¹¹ que pode ser distinguida entre renda diferencial I, que possui produtividade elevada em razão da maior fertilidade do solo, e renda diferencial II, cujo grau superior de produção decorre de maiores investimentos para a aquisição de capital constante de modo a proporcionar o aumento da riqueza extraída (Carcanholo, 1984; Cario & Buzanelo, 1986; Luce, 2018).

¹⁰ A teoria da renda de Marx aparece na seção VI do livro III d'O Capital, bem como nas Teorias da Mais-Valia.

¹¹ Segundo Cario & Buzanelo (1986, p. 34) “a renda diferencial advém da produtividade gerada pelo trabalho humano sobre determinada base natural de produção na agricultura. A renda diferencial constitui uma forma existencial da mais-valia extraordinária, criada a partir do trabalho humano, única fonte de valor, uma vez que se não ocorrer trabalho na terra, esta permanece estéril”. Paulani (2016, pp. 523-24), complementa esse sentido, ao explicar que “a renda diferencial é também sobrelucro, só que sobrelucro apurado no setor agrícola, onde a terra faz parte do conjunto dos meios de produção. A existência da propriedade privada da terra faz com que esse valor, produzido no processo produtivo, gerado, portanto, pelo trabalho, e gerado num nível que supera o do pagamento do salário somado ao lucro médio, seja apropriado não como sobrelucro, mas como renda fundiária. Surge na trama, portanto, uma nova classe de personagens e um novo tipo de rendimento. A renda fundiária, que é devida ao dono da terra e que tem no sobrelucro sua base material, é rendimento que deriva da mera propriedade. Os proprietários fundiários, graças ao monopólio que têm de ‘determinadas partes do globo terrestre e seus anexos’, para usar os termos de Marx, capturam parte do valor gerado em sua porção de terra e se apropriam dele sob a forma de renda. São, portanto, rentistas”.

Em outras palavras, a renda diferencial consiste na “diferença entre o preço de produção médio da terra mais desfavorável e o de cada classe de terra” (Carcanholo, 1981, p. 43).¹² Nessa seara, o preço de produção médio da terra mais desfavorável (terra marginal) representa o preço de produção que regula o mercado, determinando o preço de mercado. É a subtração entre o preço de produção regulador e o preço de produção das terras não-marginais, que se situa a renda diferencial (Carcanholo, 1981; 1984). Considerando-se que a riqueza produzida pelas terras marginais corresponde ao lucro médio de um ramo agrícola, a gerada pela renda diferencial diz respeito ao lucro extraordinário. Todavia, à medida que a renda diferencial deriva da aplicação de capitais em terras não-marginais, esta pode ser apropriada parcialmente ou totalmente na esfera nacional, assim como pode ser transferida de forma total ou parcial.

Carcanholo (1981) considera a apropriação de renda da terra como uma forma importante de transferência de valor a partir dos países latinoamericanos, por entender que a região funciona como fonte potencial de renda diferencial no mercado mundial devido às suas extensas riquezas naturais. A renda diferencial passa a produzir valor à medida que é explorada para geração de riqueza, assim como na forma de transformação de valor em preço, mas, nesse caso, de renda em preço. O ponto central da tese do referido autor consiste, então, em apreender como se dá apropriação dessa riqueza nos países dependentes com economias agroexportadoras.

Para tanto, se debruça sobre o caso de estudo da Costa Rica, considerando o período entre o começo da década de 60 e meados da década seguinte, no qual observava-se o estabelecimento de um novo padrão de reprodução do capital alicerçado na consolidação de uma indústria a que o autor se refere como parasitária (Carcanholo, 1981). O crescimento industrial do país era financiado pelos excedentes da produção de café, principal mercadoria exportada pela economia costarriquenha, mediante a grande geração de renda diferencial pelas terras altamente férteis do país. A apropriação dessa renda, não obstante ocorresse, parcialmente, pelos capitais nacionais, também era objeto de transferências de valor para outros países. Esse quadro é analisado em seu estudo fazendo-se uso do instrumental oferecido pela teoria do valor, e uma metodologia com uso de indicadores que permitem a identificação do valor internacional da produção exportável e do valor apropriado nacionalmente sob a forma de dinheiro-mundial. Desse modo, permite-se identificar a

¹² Também citado por Luce (2018).

apropriação por outros países de renda diferencial em níveis superiores à apropriação nacional da renda diferencial gerada pelo setor cafeeiro exportador (Carcanholo, 1981).

Ademais, essa apropriação de valor ocorre não somente por meio da geração de renda diferencial no âmbito do cultivo e da exploração de terras produtivas localizadas em países periféricos, mas por meio, também, da renda absoluta de monopólio, quando capitais estrangeiros exercem a exploração de um terreno ou de um recurso natural de forma monopolizada. O caso de estudo oferecido pela construção do canal do Panamá é apresentado como um exemplo capaz de ilustrar esse tipo de transferência de valor por meio da apropriação da renda de absoluta de monopólio por setores externos:

Enquanto a administração do Canal do Panamá esteve sob o controle direto dos EUA, no período de 85 anos entre 1914 e 1999, as receitas que fluíram para o Estado panamenho como pagamento pelo trânsito bioceânico de embarcações foram somente de 1,83 bilhões de dólares. Em contraste, após a devolução de sua soberania ao país, depois de décadas de lutas da classe trabalhadora e do movimento anti-imperialista panamenho, a renda pelo uso do Canal aportou ao fisco nacional 8,59 bilhões de dólares em catorze anos (Luce, 2018, pp 72-3).

Desse modo, ambas formas de apropriação da renda da terra implicam transferência de riqueza dos países subjugados ao imperialismo para os países dominantes, incidindo sobre a expropriação dos recursos naturais daqueles. O que merece ser destacado a respeito desses esforços de investigação trata-se da possibilidade de, valendo-se da teoria marxiana do valor como base, demonstrar as construções pertinentes entre a teoria e a realidade concreta de um determinado estudo caso. Dessa forma, é possível apreender como a apropriação de riquezas por capitais internos e externos se opera e se manifesta enquanto tendência de um padrão de reprodução do capital nas economias dependentes.

Outra modalidade de transferência de valor, objeto de estudo dos dependentistas, refere-se às remessas de lucros, *royalties* e dividendos, estando relacionada à entrada de investimentos externos nas economias dependentes. Uma das características principais da fase imperialista do capitalismo mundial é o movimento de capitais entre países, como fruto da expansão das economias industriais do centro capitalista numa esfera global. Paralelamente, a inserção dos países periféricos no sistema econômico-financeiro internacional revelou a necessidade de investimentos nos novos setores que começavam a se estruturar nessas economias (Marini, 2013; Santos, 2000). Inicialmente, no caso dos países latinoamericanos, os Investimentos Externos Diretos (IED) eram destinados à construção de ferrovias a partir de empréstimos oriundos da Inglaterra. À medida que emerge a hegemonia norte-americana, na passagem para o século XX, inaugura-se uma nova etapa de entrada de

capital estrangeiro, em que a destinação dos investimentos é voltada para atividades produtivas relativas à extração de matérias-primas e seu processamento (Luce, 2018).

O IED dos EUA na América Latina torna-se mais presente após a Primeira Guerra Mundial, quando no período de 1914 a 1929, o montante total de investimento triplica, passando de 1,27 bilhões de dólares a 3,6 bilhões (Bulmer-Thomas, 2010 *apud* Luce, 2018). Seguida à recuperação da depressão econômica de 1929, os investimentos estadunidenses voltam a subir com o término da Segunda Guerra, acompanhando o processo de industrialização de alguns países da região. Estes passavam a financiar, assim, o setor industrial em formação na América Latina (Marini, 2011).

Caputo e Pizarro (1971) procuraram definir quantitativamente a transferência de riqueza dos países latinoamericanos para os países centrais onde encontram-se as sedes de multinacionais instaladas na região, entre os anos de 1946 e 1967. Para tanto, foram analisados os documentos contábeis de companhias estadunidenses com filiais na América Latina a fim de precisar as tendências de entrada e saída de capitais entre essas economias. O estudo demonstrou que, no geral, as corporações norte-americanas apropriaram-se de riqueza significativamente superior à gerada pelos seus investimentos no âmbito interno dos países dependentes.

Isso porque a saída de recursos ultrapassa o total de entrada de capitais somado à apropriação de valor interna convertida em novos capitais. Ou seja, além da apropriação de valor em escala internacional, mediante a transferência de lucros para as matrizes, a valorização do capital investido no processo produtivo realizado pelas filiais atua como fonte de investimento. Isso faz com que grande parte da riqueza produzida nas economias dependentes seja reinvestida para um novo circuito de valorização do capital.

Outro estudo que elude os mecanismos de transferência de riqueza entre países desenvolvidos e dependentes fora realizado por Martins (2011), em que considerou as remessas de lucros, juros e serviços não fatoriais em comparação à entrada de capital estrangeiro no período de 1959 a 2009. Restou demonstrado que as remessas ultrapassaram as entradas, enquanto estas representaram 1.347 bilhões de dólares na totalidade do período indicado, aquelas atingiram a cifra de 2.132 bilhões de dólares. Salienta-se que a pesquisa de Martins também inclui remessas de juros, que corresponde à transferência de valor sob a forma de serviço da dívida, evidenciando o caráter indissociável dessas diferentes modalidades de transferência, expressando, nesse caso, tanto a dependência financeira quanto tecnológica.

O capital portador de juros diferencia-se do capital mercantil e industrial, essencialmente, porque refere-se às relações de crédito que envolve a concessão de empréstimos, por parte do capitalista de dinheiro, e sua aquisição pelos capitalistas industriais (Fine e Saad-Filho, 2018). Essas relações ocorrem, então, para que seja possível o adiantamento de capital-dinheiro para apropriação de mais-valia na esfera das relações de produção. Ademais, a vinculação do capital portador de juro ao capital-dinheiro ocorre por via inversa, isto é, aquele prescinde das reservas de capital-dinheiro acumulado, seja ele de origem mercantil ou industrial, além de outras fontes que abrangem os fundos estatais e dos trabalhadores. Nesse diapasão, “o CPJ [capital portador de juros], portanto, exerce as funções de proprietário e supervisor do capital-dinheiro em representação do capital como um todo” (Fine e Saad-Filho, 2018, p 145).

Assim, na mesma esteira da dependência tecnológica aprofundada com o processo de globalização, desde a década de 70 do século passado, a partir da intensificação da integração dos mercados nacionais, torna-se mais visível o fenômeno da dívida pública como forma concreta de transferência de valor entre economias centrais e dependentes. O sistema da dívida reflete a ascensão do capital fictício como umas das modalidades predominantes de organização da economia mundial, configurando um sistema internacional de crédito com base em títulos de dívida pública. Esta, no processo de retroalimentação dos empréstimos públicos e pagamentos de juros e amortizações da dívida, alimentado pelas receitas estatais, depende de um sistema tributário que se volte para o atendimento das demandas da dívida pública, operando como uma forma de drenagem do fundo público. Nesse sentido, a política fiscal funciona como um dos pilares de sustentação do sistema da dívida (Fatorelli, 2012).

O capital fictício consiste na transferência do dinheiro improdutivo para a forma de títulos, significando o direito que o detentor de títulos da dívida possui sobre o dinheiro (Fine & Saad-Filho, 2018). O movimento de valorização desse capital está ligado à obtenção de juros em condições superiores de vantagem.¹³ É assim que, o ponto em que o sistema da

¹³ Os títulos referirem-se à mais-valia ainda não apropriada, podendo ou não se concretizar a sua realização, em que reside o caráter de capital fictício. Este define-se, então, como os “títulos sobre a mais-valia que, embora possa ou não vir a realizar-se, não são necessariamente fraudulentos” (Fine e Saad-Filho, 2018, p 148). Consoante analisa Marx, o sistema financeiro opera sobre a lógica do capital portador de juros como catalisador do processo de acumulação capitalista, na medida em que funciona como um título que incide sobre a mais-valia que ainda será produzida. Os movimentos do capital portador de juros aceleram o processo de acumulação e de reprodução no plano da economia internacional, em que o acirramento da competição e o desenvolvimento, a centralização e a concentração das forças produtivas envolvem as relações de crédito e a retroalimentação do sistema financeiro por meio do pagamento dos juros. Assim, torna-se possível a sobreprodução e a agudização da atividade especulativa enquanto elementos que compõem os circuitos do sistema financeiro. Ao mesmo tempo em que se percebe o caráter incerto da relação do capital fictício com a efetivação da acumulação real, a vinculação entre os diferentes tipos de capital e as atividades produtivas, comerciais e financeiras torna-se

dívida opera como um mecanismo de transferência de valor reside no pagamento dos juros, mediante remessas de juros da dívida externa.

As quantias vultosas de juros da dívida que são remetidas aos países imperialistas são bastante representativas do desenvolvimento desigual e do intercambio de não-equivalentes entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Nessa seara, Salgado (2008 *apud* Luce, 2018) aponta que o esquema da dívida, a partir dos anos 70, apresenta-se como o principal mecanismo de transferência de valor entre países. A sua afirmação é sustentada por uma série de cálculos que indicam que no período compreendido entre 1977 e 1996 o serviço da dívida passou a corresponder a mais de 50% das transferências de valor, mantendo-se como forma dominante.

Apesar de perceber-se a importância de uma compreensão histórica da formação da dívida externa dos países latino-americanos, levando em conta os diferentes ciclos de endividamento, o espaço dessa dissertação não é suficiente para analisar a problemática em sua totalidade.¹⁴ O que se intenta destacar, todavia, é a posição inequívoca do serviço da dívida enquanto forma preponderante de transferência de riqueza dos países dependentes para os centrais.

De maneira coletânea, a riqueza transferida relaciona-se ao desgaste do fundo público. Isso significa que, pelo modo de funcionamento do sistema tributário, parte do salário dos trabalhadores, convertida em impostos, é destinada à manutenção do sistema da dívida. Além disso, a destinação de verbas públicas para pagamentos de títulos de dívida implica na redução de gastos destinados a programas sociais (Fatorelli, 2012). Desse modo, entende-se que o sistema da dívida opera externamente, como mecanismo de transferência de valor e, também, internamente, ao refletir-se em modos de exploração dos trabalhadores com implicações concretas em sua qualidade de vida, na medida em que o sistema da dívida

mais estreita. Ou seja, a própria acumulação e reprodução do capital prescindem do capital fictício e do funcionamento do ciclo ligado às suas movimentações, cujas interrupções e desequilíbrios sujeitam a economia mundial a crises constantes.

¹⁴ A problemática da dívida externa é uma realidade na América Latina desde o momento de conquista da independência das colônias, cuja emancipação política em relação às metrópoles não rompeu com o quadro de dependência econômica. Esta passava, a partir de então, a apresentar-se sob a forma de empréstimos, tanto para o pagamento de indenizações devidas aos Estados colonizadores como contrapartida ao reconhecimento de sua independência; quanto para outros fins relacionados às necessidades de formação dos novos Estados, incluindo propósitos militares. Esse cenário inaugurou o processo de endividamento dos países latino-americanos, consistindo no primeiro ciclo de endividamento dentre os demais que são reconhecidos por alguns analistas. Estes apontam que o serviço da dívida, mediante o pagamento de juros da dívida externa, mantém-se presente na história econômica da América Latina desde o século XIX até os dias atuais, começando com o ciclo inicial de endividamento por ocasião dos processos de independência (Estay, 1996).

utiliza-se do aparelho institucional e tributário do Estado para perpetuar a lógica de valorização do capital fictício.

O tema da dívida é complexo e merece ser objeto de programas de pesquisa com foco na economia política da América Latina, além de ser um tema que suscita a mobilização política de atores e movimentos sociais em países como o Brasil e Equador, onde há organizações da sociedade civil que procuram trazer o tema para o debate público. O movimento brasileiro da Auditoria Cidadã da Dívida, por exemplo, possui dentre os seus objetivos centrais a realização de uma auditoria da dívida pública, interna e externa, bem como a exigência por transparência a respeito do processo de endividamento do país.¹⁵

Desse modo, o conjunto de mecanismos aludidos estruturam-se como formas de transferência de valor como expressão do intercâmbio de não-equivalentes. É assim que, a deterioração dos termos de troca, a apropriação da renda diferencial e absoluta de monopólio da terra, as remessas de lucros, *royalties* e dividendos, além da remessa de juros sob o escopo do serviço da dívida externa e interna, compreendem modalidades de transferência de riqueza que se realizam na esfera da economia mundial. Estas estão articuladas a formas de dependência comercial, financeira e tecnológica.

Tais facetas da condição de dependência, não obstante, articulam-se sistematicamente na estrutura desigual do sistema econômico-financeiro internacional, sobre a qual desenvolvem-se as relações entre países dependentes e dominantes mediante a apropriação que estes realizam das riquezas e excedentes produzidos/gerados pelas economias periféricas. Cumpre salientar que, ao mesmo tempo em que as condições apresentadas externamente no quadro do intercâmbio desigual qualificam a dependência, dentro das estruturas econômico-sociais dependentes também operam mecanismo característicos do seu desenvolvimento capitalista, detentor de traços particulares, consoante se permite identificar a partir do estudo da categoria a seguir.

2.2. A cisão nas fases do ciclo do capital

A cisão nas faces do ciclo capital também pode ser entendida como o divórcio entre a estrutura produtiva e a necessidade das massas, enquanto uma contradição das particularidades assumidas pelo capitalismo em economias dependentes e característica

¹⁵ Mais informações podem ser obtidas no endereço eletrônico: <https://auditoriacidada.org.br/>

estrutural destas, consoante o pensamento de Marini (2011). Esse autor interpreta que o processo de acumulação primitiva de capital, cujos aspectos foram esmiuçados por Marx em relação aos países centrais, apresentou características distintas no capitalismo dependente. Nesse sentido, conforme os países latino-americanos passavam a assumir sua posição na divisão internacional do trabalho como fornecedores de matérias-primas e alimentos, além de atuarem como catalisadores e facilitadores da Revolução Industrial, configurava-se naquelas economias nacionais estruturas qualificadoras de uma acumulação primitiva de capital com elementos próprios.

Assim, defende-se que foi em consonância com as necessidades oriundas do desenvolvimento do capitalismo nos países nortenhos e a sua expansão na seara da circulação internacional de mercadorias que os sistemas produtivos dos países da América Latina conformaram-se sob o contorno de economias dependentes. Essa configuração estrutural peculiar, reflexo das transformações no âmbito do desenvolvimento capitalista das economias dominantes, resulta não somente numa repetição do processo de acumulação e reprodução do capital dos países industriais avançados, apresentando as mesmas leis gerais de funcionamento, mas em desdobramentos dessas tendências que manifestam contradições mais exasperadas sob a forma de tendências específicas (Bambirra, 2012; Marini, 2011; Osorio, 2012).

A cisão no ciclo do capital expressa, nesses termos, uma tendência particular das economias dependentes que, historicamente, é entendida como dois momentos distintos: um anterior ao desenvolvimento da indústria na América Latina e outro posterior. A primeira cisão corresponde ao período de inserção do subcontinente no mercado mundial expandido pelo surgimento da grande indústria nos centros capitalistas, que vai de 1850 até os anos iniciais do século seguinte. Nessa etapa, as esferas de produção e de circulação derivadas da estrutura econômica dos países da região atendiam às demandas crescentes por alimentos e matérias-primas baratos, caracterizando-as enquanto economias agro-exportadoras. Tal especialização produtiva decorrente da divisão internacional do trabalho provoca uma cisão no ciclo do capital pautada numa separação entre mercado interno e externo (Marini, 2011).

Assim como na Costa Rica, El Salvador, Brasil e Colômbia a produção destinada à exportação concentrava-se, basicamente, no café; ou cacau e banana no caso do Equador; lã, carne e cereais no Uruguai e na Argentina, o comércio externo centrado nesses produtos primários constituía-se como a fonte principal de acumulação de riqueza pelas elites detentoras de grandes propriedades de terras. Esse fator é responsável, em grande medida,

pela configuração de uma estrutura social oligárquica baseada no latifúndio e na exploração do trabalho no campo.

Desse modo, a concentração da atividade produtiva nacional no agrocomércio voltado ao mercado mundial caracteriza a “economia exportadora” na terminologia de Marini (2011) ou “padrão agromineiro-exportador” de acordo com Osorio (2012), que considera essa estrutura como a manifestação de um padrão de reprodução do capital particular a uma realidade histórica determinada. Segundo Bamberger (2012), esse padrão constitui-se como realidade econômica preponderante de algumas economias do subcontinente até 1930, década que marcou sua transição para formações sociais industriais-dependentes.

A partir desses aspectos históricos, configura-se a primeira cisão no ciclo do capital nas economias dependentes, que representa uma cisão entre mercado interno e externo, como outra entre esferas diferentes de consumo. Ademais, esse quadro era replicado pela ausência de um mercado consumidor interno. Já que o consumo da camada de trabalhadores era bastante restrito e limitado, tanto em razão dos baixíssimos salários quanto como decorrência da própria estrutura produtiva voltada, primordialmente, para o atendimento das demandas do mercado externo. O mercado interno dos países latinoamericanos, nesse sentido, não representava o padrão de consumo determinado pela produção industrial dos países centrais, já que a acumulação de capital não dependia da capacidade de consumo da classe trabalhadora nacional, mas do comércio dos produtos primários no mercado mundial.

Em contrapartida, o desestímulo para a estruturação de uma demanda interna de consumo de massa, com base em bens necessários ou bens-salário, cedia espaço para uma esfera de circulação distinta dentro da mesma estrutura econômica dependente correspondente ao consumo das classes dominantes, baseado em bens suntuários. Esses bens, por sua vez, eram em sua maioria importados dos países industriais, agudizando o divórcio entre mercado interno e externo (Marini, 2011).

É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial deprime os níveis de demanda interna e erige o mercado mundial como única saída para a produção. Paralelamente, o incremento dos lucros que disso se deriva coloca o capitalista em condições de desenvolver expectativas de consumo sem contrapartida na produção interna (orientada para o mercado mundial), expectativas que têm de ser satisfeitas por meio de importações. A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera ‘baixa’, onde se encontram os trabalhadores — que o sistema se esforça por restringir —, se baseia

na produção interna, a esfera ‘alta’ de circulação, própria dos não trabalhadores — que é aquela que o sistema tende a ampliar —, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação (Marini, 2011, pp. 157-58).

Esse fenômeno próprio à forma de integração dessas economias ao sistema econômico internacional revela, então, uma descontinuidade entre a esfera de produção e de circulação, bem como entre duas esferas de circulação internas. Nesse último caso, o consumo suntuário das elites latinoamericanas, referente a uma alta esfera de circulação, contrapunha-se à esfera baixa de consumo das massas. As condições precárias de vida dos trabalhadores denunciavam o largo espaço estabelecido entre a forma sob a qual estruturam-se as relações de produção e o atendimento de suas necessidades de consumo.

Tais rupturas no quadro econômico dos países latinoamericanos decorrentes do início de sua inserção na divisão internacional do trabalho estão articuladas às transformações posterior dessas economias por ocasião do desenvolvimento da indústria. A segunda cisão no ciclo do capital enquanto tendência própria do capitalismo dependente é desencadeada com o desenvolvimento industrial de alguns países da América Latina a partir da década de 30 do século XX. Segundo Bamberger (2012), a superação da fase agromineira-exportadora de alguns países do subcontinente significou a passagem gradual de uma “formação socioeconômica dependente capitalista-exportadora” para uma “formação socioeconômica dependente capitalista industrial”. Enquanto para algumas dessas economias, como Brasil, Argentina e México, tal passagem consolidou-se entre os anos de 1930 a 1950, período de acelerado crescimento da indústria nacional, para outras economias do subcontinente é apenas após a Segunda Guerra Mundial que a indústria se consolida, tendo como base os investimentos externos.

Consoante Marini (2011), a estruturação das economias industriais nesses países, todavia, não apresentou as mesmas características do processo de desenvolvimento industrial dos países centrais no que tange às esferas de produção e consumo. Assim, a separação entre esferas alta e baixa de consumo representativa da primeira cisão do ciclo do capital nas economias agromineira-exportadoras é replicada nas novas formações industriais dependentes sob novos patamares.

Por uma via, o consumo de bens suntuários pela classe dominante, nas formações econômicas anteriores, era alimentado por meio das importações dos produtos manufaturados dos países avançados. Por outra, a consolidação da industrialização nos países latinoamericanos proporcionou o desenvolvimento da atividade produtiva industrial voltada para a fabricação dos bens suntuários, substituindo, em parte, as importações.

Simultaneamente, desenvolve-se a produção interna de bens necessários para atender às demandas de consumo da classe trabalhadora, que passava a migrar para as cidades constituindo uma classe operária urbana.

a harmonia que se estabelece, no âmbito do mercado mundial, entre a exportação de matérias-primas e alimentos, por parte da América Latina, e a importação de bens de consumo manufaturados europeus encobre a dilaceração da economia latino-americana, expressada pela cisão do consumo individual total em duas esferas contrapostas. Uma vez que o sistema capitalista mundial chegue a um certo grau de seu desenvolvimento e a América Latina ingresse na etapa de industrialização, deverá fazê-lo a partir das bases criadas pela economia de exportação. A profunda contradição que terá caracterizado o ciclo do capital dessa economia e seus efeitos sobre a exploração do trabalho incidirão de maneira decisiva no curso que tomará a economia industrial latino-americana, explicando muitos dos problemas e das tendências que se apresentam nela atualmente (Marini, 2011, p. 158)

Esse desenvolvimento industrial acoberta o fato de que, nesses países, a produção industrial expande-se no que se refere ao Setor II, considerando a divisão apresentada por Marx (2013) entre dois setores de produção distintos: o Setor I, relativo à produção de meios de produção, e o Setor II, que produz bens de consumo. Nesse caso, a expansão do Setor II dá-se sem que haja a formação do Setor I na estrutura produtiva nacional. Isso significa que, nas economias dependentes, a produção de bens consumo desenvolve-se a partir da aquisição de meios de produção provenientes do exterior. Assim, verifica-se a ausência ou insuficiência de uma oferta interna de máquinas ou de outros insumos necessários ao processo produtivo que requerem tecnologias não desenvolvidas no âmbito dos países periféricos. Esse fator é responsável por uma reprodução da dependência no quadro de economias industriais que não acompanharam o progresso tecnológico do capitalismo central.

Paralelamente, a substituição de parte dos bens suntuários importados por aqueles provenientes da produção interna, bem como o crescimento do Setor II referente à oferta de bens de consumo necessários não representou a superação da separação entre uma esfera baixa e outra alta de consumo. Essa cisão é observada, novamente, sob um novo aspecto, na economia dependente industrial, consistindo na segunda cisão do ciclo do capital. Tal fenômeno é observado de forma distinta nas estruturas dependentes quando comparadas às economias dominantes por considerar-se que, nestas, o tempo de existência suntuária dos bens de consumo é significativamente inferior (Luce, 2018; Marini 2011).

A compreensão desse fenômeno deriva, primeiramente, da consideração de que os bens suntuários inseridos na lógica de uma esfera superior de consumo passam, a partir do

aumento da produtividade, a ser mais acessíveis às camadas de consumo com poder de compra inferior. O lapso temporal compreendido entre a oferta de mercadorias na condição de bens suntuários, isto é, destinados ao consumo das camadas altas com maior poder aquisitivo, e a disponibilidade desses produtos no mercado interno sob preços mais baixos consiste no seu tempo de existência suntuária.

Ocorre que, enquanto a redução dessa passagem temporária é verificada nos países industriais avançados à medida que os bens suntuários se transmutam em bens necessários, o mesmo não se verifica com a mesma velocidade nos países periféricos. Nos países centrais, a diminuição do tempo de existência suntuária dos bens aproxima as esferas superiores e inferiores de consumo. Já nos países dependentes, o rompimento entre essas searas assume formas mais agudas. Marini (2011) atribui como causas para a redução desse tempo nos países nortenhos, além da própria limitação do mercado interno e externo em relação à demanda de bens suntuários, que impulsiona a sua transformação em bens de consumo popular como condição para a expansão do mercado, o aumento dos salários reais nesses países a partir da segunda metade do século XIX. Esses fatores que contribuíram para a ampliação do consumo individual dos trabalhadores, não obstante, também estão relacionados à oferta barata de alimentos importados e à redistribuição interna de parte do excedente extraído das economias dependentes (Marini, *ibidem*).

Nesse sentido, as contratendências que se observam na esfera de circulação operam de modo a barrar a tendência de rompimento entre níveis superiores e inferiores de consumo. Nas economias centrais, esse fenômeno é acompanhado pela universalização da mais-valia relativa para outros setores e ramos de produção, abarcando toda a estrutura econômica. Tal processo de desenvolvimento do capitalismo clássico é identificado como um processo de industrialização orgânica, diferenciando-se da industrialização dependente (Luce, 2018). Nesta, a ausência de reprodução da mais-valia relativa para o conjunto da economia, desencadeia a estabilização da mais-valia extraordinária no setor de produção de bens de consumo suntuário, atrofiando a expansão do setor que produz bens necessários. É assim que, a fixação, em um decurso de tempo maior, da mais-valia extraordinária em um único setor, com a distribuição da mais-valia relativa para os demais prejudicada, aliada à extensão do tempo de duração da existência dos bens suntuários, caracteriza a industrialização não-orgânica e dependente (Luce, *ibidem*).

para poder compreender o processo de reprodução dependente é necessário, pois, partir disto que caracteriza sua especificidade, ou seja: do fato de que a acumulação só pode se realizar na medida em que as necessidades de maquinaria

e matérias-primas que produzem os produtos do setor II (bens de consumo) sejam satisfeitas pelo setor I (bens de capital) das economias onde este já se desenvolveu. [...] é esta estreita vinculação e dependência da industrialização dos países dependentes da indústria dos países capitalistas avançados a qual define seu caráter limitado, vulnerável e a torna, pela mesma razão, permeável à penetração do capital estrangeiro (Bambirra, 2012, p. 100).

Nessa medida, enquanto nos países centrais, a produção de bens de capital, referente aos meios de produção, apresentou-se como consequência do desenvolvimento da produção de bens de consumo, qualificando um processo orgânico de industrialização, nas economias dependentes se configura uma realidade distinta. Nestas, a fase de produção de bens de consumo é estendida à medida em que não se verifica a complexificação do desenvolvimento industrial a partir da consolidação do setor de bens de capital nacionalmente.

A falta de dinamismo do setor de produção de bens de capital sobre bases nacionais próprias é sustentada pela dependência da produção de bens de capital oriunda dos países dominantes, por meio da aquisição de meios de produção como máquinas e equipamentos. Isso acarreta tanto uma dependência material referente aos insumos físicos necessários à produção, quanto uma dependência tecnológica, uma vez que a propriedade do conhecimento para o desenvolvimento e a utilização de tecnologias não é compartilhada. Tais traços caracterizam a indústria dependente dos países latino-americanos nas primeiras décadas de sua consolidação (Marini, 2011; 2012). Diante do exposto, os problemas internos decorrentes do divórcio entre a estrutura produtiva e a necessidade das massas, bem como as desvantagens externas oriundas da transferência de valor como intercâmbio desigual, articulam-se com a terceira categoria formulada por Marini para explicar formas estruturais particulares ao capitalismo dependente.

2.3 A superexploração da força de trabalho

Para a teoria marxiana, a redução do valor real da força de trabalho está relacionada à passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, consoante explanado anteriormente. Essa desvalorização, enquanto tendência do funcionamento do capitalismo central, relaciona-se a tendências particulares intrínsecas à dialética do capital nas estruturas do capitalismo dependente, sendo a superexploração da força de trabalho a sua expressão. Nesse sentido, para entender as formas de manifestação desse fenômeno, faz-se necessário não perder de vista a maneira conforme a qual a superexploração está imbricada com a lei

do valor e suas tendências/contratendências como determinações do padrão de produção e de reprodução do capital nas economias subordinadas ao imperialismo.

Não obstante, a superexploração não significa a ausência de mais-valia relativa, nem um nível superior de exploração da força de trabalho medido pela taxa de mais-valia absoluta e relativa. Quando à última hipótese, se este fosse o caso de caracterização da superexploração, seria necessário afirmar que a superexploração da força de trabalho é traço das economias desenvolvidas pelo fato de que, nestas, a taxa de exploração do trabalho é superior e mais efetiva por se basear na extração da mais-valia relativa. Sob essa perspectiva, a superexploração da força de trabalho seria maior nas economias com taxa de mais-valia relativa superior, isto é, com tempo excedente maior comparado ao tempo necessário de trabalho, e inferior nos países com menor capacidade produtiva, que apresenta menor taxa de mais-valia relativa. Para compreender a noção de superexploração é preciso, então, desassociá-la da taxa de exploração de trabalho (taxa de mais-valia), pois seu conceito não deriva da diferença resultante da comparação entre tempo de trabalho necessário e excedente como pressuposto da formação do mais-valor.

A superexploração da força de trabalho, como as categorias expostas anteriormente, também deve ser entendida no âmbito da lei do valor marxiana, representando, contudo, um aspecto de reprodução dessa lei que é próprio do funcionamento do capitalismo nas economias dependentes. Deve ser interpretada, então, como uma “agudização, exacerbação, exasperação da exploração capitalista” (Luce, 2018, p. 152) que não significa o mesmo de uma elevação da exploração do trabalho entendida como o aumento da taxa de mais-valia. Está associada, desse modo, a uma exploração realizada de forma excessiva para além de limites estabelecidos nos países centrais. Osorio (2008) a caracteriza como uma exploração redobrada, no sentido de que a exploração dos trabalhadores nos países dependentes é efetivada sobre um patamar mais elevado no qual combinam-se determinados mecanismos de subtração da capacidade produtiva dessas forças laborais.

Considerando-se, desse modo, a circunscrição da superexploração do trabalho dentro da esfera de funcionamento da lei do valor, sendo reflexo da exploração da força de trabalho por meio da obtenção de mais-valor, essa categoria reflete, também, determinados mecanismos de exploração do trabalho. Estes estão relacionados ao “desgaste prematuro da força de trabalho e/ou a reposição de seu desgaste de tal maneira em que a substância viva do valor não é restaurada em condições normais (isto é, nas condições sociais dadas), ocorrendo o rebaixamento do seu valor” (Luce, 2018, p. 155).

O trabalho é explorado de forma mais acirrada, implicando, por exemplo, o seu desgaste prematuro ou a remuneração aquém do seu valor. Osorio (2009) explica que a compreensão desse fenômeno se dá mediante uma abstração que leva em consideração duas categorias mediadoras: o fundo de consumo e o fundo de vida. Por sua vez, essas relacionam-se aos conceitos de Marx de valor diário e valor total da força de trabalho.

Isso decorre da interpretação marxiana acerca dos elementos que podem determinar o valor social da força de trabalho para além do tempo de trabalho abstrato e socialmente necessário para o trabalhador pagar pelo seu salário, isto é, para a reprodução da sua força de trabalho. Assim, o valor da força de trabalho também compreende aspectos relacionados aos limites físicos do trabalho, referentes à forma como se opera o esgotamento (consumo da mercadoria trabalho na atividade produtiva) e a reposição da força laboral, considerando-se uma jornada diária e uma jornada total. Esta última refere-se, por sua vez, aos anos totais de exploração da força de trabalho levando em conta o tempo em que o trabalhador se mantém como força ativa no mercado de trabalho.

o conceito de superexploração não é idêntico ao de mais-valia absoluta, já que inclui também uma modalidade de produção de mais-valia relativa – a que corresponde ao aumento da intensidade do trabalho. Por outro lado, a conversão de parte do fundo salarial em fundo de acumulação do capital não representa rigorosamente uma forma de produção de mais-valia absoluta, posto que afeta simultaneamente os dois tempos de trabalho no interior da jornada laboral e não só o tempo de trabalho excedente, como ocorre com a mais-valia absoluta. Por tudo isso, a superexploração é melhor definida pela maior exploração da força física do trabalhador em contraposição à exploração resultante do aumento da sua produtividade, e tende normalmente a se expressar no fato de que a força do trabalho seja remunerada abaixo de seu valor real (Marini, 2011, p. 180).

Apesar de, nessa passagem, Marini considerar somente a elevação da intensidade do trabalho como expressão da mais-valia relativa no âmbito da superexploração, esta categoria apresenta-se, também, sob outras formas. Destarte, são consideradas como formas de superexploração da força de trabalho tanto o pagamento de salários aquém do seu valor, quanto a extensão da jornada de trabalho e o aumento da intensidade do trabalho (Luce, 2018). A jornada de trabalho prolongada, quando ocorre de maneira frequente por meio da utilização do recurso das horas extraordinárias, por exemplo, incide sobre o fundo de vida do trabalhador, refletindo-se no seu desgaste. Paralelamente, o desgaste do trabalhador pelo consumo de seu fundo de vida pode dar-se por meio da elevação da intensidade do trabalho, no sentido de aumento do ritmo de trabalho.

Nesses termos, os referidos mecanismos de superexploração da força de trabalho apropriam-se do fundo de consumo, quando analisado sob a óptica dos salários, e de vida

dos trabalhadores, mais precisamente nos últimos dois casos. A apropriação desses fundos pelo capital atua como instrumento paralelo e complementar à exploração da mais-valia pelo aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, da elevação do tempo excedente de trabalho em detrimento do tempo necessário. Funciona, portanto, como outra forma de acumulação de mais-valia. Quanto à relação entre salários e valor da força de trabalho como expressão da superexploração, ressalta-se que:

Se considerarmos a evolução dos salários, nos países industriais, constatamos que se observa ali uma tendência permanente dos salários se manterem próximos ao valor real da força de trabalho. Porém, quando deslocamos nosso enfoque para as economias dependentes, vemos que isso não é assim. Não podemos partir, absolutamente, na análise de uma economia dependente afirmando que ali a força de trabalho se remunera por seu devido valor. Isso não é certo; ao contrário, a característica de uma economia dependente é precisamente que a força de trabalho é remunerada sempre abaixo do seu valor (Marini, 1981, p. 67).

Nesse enxerto, Marini se refere ao valor real da força de trabalho como uma determinação do tempo de trabalho necessário em relação ao tempo excedente. A remuneração devida ao trabalhador como contrapartida pela compra da sua força de trabalho pelo capitalista é considerada, nesse caso, como próxima ao valor real da mercadoria trabalho (a exploração seria medida, então, somente considerando o tempo de trabalho excedente como fonte de mais-valor). Compreende-se, assim, que, para o referido autor, no capitalismo dependente atuam outros mecanismos de exploração que incidem sobre o salário dos trabalhadores, afastando-o do valor real da força de trabalho.

É nesse sentido que a redução dos salários é uma forma mediante a qual se manifesta a superexploração, incidindo precisamente sobre o fundo de consumo do trabalhador, limitando-o e reduzindo-o. Um fundo de consumo insuficiente, por sua vez, interfere no fundo de vida do proletário, na medida em que não o mune das condições necessárias à reprodução da sua força de trabalho, já que reduz o seu poder de compra da cesta de bens necessário à essa reprodução. Ademais, a deterioração do fundo de vida, que também pode ser determinada por aumento da intensidade do trabalho, ao atingir certos limites, não pode mais ser repostada mediante um aumento do salário, por exemplo. Isso porque passa a implicar o esgotamento da força físico-psíquica do trabalhador, obliterando o seu tempo de vida útil (Marini 2011; Osorio, 2009).

Salienta-se que o estabelecimento de salários que correspondem, aproximadamente, ao valor real da força de trabalho nos países centrais decorre de um longo processo histórico desencadeado com o advento da Revolução Industrial, em que o avanço das estruturas

produtivas proporcionou a elevação da produtividade de diferentes setores da economia.¹⁶ Esse movimento histórico do capital no decurso de consolidação da indústria moderna nos países avançados foi determinante para o estabelecimento de uma jornada de trabalho menor e para o aumento do padrão de consumo da classe operária, com a melhoria de suas condições de vida, como reflexo do aprimoramento das condições de trabalho. Destarte, o conjunto desses fatores relacionam-se de forma a explicar porque, nos países desenvolvidos, a aproximação dos salários ao valor real da força de trabalho foi observada, enquanto, nas nações dependentes, verificou-se sua discrepância de modo a configurar uma determinação estrutural e sistêmica relativa à superexploração da força de trabalho (Marini, 2011; Marini, 1981).

Em contrapartida, as razões para que tal discrepância entre valor da força de trabalho e a remuneração do trabalhador seja mantida no capitalismo dependente, à coletânea do prolongamento de sua jornada, são apontadas pelos teóricos dependentistas como reflexo das relações sociais de produção e de realização do capital (referente à segunda fase da circulação, a do consumo) contraditórias. Essas relações estão articuladas às outras categorias estruturais da dependência, como a transferência de valor como intercâmbio desigual e as cisões no ciclo do capital. É nesse ponto de imbricação entre as categorias da condição dependente em que reside o conceito de superexploração enquanto um mecanismo de compensação.

Nesse sentido, funciona como mecanismo para mitigar os efeitos das perdas de valor que ocorrem através das transferências de riqueza na seara do intercâmbio de não-equivalentes. A superexploração, nesses termos, consiste em um recurso utilizado pelos capitais em desvantagem no mercado mundial, onde opera-se o desenvolvimento desigual da lei do valor. Permite, em certa medida, a busca pelo lucro extraordinário a partir de formas de extrair mais-valia que compensem a debilidade da mais-valia relativa nas estruturas com menor capacidade produtiva do capitalismo dependente.

Em suma, tem-se que, se por um lado (o da esfera composta pelas formações econômico-sociais dominantes) a exploração da força de trabalho situa-se sobre o aumento da produtividade e da apropriação de mais-valia relativa; por outro, onde estão localizadas as formações dependentes, a força de trabalho é explorada tanto pela extração de mais-valia

¹⁶ A necessidade de consolidação de um mercado de consumo de massas, para atender à aceleração da oferta, aliada aos desdobramentos da própria luta de classes, com a organização dos trabalhadores em reação às condições de trabalho degradantes, bem como fatores de ordem internacional, especialmente a partir da primeira década do século XX, podem ser citados como elementos que contribuíram grandemente para a elevação dos salários.

absoluta e relativa, quanto por mecanismos paralelos que permitem a “maior exploração extensiva e intensiva da força de trabalho” (Valencia, 2012, p. 127), como é o caso da superexploração. Desse modo, a superexploração é depreendida da teoria do valor-trabalho, apresentando-se como categoria essencial para a compreensão das formas mediante as quais a condição dependente é estruturada no interior das economias dos países latinoamericanos localizados em níveis hierárquicos inferiores na divisão internacional do trabalho.

Trata-se, nesses termos, de uma expressão das características particulares do desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes, configurando-se como tendência específica do padrão de reprodução do capital nessas nações. O estudo das categorias mediadoras do conceito-categoria de dependência permite, então, abstrair os elementos essenciais que explicam essa condição. Evidencia-se, assim, a natureza particular que assumem as tendências e contratendências do capitalismo nessas economias, como traços das contradições gerais de funcionamento desse modo de produção.

Concomitantemente, a apreensão do significado das cisões no ciclo do capital e da superexploração como características estruturais e sistêmicas próprias do capitalismo dependente, que operam no interior das formações econômicas, permite interligá-las às faces externas da dependência. Estas inserem-se no nível do intercâmbio desigual entre nações em que se verificam transferências de riqueza oriundas de algumas e sua apropriação por nações em um patamar superior, e distinto, de desenvolvimento capitalista. Ademais, são essas relações de exploração que atuam no nível externo e seus reflexos na seara das economias nacionais referentes à materialização do seu caráter de dependência, que permitem estabelecer ligações entre a condição dependente e as teorias marxistas sobre o imperialismo.

PARTE II: ECONOMIA POLÍTICA DO SUBIMPERIALISMO NO ESTUDO DE
CASO BRASILEIRO

CAPÍTULO 3: CONVERGÊNCIAS ENTRE A ECONOMIA POLÍTICA NACIONAL E INTERNACIONAL: O ESTUDO DE CASO DO BRASIL

3.1. Situando a teoria marxista da dependência na trajetória de evolução da teoria marxista do imperialismo

Muito embora a terminologia imperialismo tenha sido utilizada com pouca precisão nos discursos políticos das forças de esquerda, em especial nas esquerdas latino-americanas que buscam confrontar o domínio hegemônico estadunidense sobre o continente, há uma vasta produção científica de tradição marxista sobre a temática, que se inicia ainda no final do século XIX. Inicialmente, esse esforço teórico procura se concentrar nas novas características da expansão do capitalismo no referido período, na medida em que a internacionalização dos capitais nacionais não está desvincilhada das contradições que se estabelecem entre as forças produtivas e o Estado-nação. A base nacional do desenvolvimento capitalista é, nesse sentido, o contraponto da mundialização do capital industrial e financeiro, pondo em questão as atribuições do Estado como garantidor ou facilitador do processo de expansão dos mercados para além das fronteiras jurídico-políticas.

Sumariamente, a teoria marxista sobre o imperialismo compreende um processo histórico de desenvolvimento de suas bases teóricas que reflete as alterações nas questões centrais da conjuntura capitalista internacional em momentos distintos. Dessa forma, é possível identificar três grupos principais de estudos sobre o imperialismo que se relacionam a diferentes etapas da história do desenvolvimento do capitalismo: a primeira referente aos trabalhos dos teóricos marxistas clássicos, seguidos pelas contribuições dos neomarxistas e daqueles que se debruçam sobre os novos desenhos da economia mundial e das relações internacionais advindos com a globalização (Noonan, 2017). Essa sistematização cronológica permite observar a atualização da teoria ao passo das tendências do desenvolvimento capitalista que se evidenciam como dominantes em determinada conjuntura. Além disso, recapitular a evolução do pensamento marxista sobre imperialismo contribui para a identificação das afinidades que estabelece com a teoria marxista da dependência. Em outras palavras, pretende-se demonstrar como a TMD encontra-se inserida em uma trajetória das abordagens marxistas que procuraram analisar o movimento de expansão internacional do capitalismo.

Nessa esteira da tradição marxista, Brewer (2001) aponta Hilferding¹⁷, Bukhárin e Lênin¹⁸ como os fundadores da teoria clássica sobre o tema, ao acrescentarem elementos novos às tendências observadas por Marx acerca do funcionamento do capitalismo. Ademais, é na obra desses pensadores que o conceito de imperialismo é introduzido, consolidando, de fato, uma teoria marxista sobre o fenômeno que começava a se delinear durante a passagem para o século XX, irradiando-se a partir das economias centrais europeias e do fortalecimento do capital financeiro. O objeto da produção teórica desses autores, que Brewer (2001) afirma ser difícil de separá-las em termos do conjunto das contribuições à análise do imperialismo, reside no exame da importância que o capital financeiro passa a apresentar no mercado externo, e das implicações nas relações de poder entre as economias capitalistas mais desenvolvidas, em sua busca pela conquista de territórios e de mercados como traço da nova competitividade na economia global.

¹⁷ A principal contribuição de Hilferding, contida no seu livro *Das Finanzkapital* ("O capital financeiro"), partia da análise do desenvolvimento capitalista na Alemanha, onde os bancos passavam a atuar como atores cada vez mais relevantes, para estabelecer um conceito de capital financeiro. O monopólio dos bancos representava a centralização do capital monetário e a concentração das fontes de recursos financeiros. Nesse diapasão, para o autor, o capital financeiro representava a junção entre o capital monetário, controlado pelos bancos, o industrial e o comercial, em que as funções desses distintos capitais unem-se e confundem-se. Hilferding também observou a crescente exportação de capitais como importante característica do desenvolvimento capitalista a partir do século passado, procurando explicar a relação entre a aceleração e ampliação do movimento internacional de capitais, a ascensão do capital financeiro e a formação dos monopólios. O autor também procura esboçar a forma como essas transformações no plano econômico modificavam a estrutura política e institucional do Estado. Para ele, a pujança do capital financeiro monopólico implica o redesenho da estrutura de classes e das relações das classes dominantes com o Estado, além de revelar a necessidade do estabelecimento de políticas protecionistas que Hilferding caracteriza como a natureza da política externa do capital financeiro, representando uma nova forma de domínio colonial. A sua interpretação sobre o imperialismo baseia-se na análise desse conjunto de elementos presentes na conjuntura histórica europeia, especialmente alemã, sem, contudo, chegar a estabelecer um conceito de imperialismo. Não obstante, as observações de Hilferding acerca das características essencialmente interligadas ao fenômeno foram o ponto de partida para o desenvolvimento de uma definição mais precisa por Bukhárin e Lênin (Hilferding, 1981; Brewer, 2001; Coutinho, 2013).

¹⁸ Enquanto Bukhárin apresenta um conceito de imperialismo associado à política do capital financeiro (interligada ao acirramento da competição entre as nações desenvolvidas), ressaltando seus aspectos ideológicos, Lênin põe ênfase na particularidade do fenômeno como uma característica própria do sistema capitalista no cenário de fortalecimento dos monopólios e da rivalidade entre os países centrais. Com efeito, as obras dos dois autores reproduzem muitas das colocações já apresentadas por Hilferding. No entanto, Bukhárin contribui com um exame mais concentrado no fortalecimento da divisão internacional do trabalho relativa à expansão do mercado de capitais a nível mundial, salientando a formação de uma economia global constituída por economias consolidadas e uma periferia subdesenvolvida. Ele observa as tendências contraditórias da crescente internacionalização e nacionalização dos capitais (já que a organização das relações de produção continua a operar no plano interno), gerando relações interdependentes na economia internacional (Brewer, 2001). Lênin (1917) condensa em sua obra as principais transformações do progresso capitalista na conjuntura da época, quais sejam: a crescente importância da exportação de capitais; a evolução da força de concentração e centralização na direção do fortalecimento dos monopólios; a fusão do capital bancário e financeiro, com suas implicações na reconfiguração de frações da classe dominante nacional e internacional; bem como a agudização da competição e da rivalidade entre as potências dominantes por fatias do mercado mundial, que desemboca na eclosão da Primeira Guerra.

Destaca-se dentre as contribuições mais relevantes desses autores para o estudo do imperialismo o entendimento desta fase como um processo intrínseco à natureza da evolução do capitalismo enquanto economia internacional em expansão. Isso permite compreender o conceito de imperialismo de modo correlacionada às categorias mais gerais de explicação do movimento dialético da economia capitalista que seguem o pensamento marxiano. É assim que Lênin (1917) posiciona o imperialismo como um estágio superior do desenvolvimento do modo de produção capitalista, associado à etapa dos monopólios e do capital financeiro.

Nessa perspectiva, no âmbito do movimento dialético do capitalismo histórico, o imperialismo é tido como um fenômeno associado à tendência de concentração, de centralização e de monopolização do capital, sendo, portanto, um aspecto inerente à própria natureza capitalista. Assim, as mutações da economia política internacional descortinam as tendências e contratendências que se manifestam de forma mais acentuada em determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Acompanhando as transformações históricas do capitalismo, com suas fases de ascensão, crises e reconfigurações, a crítica marxista sobre o tema tem avançado continuamente, ao longo do século XX, desde essas primeiras teorizações.

Este avanço encontra no contexto pós-Segunda Guerra um divisor de águas quanto à configuração da ordem econômico-financeira mundial (Noonan, 2017; Santos, 1975). Nesse sentido, são identificadas duas fases do pensamento marxista. A primeira, que tem início no fim do século XIX com os estudos clássicos sobre imperialismo, em razão das circunstâncias do momento histórico, buscava salientar as conexões entre a guerra, o desenvolvimento do capitalismo e a etapa imperialista dos monopólios. Assim, pretendia-se estabelecer a correlação entre a competição monopólica das economias dominantes, no plano internacional, e as suas formas política e militar, além de apontar o caráter indissociável entre os capitais comercial, industrial e financeiro.

Seguidamente, as principais transformações da economia política internacional do contexto pós-1945 são traduzidas na consolidação da hegemonia norte-americana e na constituição de um sistema global de governança assentado nas instituições Bretton Woods e em organismos internacionais como a ONU. Desde a década de 50, a transnacionalização da produção, com o protagonismo das multinacionais, apresenta-se como traço fundamental da nova ordem econômica mundial. A empresa multinacional aparece, então, como “nova unidade produtiva, administrativa, financeira (e em parte política e cultural) do sistema” (Santos, 1975, p. 34).

Nesta segunda fase, sobressaem-se os trabalhos de neomarxistas como Paul Sweezy e Paul Baran¹⁹, Samir Amin e Mandel, além das novidades teóricas apresentadas por Frank, que se debruça sobre a natureza da inserção da América Latina à economia mundial. À coletânea, as contribuições da teorização do Sistema-Mundo trazidas por Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi somam-se ao rol das mais relevantes matrizes de análise para se pensar o funcionamento do processo de acumulação e de reprodução capitalista a nível mundial.

Pode-se considerar que o contexto do pós-guerra representa a passagem do momento de internacionalização da economia para a sua transnacionalização (Mandel, 1971), em que as corporações monopolistas são ultrapassadas pelo agigantamento dos conglomerados econômicos e financeiros. Desse modo, a definição de imperialismo desprende-se do cenário anterior, ampliando-se para abarcar os fatores que começam a se apresentar no novo quadro. Tais elementos são analisados pelos neomarxistas que se empenham em formular uma teoria do capitalismo mundial.

Para Santos (1975, p 21), esses novos elementos apresentam uma modificação qualitativa da economia capitalista global, uma vez que “o movimento de capitais no plano mundial exige mutações de estrutura nas relações internacionais e nacionais”. Com os conglomerados multinacionais atuando como as células deste processo, o movimento dos capitais assume a forma principal de investimentos nos setores produtivos nacionais, inicialmente voltados para a reconstrução dos países centrais arrasados pela guerra. Em uma segunda etapa, intensificam-se os investimentos diretos nas indústrias dos países subdesenvolvidos, de maneira articulada aos empréstimos governamentais.

Essa nova etapa do capitalismo é protagonizada pela empresa multinacional, pela maior integração financeira internacional e por uma nova divisão internacional do trabalho. Esse momento distinto do avanço capitalista sobre a periferia abrange, ainda, um nível de integração mais amplo e profundo dos mercados, em que o controle econômico é centralizado por gigantescos grupos estrangeiros. As desigualdades da divisão internacional do trabalho são acentuadas com reflexos nas formações dependentes, sendo que a estrutura da dependência não somente persiste, como passa a se reproduzir sob novos aspectos.

Por sua vez, Mandel (1993) se refere a essa fase como “capitalismo tardio”, relativo à “terceira idade” do avanço da economia capitalista mundial. Nessa etapa, também se observa a expansão do setor de serviços, da publicidade, dos gastos militares e dos gastos

públicos do Estado keynesiano, além dos empréstimos e investimentos na estrutura produtiva dos países em desenvolvimento e da formação de mercados comuns que refletem exacerbção da centralização do capital. Verifica-se o papel do Estado keynesiano em promover investimentos rentáveis dentro da esfera da indústria de armamento, da ajuda ao desenvolvimento no estrangeiro, dos trabalhos em infra-estrutura, etc., a uma escala até então inédita (Mandel, 1993).

Todavia, Mandel (1993) defende que esse momento distinto do capitalismo global não significa uma mudança qualitativa em relação ao período anterior, como o imperialismo clássico representou em relação à fase da livre concorrência que o antecedeu. Desse modo, a terceira idade do capitalismo constitui-se por um neoimperialismo que não representa uma ruptura com a natureza da fase monopólio-financeirizada estudada pelos marxistas clássicos, mas sim um aprofundamento de suas tendências e características essenciais. Para Amin, esse quadro também corresponde a uma nova e mais intensa fase do imperialismo, em que as desigualdades entre países dominantes e dominados derivam da posição que estas economias ocupam historicamente nos diferentes cenários de expansão do capitalismo. Destarte, no contexto mais recente delinea-se a reestruturação do sistema mundial traduzindo-se em assimetrias mais profundas (Amin *apud* Brewer, 2001).

Divergências à parte, é possível afirmar que a construção de uma teoria do capitalismo mundial, ancorada na noção de imperialismo, enfatiza a estruturação de uma economia internacional em que opera a divisão internacional do trabalho delimitadora do lugar ocupado pelas formações econômico-sociais hierarquicamente posicionadas. Os movimentos do capital na esfera do mercado mundial são considerados como elementos essenciais da análise, e descortinam novas formas organizacionais das estruturas de produção e do controle econômico e político, em que a atuação dos Estados hegemônicos se constituem como um dos pontos de articulação do sistema.

Nesse ponto, é estabelecido o diálogo que a TMD procura realizar com a teoria marxista do imperialismo, uma vez que “o movimento de capitais a partir de um país central e dominante para os dominados e dependentes determina estruturas sociais distintas e dinâmicas sociais específicas no interior do mesmo modo de produção” (Santos, 1975, p. 21). Desse modo, o estágio imperialista, solidificado ao longo do século XX, mantém sua continuidade na transição para o século XXI, preservando as características essenciais resultantes da mesclagem dos monopólios produtivos e financeiros; mas também, observada a natureza mutável do processo histórico, adiciona novidades substantivas.

Destarte, as mudanças na realidade material da economia-mundo com o término da II Guerra motivam as releituras dos neomarxistas. Importa destacar que essas análises passam a constituir uma apreensão do desenvolvimento do capitalismo a nível global que difere do pensamento do primeiro grupo integrado pelos pensadores clássicos (Brewer, 2001). Estes posicionam a questão da dominação interna derivada da estrutura de classes configurada pelo domínio do modo de produção capitalista como fator mais importante. Nesse sentido, é evidenciada a função de desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo, necessária à construção da estrutura econômica, política e social típica dos países europeus de desenvolvimento capitalista avançado, e que seria a etapa essencial e inevitável para o caminho até o socialismo.

O segundo grupo, com destaque para os trabalhos de Frank, Wallerstein, Amin, e, em especial, dos dependentistas, passa a questionar a capacidade da expansão capitalista para gerar desenvolvimento em determinadas formações histórico-sociais que não compartilham do mesmo processo atravessado pelas economias avançadas. Nesse sentido, põem ênfase maior na dominação externa de umas nações sobre as outras como obstáculo principal para a reprodução do modelo de desenvolvimento do sistema econômico do centro mundial. Não obstante, esse sistema de exploração sustentado pelo avanço capitalista vai além do seu aspecto obstrutor do desenvolvimento das economias situadas na periferia global, como é parte necessária à própria acumulação e reprodução das forças do sistema.

A partir de então, as teorias do imperialismo também representam uma crítica à noção de desenvolvimento na forma como as teorias desenvolvimentistas clássicas o concebem. Na medida em que o desenvolvimento de uma economia nacional pressupõe a sua autonomia para gerar os frutos da acumulação de riquezas na sua estrutura produtiva, e dividir de forma equitativa os frutos do progresso técnico, estabelecendo os parâmetros próprios de acordo com as necessidades nacionais, o imperialismo atua como um obstrutor desse processo, condicionando-o.

Assim, o subdesenvolvimento só existe porque há um processo de expansão capitalista capitaneado pelo centro que opõe as duas esferas que integram um mesmo sistema mundial. O desenvolvimento das economias que lideram esse sistema-mundo pressupõe, portanto, a manutenção de um quadro de subdesenvolvimento nas demais partes do globo, que desempenham uma função essencial na transferência de riquezas. Consoante tratado anteriormente, essa linha de pensamento situa-se como um importante antecedente teórico da teoria marxista da dependência, especialmente quanto às contribuições iniciais de Frank. Desse modo, na medida em que a TMD dá continuidade a essa noção de desenvolvimento,

considerando o caráter da exploração imperialista na periferia mundial, é possível localizá-la neste segundo grupo, rompendo com pontos fundamentais do pensamento de Frank.

Embora Frank e Wallerstein tenham realizado um papel de destaque na construção de uma teoria do sistema-mundo, as críticas a tais autores comumente recaem sobre sua desconsideração acerca das particularidades internas das relações sociais de produção e da estrutura de classes nacional como elementos principais da análise. Tratam, assim, como elemento-chave as relações externas que configuram o sistema econômico internacional. Ao mesmo tempo em que se desvincilham do pensamento de Frank, Marini e Theotonio dos Santos estabelecem focos de análise diferentes. Enquanto aquele se dedica à teoria do valor marxiana como ponto de partida para apresentar as categorias inerentes ao capitalismo dependente, este propõe vincular a TMD à teoria do sistema-mundo de Wallerstein e Arrighi, compreendendo o estudo sobre o sistema mundial como um resultado do amadurecimento da teoria marxista da dependência²⁰.

É preciso, então, considerar o diálogo da TMD com as teorias marxistas do imperialismo no sentido de sua busca pela delimitação de uma matriz de pensamento própria, que procura aliar a preocupação com o interno e o externo. Não se trata de procurar definir quais devem ser os elementos preponderantes na análise do subdesenvolvimento periférico, nem estabelecer se suas causas são determinadas pelos fatores externos ou fruto da estrutura particular de cada formação histórica; mas considerar a complexidade do movimento de acumulação e de reprodução do sistema capitalista, além das suas diferentes dinâmicas. Por esse motivo, não é possível estabelecer um corpo teórico homogêneo a partir da avaliação dos principais autores da vertente marxista da dependência.

Ademais, o papel do debate sobre imperialismo construído a partir da periferia do capitalismo global reside na iniciativa teórico-metodológica fundamental para a evolução do

²⁰ Nessa seara, os diálogos que é possível estabelecer entre a teoria marxista da dependência e a produção dos teóricos do sistema-mundo são amplos. Dentre os autores que buscam apresentar as conexões entre a teoria da dependência e a teoria do sistema-mundo encontra-se Hettne (1990), cujo esquema analítico situa a construção teórica do sistema mundial como reflexo do amadurecimento posterior dos debates gerados pela escola da dependência. A ligação entre essas duas matrizes é realizada, sobretudo, pelos trabalhos mais amadurecidos de Theotonio dos Santos (2000), para quem a noção do moderno sistema mundial apresentada por Wallerstein, com base em uma compreensão do desenvolvimento do capitalismo histórico com fundamento na análise dos ciclos sistêmicos e dos ciclos longos de Kondratiev, corresponde à própria forma que assume a teoria da dependência na sua atualização contemporânea. Nesse sentido, a TMD é considerada como um antecedente teórico da matriz de análise do sistema mundial, uma vez que Santos (2000, p. 43) situa a “sua evolução na direção de uma teoria do sistema mundial buscando reinterpretar a formação e desenvolvimento do capitalismo moderno dentro desta perspectiva”. Sonntag (1989), ao analisar o marco de evolução das ciências sociais latinoamericanas a partir do debate dependentista, salienta que a noção de dependência se integra à noção de economia mundial com o desenvolvimento do conceito desta enquanto realidade independente, notadamente como fruto das contribuições de Frank durante os anos 70.

pensamento marxista e para a superação da análise eurocentrista sobre as formas de desenvolvimento do capitalismo, uma vez que a TMD considera que, nos países periféricos, estas operam-se a partir de variáveis diferenciadas e particulares. Nessa toada, Santos (2000) procura desenvolver os aportes da teoria do sistema-mundo no sentido de incluir o exame do papel das relações sociais de produção e da forma como os sistemas produtivos nacionais integram-se à lógica estruturante do sistema econômico-financeiro mundial. Desse modo, o enriquecimento do debate marxista latinoamericano sobre o imperialismo trazido pela TMD reside, fundamentalmente, na apreensão das camadas estruturais internas desse fenômeno, de modo a rechaçar a concepção do imperialismo como algo que se impõe externamente aos países periféricos dependentes da região.

O conceito de dependência permitia mostrar os laços entre nossas sociedades e economias nacionais e regionais e a economia mundial sob a forma do imperialismo. Seria impossível conceber as relações sócio-econômicas que se desenvolviam no interior de nossas sociedades sem iluminá-las com a expansão do capitalismo mundial desde o centro para a periferia. Mas seria também impossível compreender corretamente as economias centrais sem vinculá-las à sua expansão colonial e imperialista (Santos, 2000, p. 106)

Estes breves comentários pontuais sobre o caminho atravessado pela teoria marxista do imperialismo possuem objetivo duplo. Primeiramente, buscou-se estabelecer uma forma de interpretação do desenvolvimento capitalista enquanto economia mundial e sistema político-institucional e financeiro que apresentou diferentes características predominantes com base em momentos históricos específicos. Assim, pretende-se assentar a análise do imperialismo e da dependência enquanto fenômenos históricos e contínuos que se correlacionam. Em seguida, esse modo de apreensão das relações internacionais no marco do processo de avanço do modo de produção capitalista, entendidas como uma rede de fatores articulados e correlacionados, também abre o caminho para a análise das formas sob as quais esse avanço opera na periferia do sistema capitalista integrado.

Desse modo, tem-se que, à medida que o imperialismo irradiado dos centros do capitalismo global passa por modificações ao longo do século XX, a estrutura da dependência na periferia latinoamericana também assume novas formas históricas. Bambilra (1978) e Santos (1968, 2011b) apresentam essas fases diferentes do desenvolvimento dependente, com destaque para a “nova dependência” que se configura no plano interno dos países latinoamericanos como consequência dos elementos estruturantes do neoliberalismo do pós-II guerra.

No período pós-guerra, consolidou-se um novo tipo de dependência, baseado em corporações multinacionais que começaram a investir em indústrias voltadas ao mercado interno dos países subdesenvolvidos. Esta forma de dependência é basicamente a dependência tecnológico- industrial (dos Santos, 1968a). Cada uma dessas formas de dependência corresponde a uma situação que condicionou não apenas as relações internacionais desses países, mas também suas estruturas internas: a orientação da produção, as formas de acumulação de capital, a reprodução da economia e, simultaneamente, sua estrutura social e política. (Santos, 2011, p. 8)

Nesse sentido, a nova dependência produz efeitos no sistema produtivo desses países, ao mesmo tempo em que as características essenciais da estrutura dependente, analisadas no capítulo anterior, subsistem e se reproduzem na fase industrial-tecnológica. Paralelamente, esse quadro se reflete na ordenação social e nas relações externas que os países que experimentam um avanço na sua capacidade produtiva, durante o período, estabelecem com outras economias nacionais. Dessa forma, na medida em que a exportação de capitais dos centros imperialistas para o parque produtivo da periferia permite o alcance de um nível intermediário de desenvolvimento por parte de algumas economias dependentes, a atuação internacional destas formações passa por transformações substantivas.

Em decorrência desse processo, o segundo ponto que justifica a revisão da teoria marxista do imperialismo associada à expansão histórica do capitalismo central consiste na articulação que esse movimento estabelece com a estrutura interna e o papel nas relações de poder dos países dependentes. Essa relação é explicada por Marini a partir do conceito de subimperialismo. Assim como a teoria do imperialismo procura explicar a projeção das economias dominantes com a aceleração da monopolização, do fortalecimento do capital financeiro e da exportação de capitais a outras regiões, a tese do subimperialismo pretende explicar como se dá a entrada da economia dependente no estágio dos monopólios e da exportação de capitais.

O foco de Marini é o caso brasileiro, visto que, para ele, o Brasil é a única economia latinoamericana que, no período analisado, atinge as características fundamentais do subimperialismo. Este, apesar de compreender a expansão da economia brasileira sobre outros mercados, englobando, inclusive, o controle de fontes de energia e de recursos naturais em outras economias do subcontinente, refere-se a uma forma peculiar de relação externa que preserva seu caráter dependente e subordinado. Ademais, um dos pontos centrais da atuação subimperialista do Brasil consiste no fato de que ela se desenrola em associação com a política externa e com os interesses econômicos e diplomáticos dos Estados Unidos no pós-guerra.

Portanto, a importância da exposição dessa categoria cunhada por Marini, atrelada ao estudo de caso brasileiro, consiste em demonstrar que a crítica da economia política latinoamericana apresentada pela teoria marxista da dependência não se detém somente nos aspectos supranacionais, das relações externas dos países e dos desdobramentos do imperialismo e da correlação de forças internacionais que compreende; mas também se debruça sobre as ligações internas, as estruturas de classe e as contradições inerentes ao movimento do capital nos pontos de intersecção com a esfera social do trabalho, da vida política e do Estado. É desse modo que a ampla tradição do pensamento marxista sobre o imperialismo integra-se ao conceito de subimperialismo cunhado por Marini, estabelecendo o inequívoco ponto de entrelaçamento das forças externas e internas com as devidas relações de poder e dominação que engendram.

Ademais, a categoria do subimperialismo torna possível desenvolver a análise da realidade econômica e política dos países periférico-dependentes fincada nas bases concretas que refletem a forma específica como o capital é reproduzido nessas formações. Isso sem perder de vista as conexões destas situações concretas com as tendências gerais da expansão do capitalismo global e com as novidades apresentadas pela fase de financeirização da economia mundial, na medida em que a condição subimperialista representa determinado estágio das economias dependentes alcançado a partir da imbricação com o capital financeiro e monopólico.

3.2. A categoria do subimperialismo: a forma particular de expansão do capitalismo na economia dependente a partir da experiência brasileira

Embora o propósito da presente pesquisa não se atenha à explanação detalhada das diferentes contribuições da teoria marxista do imperialismo, reconhece-se o papel importante desses pensadores, desde suas bases clássicas, em construir uma linha teórico-metodológica fincada na atualização das ferramentas de análise e dos elementos de estudo a partir da evolução do capitalismo enquanto economia mundial e sistema internacional. Como visto, os movimentos dinâmicos e contraditórios da evolução do sistema capitalista ensejam mutações nas estruturas internas e externas das economias que compõem esse sistema-mundo, permitindo a compreensão de fases distintas do imperialismo. Organizações

específicas anteriores da ordem capitalista global se distinguem, desse modo, das etapas subsequentes do capitalismo histórico.

Nessa seara, também possibilita apresentar as rupturas trazidas pela TMD com as demais formulações sobre o imperialismo. Com o aprofundamento da análise sobre o desenvolvimento dependente, evidencia-se que o centro e a periferia passam por processos distintos, mas que estão intimamente vinculados, por integrarem um processo mais geral de avanço do capitalismo mundial. A categoria do subimperialismo, assim como as que foram apresentadas no segundo capítulo, também está inserida nessa lógica de análise.

Primeiramente, ficava claro que estávamos antecipando no Brasil uma tendência internacional, que partia dos centros de poder mundial (comandada pelos Estados Unidos) e se expandia sobretudo nas regiões periféricas e semiperiféricas do sistema capitalista mundial. Inaugurava-se uma nova fase política na qual o capital internacional e os capitais locais se uniam para garantir um processo de modernização profundamente anti-popular. Pouco tempo depois, nosso companheiro na direção da Política Operária, Ruy Mauro Marini, publicaria no exílio ao qual fomos obrigados, no Chile, no México e outros países, sua análise do subimperialismo brasileiro que reforçava este enfoque ao destacar que a expansão do capitalismo industrial brasileiro dava origem à implantação do capital financeiro no país e criava em consequência a tendência à expansão imperialista. Contudo, esta tendência estava contida num contexto internacional no qual o Brasil estava subjugado ao domínio do capital imperialista internacional. Estas tendências imperialistas convertiam-se assim num subimperialismo que se refletia muito bem, politicamente, nas propostas geopolíticas do general Golbery do Couto e Silva, planejador principal, dentro do Brasil, do golpe de 1964 e do regime que buscava impor no país. Nossas teses, desenvolvidas em comum posteriormente, colocavam a necessidade de situar o movimento repressivo triunfante em 1964 no contexto da expansão do capitalismo mundial e como expressão de sua cara dependente e não nas interpretações que o atribuíam às sobrevivências do feudalismo ou ao atraso econômico (Santos, 2000, pp. 262-63).

Diante disso, convém estabelecer uma explanação geral e sintética a respeito da história econômica brasileira e das reconfigurações das suas relações externas, que tem como marco inicial as mudanças consolidadas durante o regime militar concretizado a partir do golpe de Estado em 1964. Tal conjuntura é estudada pelos teóricos marxistas da dependência como um momento fundamental para entender o percurso da economia política do Brasil e da América Latina, em conformidade com as mutações que ocorrem no plano das relações internacionais no contexto da Guerra Fria. É nesse período que o caráter subimperialista da expansão econômica e militar do Brasil é apresentado por Marini (1964; 1965; 1977; 2013) como o elemento caracterizante do capitalismo dependente brasileiro em relação estreita com os interesses da economia hegemônica mundial.

Partindo-se da conceituação de dependência apresentada pelo referido autor, que pressupõe a posição de subordinação em que algumas nações se encontram em relação às economias dominantes, e que, por isso, implica a reprodução da condição dependente mediante as formas particulares como essas formações econômico-sociais estruturam-se, entende-se que a dependência está intrinsecamente relacionada aos fatores internos e externos. No plano internacional, as relações desiguais e exploratórias representam o ponto de encontro entre a teoria marxista da dependência e a teoria marxista do imperialismo.

Valendo-se dos antecedentes teóricos dos estudos sobre imperialismo, o referido autor cunha o conceito de subimperialismo como categoria da dependência, diretamente relacionada à forma como essa condição estrutura-se internamente a partir de seu alinhamento com o imperialismo das potências centrais. Nesse sentido, a teoria de Marini é elaborada tendo-se como base a experiência socioeconômica e política do Brasil, pois é este país que, no cenário latino-americano, passa a apresentar os elementos característicos do subimperialismo.

A condição subimperialista é própria do Brasil, no contexto latino-americano, ao apresentar-se enquanto maior economia regional a partir de um nível significativo de desenvolvimento de suas forças produtivas e de uma expansionista que, apesar de deter certa independência, está pautada na integração com a estrutura produtiva dos países dominantes de modo a configurar sua própria reprodução a partir dos moldes definidos pela subordinação imperialista (Marini, 1964; 1965; 2013).

Consoante a presente pesquisa encontra seu fundamento no referencial teórico-metodológico marxista, a análise de Marini sobre a conjuntura brasileira que leva ao golpe militar de 64 e que, por suas características, define a categoria de subimperialismo, é de latente importância. Isso porque o referido autor foi capaz de apresentar uma análise do cenário nacional da época com base na interpretação voltada para a identificação dos aspectos da luta de classes no Brasil e de suas consequências.

Assim, os eventos históricos e seus desdobramentos, refletidos nas mutações da estrutura econômica e da sociedade brasileira, são entendidos como resultados dos conflitos entre os setores distintos das elites econômicas e políticas do país, e destes com os que se encontram às margens da esfera social, esmagados pelas relações de poder e de dominação que se engendram em uma formação econômico-social periférica e dependente.

A posição subimperialista brasileira passa a ser evidenciada com as mudanças operadas pela política externa do período militar, que, somadas aos elementos caracterizadores da estrutura econômica do país, apresentam-se através de uma aliança entre

as oligarquias rurais, o empresariado nacional e o imperialismo estadunidense. No quadro geopolítico do período, a hegemonia dos EUA sobre o subcontinente traduziu-se não somente no apoio aos regimes conservadores autoritários dos países latino-americanos, mas por meio da integração de mercados marcada pela abertura ao capital estadunidense por meio dos investimentos externos diretos e da instalação de multinacionais.

Paralelamente, o desenvolvimento econômico do Brasil e de sua indústria, intensificado entre os anos 50 e 60, reestruturou, sob novas bases, a economia nacional e as relações externas do país. As condições particulares da modernização brasileira, em razão das suas características sociais e políticas, são a prerrogativa para a configuração do caráter subimperialista da expansão econômica do país.

Definimos, em outra oportunidade, o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Estabelecido nesses termos, nos parece que, independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza (Marini, 1977, p. 31).

Tais aspectos reestruturaram o sistema produtivo brasileiro de tal modo que a categoria de subimperialismo não pode ser compreendida sem considerar a conjuntura política, econômica e social do Brasil durante o período histórico analisado pelo autor, notadamente a partir dos anos 60. Sua análise abrange, também, as transformações no âmbito externo e interno das duas décadas seguintes. Nesse contexto, passado o período de relativo desenvolvimento da economia brasileira entre os anos 30 e 60 do século XX, a partir da modernização do setor industrial e das políticas de orientação nacional-desenvolvimentista, a crise que se apresentava refletia os novos rumos assumidos pelos conflitos sociais internos e os fatores geopolíticos aliados às mudanças na natureza da acumulação e reprodução capitalista mundial (Marini, 1964).

Antes de partir para a análise do período que sucede o golpe militar de 64, evento fundamental para entender os novos rumos da economia política brasileira no contexto em que se desenvolvia a matriz teórica marxista da dependência, convém apresentar uma breve leitura histórica sobre as tensões políticas e sociais do país desde a década de 30. A análise da conjuntura em que se dá a ascensão de Getúlio Vargas como importante figura da história

política do Brasil, que teve como marco a Revolução de 30, é essencial para entender o papel que as políticas econômicas adotadas desempenham na forma como se desenvolve a indústria nacional e como os interesses de classe associam-se a esse processo.

Apesar dos fatores externos condicionarem e limitarem a conjuntura econômica e o desenrolar dos acontecimentos políticos, deve-se rejeitar análises unilaterais que dedicam atenção absoluta ao imperialismo como elemento primordial para compreender o quadro político-econômico do Brasil, desde 1964. Assim, a luta de classes interna e as formas como as coalisões de poder entre os setores dominantes são estabelecidas, além das relações entre os setores médios da sociedade e as mobilizações populares, são aspectos relevantes para entender o papel subserviente da política externa do país aos interesses estrangeiros, em particular norte-americanos, e a configuração das políticas econômicas adotadas.

Não obstante, no plano internacional, dois acontecimentos históricos são importantes para compreender as mudanças na estrutura econômica brasileira, consistindo no início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, e a crise do capitalismo central em 1929. Esses eventos impulsionaram a industrialização brasileira, que começa a se delinear em 1910, na medida em que urge a necessidade de substituir as importações dos bens necessários devido à redução do poder de compra do país, afetado pela recessão internacional.

Como reflexo na esfera social, passam a ser identificadas novas configurações de classe, com a ascensão de uma burguesia industrial e do proletariado urbano. Destarte, o período de 1922 a 1937 é de bastante instabilidade política e social no Brasil, ocorrendo a Revolução de 30 como um momento de modificação da estrutura político-social. Após esse evento, a esfera governante no país passa a ser reconfigurada com a ocupação pela burguesia industrial desse espaço de poder, até então dominando, preponderantemente, pelos interesses da elite latifundiária (Marini, 1964).

A eleição de Getúlio Vargas, em 1930, representou a primeira vez em que um candidato de oposição assumia a posição de Presidente da República, indicando um rompimento da tradição de vitórias eleitorais dos setores aliados às velhas oligarquias agrárias. O terceiro momento de seu governo corresponde à ditadura do Estado Novo, de 1937 a 1946, em que Vargas ocupa a presidência por meio de um golpe de Estado. O arcabouço ideológico do seu governo solidifica-se mediante a proposta de convergência dos interesses conflitantes dos grupos que compõem a realidade social complexa brasileira, com um forte teor nacionalista.

É assim que a ditadura varguista consolida o poder político da burguesia nacional, estabelecendo, também, um pacto social com as esferas sociais mais baixas, por meio da

promulgação de uma legislação trabalhista protetiva. Essa aliança também se estende aos setores fundiários, com a manutenção dos privilégios dos grandes proprietários de terra e um conveniente desinteresse político de expandir as proteções trabalhistas aos trabalhadores do campo. Pressupunha-se que, desse modo, o fortalecimento da indústria nacional encaminhará o país para um desenvolvimento econômico e social, em que a elevação da qualidade de vida e do poder aquisitivo das massas se apresentaria como consequência desse processo. Datam desse período, por exemplo, a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE); o surgimento da Petrobás e da Elebrotás, garantindo o monopólio estatal sobre o petróleo e a energia elétrica, respectivamente; além da destinação de investimentos públicos à fortificação do setor de transporte, bem como para a implementação de programas sociais (Marini, 1964).

Esse pacto político começa, todavia, a mostrar sinais de desgaste a partir da década de 50, culminando no suicídio de Vargas em 1954, após ter retornado à cadeira presidencial mediante eleições. As instabilidades políticas e sociais durante esse período histórico relacionam-se com o crescente conflito de interesses entre a burguesia e a elite agrária, à medida que o Brasil, nos anos 50, já apresentava um desenvolvimento industrial significativo, com um setor produtivo diversificado e capacidade econômica ampliada. Aliado a isso, as convulsões dos grupos sociais intensificam-se.

Nesse cenário, João Goulart, que mais tarde se tornaria presidente do Brasil, foi nomeado ministro do trabalho por Vargas, em 1953, momento marcado pela mobilização ascendente da classe trabalhadora, inconformada com os baixos salários e a precariedade laboral que encontrava resistência na inflexibilidade do empresariado nacional de realizar concessões. Com as greves frequentes e a organização sindical, Vargas intenciona utilizar da influência de Goulart nos sindicatos para frear os descontentamentos da classe obreira. Com a sua atuação como ministro, uma série de medidas sociais acerca das condições laborais são implementadas, destacando-se as propostas de reajuste do salário mínimo e outras medidas destinadas à Previdência Social.

Na ocasião do I Congresso Brasileiro de Previdência Social, Goulart proferiu um discurso inflamado que denunciava o retrocesso sustentado pelos setores ruralistas e a exploração imperialista, momento relevante de acirramento da instabilidade política e social do país. O vínculo do governo varguista com o de Perón, na Argentina, complementava as preocupações das classes dominantes quando à natureza do regime político e à extensão das reformas sociais que poderiam ser postas em curso. A pressão sobre Goulart aumenta, até

que este vê-se obrigado a abandonar o cargo de ministro e exilar-se no Uruguai, ampliando a crise.

Cada vez mais pressionado, Vargas, na busca por conciliar as posições conflitantes e conter os movimentos das massas, promulga a Lei de Segurança Nacional e reafirma, sobre bases ampliadas, o acordo militar do país com os EUA, vinculando as Forças Armadas nacionais ao setor militar estadunidense. No plano econômico, uma reforma cambial procurava expandir as exportações brasileiras e equilibrar a balança comercial deficitária devido, em grande parte, à queda no preço do café. Contudo, dada a profundidade da crise e das ameaças dos grupos dominantes e insurgentes da sociedade brasileira, além da pressão dos grupos econômicos internacionais e da diplomacia estadunidense, as condições eram fortemente adversas à possibilidade de continuidade do governo (Marini, 1964).

O suicídio de Vargas, em 1954, representa o fim da política nacionalista ligada ao fortalecimento do intervencionismo estatal na esfera econômica, que passa a ser marcada, cada vez mais, pela abertura ao capital externo (Prado Júnior, 2012). As políticas econômicas dos governos seguintes podem ser entendidas à luz dos interesses dos grupos econômicos em superar a crise das exportações e o empasse apresentado pelo conflito com os interesses divergentes do setor agroexportador. Este, que havia alimentado o impulso inicial de industrialização nacional, passava a não ser mais capaz prover recursos à indústria nacional, deixando de constituir-se como setor complementar para apresentar-se como verdadeiro obstáculo à modernização econômica do Brasil (Marini, 1964).

Em face do desequilíbrio externo e da escassez de divisas que comprometiam o crescimento industrial, o setor empresarial brasileiro encontra na aliança com os grupos econômico-financeiros estrangeiros a alternativa para dar seguimento ao desenvolvimento da indústria nacional. As facilidades, concedidas pelas políticas cambiais, para os financiamentos e os investimentos diretos externos são materializadas, em 1955, na Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), atual Banco Central, durante o governo Café Filho, tendo sido ampliada no governo de Kubitschek.

Esse instrumento passou a permitir a compra de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial para o Brasil, de modo a facilitar as importações das tecnologias advindas dos países centrais. As licenças para importação de bens de capital à taxa livre de câmbio funcionavam como medida para remediar a escassez das divisas e o estrangulamento externo do país, permitindo, por meio do investimento direto estrangeiro, o crescimento das importações sem desequilibrar a balança.

Desse modo, os anos 50 representam o momento em que a economia brasileira começa a integrar-se, de fato, ao sistema econômico-financeiro internacional, em que a Instrução 113 detém um papel relevante na facilitação desse processo, favorecendo a entrada de capital externo sob condições mais vantajosas (Caputo & Melo, 2009). O desenvolvimento industrial que havia se configurado, até então, a partir dos investimentos estatais e, em menor parte, pelo capital privado e internacional, adquiria, a partir da supracitada década, um caráter mais dependente do financiamento externo. A conjuntura internacional de expansão dos capitais estadunidenses, europeus e japoneses oferecia o quadro propício para essa reconfiguração da economia nacional.

O surto expansivo internacional que cobre o período de 1948/49 até o final dos anos de 1960 propicia o clima ideal para a chegada de investimentos estrangeiros. Nestes anos dourados da industrialização nacional, nas palavras de Suzigan (1978, p. 47), já se identifica o traçado de uma política industrial desenvolvimentista: pelo sistema cambial que favorecia as importações de equipamentos e matérias-primas, pela tarifa aduaneira protecionista, pelos favores cambiais e financeiros ao capital estrangeiro e pela presença do Estado como empresário para os setores de infraestrutura e de linhas de financiamento via BNDE. Tais elementos favoreciam a estratégia do capital internacional de penetração no mercado nacional, de forma muito vantajosa para aquelas empresas [...] Estes equipamentos e máquinas importados via Instrução 113 eram contabilizados no ativo das empresas importadoras como investimento, numa taxa de câmbio livre, enquanto que a remessa de lucros e amortizáveis que as empresas faziam se dava com base numa taxa de câmbio preferencial; portanto, havia um diferencial cambial que favorecia este tipo de investimento (Caputo & Melo, 2009, pp. 517-18).

Sob essa égide, a vitória de Juscelino Kubitschek na corrida presidencial de 1956 vem representar o marco do desenvolvimentismo moderno no Brasil. O “slogan” de sua campanha, “50 anos em 5”, traduzia os anseios pela modernização industrial do país, fortificada pela abertura aos investimentos estrangeiros. A entrada do capital norte-americano durante o período opera, também, como mecanismo de apaziguamento dos interesses conflituosos das elites dominantes e de superação da crise econômica que restringia o setor exportador (Prado Júnior, 2012).

O “Plano de Metas” consistia no plano de desenvolvimento econômico durante o exercício de seu mandato, com foco nos setores de indústria de base, transporte, energia, educação e alimentação. Para essas searas, deveriam ser destinados os investimentos públicos e privados nacionais e estrangeiros. As medidas de atração do capital externo consistiam em “favorecer a entrada de investimentos diretos estrangeiros, de conseguir empréstimos com entidades de crédito internacional e com entidades oficiais estrangeiras e, ainda, obter créditos de curto e médio prazo de fornecedores de equipamentos” (Caputo &

Melo, 2009, p. 519). Essa política foi responsável pela entrada de 2,5 bilhões de dólares em cinco anos de governo, sob a forma de crédito e de investimentos (Prado Júnior, 2012).

Na década de 60, todavia, o crescimento da indústria brasileira através do investimento externo começava a apresentar sinais de desgaste. Primeiramente, a queda de preços no mercado externo e as remessas de lucros como forma de transferência de riquezas e perda de valor, além do crescimento da inflação, estagnam o desenvolvimento industrial nacional. À coletânea, o aumento da capacidade produtiva do país não foi acompanhado pela absorção de mão-de-obra pela indústria. Os efeitos sociais da urbanização dos centros industrializados do país com a marginalização dos desempregados acirraram as agitações populares e os embates políticos.

Com o agravamento da crise econômica, os obstáculos à expansão do setor industrial internamente relacionados à permanência da estrutura latifundiária do agronegócio e, externamente, à dominação dos monopólios estrangeiros, os governos seguintes de Jânio Quadros e João Goulart (1961 a 1960) passaram a representar os interesses da burguesia industrial nacional que se desassociava, mais uma vez, aos da elite ruralista. As propostas de reforma desses governos sobre as estruturas fundiárias, com a realização de uma ampla reforma agrária, combinados com os desejos por uma política externa mais independente, confrontavam as classes dominantes do setor agroexportador (Marini, 1965).

No que concerne à maior autonomia das relações externas do Brasil, identificam-se os incentivos à aproximação com os países latinoamericanos e africanos, capazes de representar novas possibilidades de mercado para a importação dos produtos brasileiros. Verificava-se, portanto, uma política de nacionalização da indústria brasileira que procurava restringir a participação do capital norte-americano nesse setor, comprometendo as relações entre os dois países.

No plano econômico, a conjuntura econômica do governo Goulart é marcada pelo desequilíbrio interno, em termos de política fiscal e monetária, que se manifestava, principalmente, num processo inflacionário crescente. Este afeta principalmente as classes mais vulneráveis, que dependem do salário para obtenção de renda. Paralelamente, identifica-se o desequilíbrio externo, manifestado pela dívida externa e a dependência das importações, diretamente relacionada com o desempenho econômico, enquanto as exportações não conseguiam suprir as divisas necessárias para a compra desses produtos. Ademais, quanto ao setor de serviços da balança de pagamentos, principalmente no se refere ao pagamento de juros da dívida e à remessa de lucros dos investimentos estrangeiros, também se identifica o estrangulamento econômico (Loureiro, 2017).

Segundo Marini (2013), apesar dos esforços de Goulart para superar esses desequilíbrios, seu plano de governo em associação com a elite industrial do país não foi capaz de conter as agitações das camadas populares, que sufocavam com o desemprego e a inflação. As demandas dos trabalhadores urbanos e rurais procuravam ser contidas pelo Plano de Trienal do referido governo. Contudo, em razão das próprias limitações econômicas e políticas para a concretização das reformas de caráter estrutural, a insatisfação das massas crescia e o movimento operário e sindical ganhava força.

Somam-se a esse quadro, a resistência dos ruralistas à reforma agrária, o descontentamento dos monopólios externos, a desconfiança da classe média, e o crescente descrédito da burguesia industrial na capacidade do governo vigente de conter os conflitos sociais. Tal cenário propicia a campanha antigoverno abastecida pelo discurso anticomunista que procurava instrumentalizar os anseios dos setores médios da sociedade, amedrontados pela possibilidade de implementação de um regime comunista. Para Marini (1965), esses traços significam uma etapa diferente da natureza assumida pela luta de classes nacional. Esse episódio representa um momento de ruptura da burguesia nacional com a política a que havia aderido até então, desde a Revolução de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, que significou a sua aproximação aos círculos de poder político.

A conjuntura política está, então, vinculada às tensões de classe, tanto no campo quanto na cidade. A burguesia industrial, na iminência do golpe, alia-se à elite fundiária e aos militares para conter as insurgências populares inflamadas pela conjuntura geopolítica do conflito Leste-Oeste, em que eventos como a Revolução Cubana (1959) ameaçavam a hegemonia estadunidense na América Latina. O aspecto contraditório do desenvolvimento capitalista dependente é descortinado, uma vez mais, pela abertura aos investimentos externos, em que as empresas estadunidenses atuam como principais fontes da aplicação do capital estrangeiro no país.

É essa união de fatores que precede a ruptura que o golpe de 64 vem a representar, tanto no plano político e social doméstico, quando nas relações exteriores brasileiras. Desse modo, cumpre deter-se brevemente sobre as relações entre o Brasil e os Estados Unidos durante a década de 60, por constituir-se como um elemento fundamental para a compreensão da conjuntura do período. A apreensão dos fatores domésticos aliados às pressões dos setores externos são determinantes para identificar a atmosfera política e social, bem como os fatores macroeconômicos e as relações diplomáticas, dos anos que precedem a ditadura militar. Este evento consolida uma política externa de aproximação do Brasil com os EUA, com importantes implicações.

3.2.1. A política externa brasileira durante a ditadura militar e a relação Brasil-Estados Unidos

Consoante leciona Marini (1965), as relações entre os países do continente americano assumem um novo caráter a partir dos anos 60. Nesse período, o Brasil opera como um país-chave dos reflexos do conflito da Guerra Fria na América Latina, devido ao interesse dos Estados Unidos em manter sua zona de influência regional, notadamente após a revolução cubana de 1959. Esse evento configura o forte laço político-ideológico de um país latinoamericano a URSS, representando o apoio simbólico e material do bloco inimigo do Ocidente à Cuba, com graves ameaças à manutenção do poder hegemônico estadunidense. Consequentemente, o destino do Brasil, enquanto maior economia latinoamericana e país de dimensão gigantesca, fazendo fronteira com quase todos os países da América do Sul, salta às preocupações dos interesses de manutenção da unidade hemisférica nesse conturbado contexto.

No quadro dos golpes militares perpetrados no Cone Sul, com participação da CIA, o processo de integração imperialista do Brasil desenrola-se com a participação do governo militar, ao adequar a conjuntura socioeconômica nacional ao quadro de expansão do capital norte-americano. Nesse sentido, apreender como se dá essa integração pressupõe considerar as transformações dos elementos internos, tanto do ponto de vista econômico quanto político, da realidade brasileira a partir da década de 60, e dos fatores externos associados às mudanças na economia estadunidense.

Sobre esse último ponto, importa salientar que a acumulação de riqueza alimentada pelo desenvolvimento da estrutura produtiva dos Estados Unidos e a consequente configuração dos monopólios, significando a crescente concentração de capital, geraram grandes excedentes que não poderiam ser reinvestidos na própria estrutura produtiva nacional. Destarte, além de parte do excedente ter sido destinada à indústria armamentista e ao setor de serviços, a necessidade de escoamento dos investimentos para o mercado externo apresenta-se como característica do desenvolvimento capitalista estadunidense do pós-Guerra.

A facilitação à entrada do capital norte-americano no Brasil é característica da política externa durante a ditadura militar. O apoio das classes dominantes brasileiras ao modelo de desenvolvimento econômico pautado por essa integração justifica-se a partir das

próprias limitações econômicas nacionais que dificultam a formação de um mercado interno e o fortalecimento da indústria nacional. Por outro lado, a entrada dos investimentos externos atendia às necessidades de expansão do capital dos países industrialmente desenvolvidos, notadamente no que se refere à ampliação de mercado para a exportação das tecnologias já obsoletas (Marini, 1977).

A exportação de capital, segundo Marini (1965), produz um ciclo de retroalimentação em que o fluxo de investimentos norte-americanos em outros países responde aos fluxos de extração de excedente a partir das remessas dos lucros obtidos, que acabam por gerar mais excedente. Resulta desse quadro, a necessidade cada vez maior de intervenção dos EUA nos assuntos internos dos países receptores, na medida em que a entrada do capital estadunidense provoca reflexos diversos nos interesses conflitantes das elites econômicas e políticas.

Não obstante, Marini salienta que a posição geopolítica assumida pelo país não se resume à subordinação política às decisões provenientes de Washington, significando, sobretudo, que o Brasil passou a “colaborar ativamente com a expansão imperialista, assumindo nela a posição de país-chave” (1965, p. 33). Isso significa que, apesar do governo militar de Castelo Branco (1964-1967) romper com vários elementos da Política Externa Independente da conjuntura nacional anterior, o alinhamento externo dos dois países não se processou de forma automática e completa. Tanto é que Brasil e EUA divergem em diversos momentos, ao longo do período militar, quanto ao direcionamento de atuações diplomáticas e conflitos de interesses.

É assim que, ao mesmo tempo em que o Brasil, por exemplo, participa ativamente da intervenção norte-americana na República Dominicana, em abril de 1965, também mantém relações com a URSS; ou, embora se subordine a determinados interesses hegemônicos da potência ocidental, recusa-se a tomar parte na guerra do Vietnã. Portanto, nota-se que a vinculação das políticas externas destes dois países envolve camadas de complexidade que refutam interpretações simplistas que procuram enxergar a posição internacional do Brasil durante o regime militar como totalmente subordinada às orientações norte-americanas. Assim como havia uma compatibilidade de agendas políticas entre essas nações a partir de 64, a atuação dos militares tupiniquins, mas não se adstringente ao papel de governos-fanchote dos interesses ianques, passando, notadamente a partir de 1967, a apresentar uma agenda de política externa e econômica mais independente.

Não obstante, o governo Castelo Branco marca o rompimento com o padrão da política externa brasileira desde os anos 30, especialmente com os princípios que passam a

se afirmar a partir dos anos 60 na região. No lugar da política externa independente de cunho desenvolvimentista de Quadros e Goulart, norteadas pelos princípios de não-intervenção e autodeterminação, a narrativa das relações exteriores dos governos militares passa a focar na divisão ideológica Leste-Oeste em vez da Norte-Sul do movimento terceiro mundista dos não-alinhados.

A doutrina da “barganha leal”, formulada pelo general Couto e Silva, defendia que, em razão da própria localização geográfica do Brasil, era inevitável o alinhamento do país com os EUA. Em contrapartida, as vantagens advindas para o Brasil com essa aliança estariam ligadas ao exercício de sua influência sobre os países sul-americanos como Estado regulador. Esta agenda alinha-se, no seu discurso, à fidelidade com o ocidentalismo no contexto da bipolaridade internacional, identificada com o anticomunismo e com uma convergência entre os interesses político-ideológicos e econômicos no continente americano. No plano das relações econômicas, preconiza-se a livre circulação dos capitais estadunidenses e a facilitação à sua penetração interna, provocando rupturas com o legado varguista na medida em que põe ênfase do desenvolvimento associado dependente (Miyamoto & Gonçalves, 1995; Oliveira, 2005; Cerro & Bueno, 2015).

Evidencia-se, nesse sentido, o comprometimento à soberania nacional derivado da adoção da política de segurança coletiva, que tem como marco o rompimento com Cuba em 13 de maio de 1964. Esta orientava-se pelo pensamento dominante na Escola Superior de Guerra, pautada na defesa dos valores, tanto de cunho político quando moral, da civilização ocidental e cristã. Essa doutrina vinculava-se à agenda econômica apoiada por setores da elite nacional, por meio da atuação de organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e Ação Democrática Popular (ADEP).

Nessa toada, as premissas para a política interna propunham-se a “desestabilizar o governo populista, a brechar as reformas sociais e os projetos nacionalistas e a restabelecer o poder de classe supranacional” (Cerro & Bueno, 2015, p. 399). A doutrina de segurança coletiva previa, ainda, o seu avanço regional, a partir de uma integração com os países latinoamericanos pela via de manutenção de interesses geopolíticos mediante organismos multilaterais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc).

Convergiam, desse modo, as afinidades políticas e econômicas Brasil-EUA, com foco na associação de capitais e de mercados, posicionando a relação dos dois países como

prioridade da política externa. A assessoria de representantes estadunidenses nessas áreas compunha o quadro das instituições governamentais brasileiras, e o país passa a fornecer concessões a empresas do país nortenho, além de se comprometer ao ajuste econômico ditado pelo FMI.

Todavia, a política externa de Castelo Branco é superada pelos governos posteriores, dada a percepção de sua incompatibilidade com os interesses e aspirações nacionais. As contrapartidas esperadas em troca da agenda de alinhamento não foram realizadas, e a situação econômica do Brasil agravava-se pelo entrave das exportações e o aumento do endividamento externo. A problemática das exportações era agravada tanto pela deterioração dos termos de troca quanto pela adoção de medidas protecionistas às importações dos produtos brasileiros pelo Congresso dos Estados Unidos, principal parceiro comercial do país. Enquanto isso, o Brasil apresentava o maior parque industrial da América Latina, com sérios problemas de mercado interno e externo (Marini, 1965).

Por esse conjunto de fatores, a política externa em jogo a partir de 1967 volta a posicionar o interesse nacional como ponto de norteamento das relações exteriores brasileiras, recolocando a questão do desenvolvimento nacional como preocupação central. Esta segunda etapa iniciada com o governo Costa e Silva (1967-1969), passa a projetar a inserção internacional do Brasil e o fortalecimento de sua influência regional, com um certo grau de autonomia, contrapondo-se aos interesses hegemônicos da maior potência continental. Com efeito, esse caminho da atuação nacional na esfera estrangeira envolveu um quadro complexo de relações bilaterais e multilaterais que procurou conciliar os pontos divergentes com o projeto estadunidense, aproximando-se daquele país em alguns momentos, e, ainda, confrontando-o em outras situações (Miyamoto & Gonçalves, 1995; Cervo & Bueno, 2015).

A política externa de Costa e Silva é assentada na doutrina da “Diplomacia da Prosperidade”, recolocando as desigualdades Norte-Sul nas preocupações estratégicas de desenvolvimento nacional em detrimento da prioridade com o conflito Leste-Oeste do governo antecessor. Assim, a questão econômica volta a ser central nas motivações da atuação internacional do país, buscando aumentar a diversidade de parceiros comerciais e de fontes estrangeiras de investimentos e empréstimos, ampliando os fluxos de capitais e de tecnologias a uma gama mais extensa de países. É dado enfoque na cooperação internacional e multilateral para o desenvolvimento, bem como na busca por novos mercados para as exportações nacionais (Cervo & Bueno, 2015).

Com Médici (1969-1974), o Brasil experimenta o chamado “milagre econômico” com significativo crescimento do PIB e da renda per capita, além de impulsionar o quadro externo de busca cada vez maior pelo protagonismo na seara decisória internacional. A atmosfera do discurso nacional do período, fortalecida pelos elementos apontados, indicavam que o país caminhava para uma posição de potência intermediária, elemento que norteava um discurso autoconfiante.

Segundo Cervo e Bueno (2015), a questão do poder coloca-se no debate da política exterior brasileira dos regimes militares pós-67. Especialmente com Médici, o discurso “Brasil Potência” procura transmitir os desígnios de crescimento da influência externa do país com base nos interesses nacionais. Desse modo, a busca por uma fatia maior do poder mundial aliava-se à aceleração do crescimento econômico vivenciada até então, vinculando-se às finalidades da política externa e às necessidades nacionais. Desse modo, o Brasil procurou manipular os mecanismos disponíveis da política exterior na direção da consecução desses objetivos, sem perder de vista o caráter conciliador das suas relações com os EUA, que eram condicionadas pelos fatores da conjuntura internacional.

Por outro lado, a questão do poder nacional também era refletida no plano interno, com o terrorismo de Estado em busca de um consenso que apontasse para uma via única quanto ao trajeto da política de interesse nacional, especialmente após o AI-5 em 1968. No plano externo, a utilização de mecanismos alternativos para a concretização desse projeto era identificada na constante defesa da pauta de desenvolvimento terceiro-mundista no âmbito dos organismos multilaterais e na manifestação do desejo por uma reforma da ordem internacional que abrisse espaço às economias emergentes. Nesse âmbito multilateral, o discurso nacional está ancorado na noção de “segurança econômica coletiva”, que intenciona evidenciar as pautas e reivindicações dos países em desenvolvimento como pontos centrais para a mobilização da comunidade internacional (Cervo & Bueno, 2015).

Entretanto, a dificuldade nacional de penetração nesses espaços e de atendimento dos organismos internacionais às reivindicações das economias emergentes, aliada ao quadro de recessão global e de crise das finanças com o choque do petróleo em 1973, integram a conjuntura em que Geisel assume o poder, de 1974 a 1979. Nesse contexto, os conflitos com os EUA tornam-se recorrentes, estendendo-se até os anos de transição aos governos civis, em meados dos anos 80. A Lei de Comércio dos Estados Unidos, de 1974, de caráter protecionista, contraria os objetivos do comércio externo brasileiro, restringindo as exportações nacionais para aquele país, e agravando o quadro deficitário das relações comerciais entre as duas economias com implicações para a balança de pagamentos.

No mesmo ano, os EUA interrompem o fornecimento do urânio que abastecia a usina de Angra dos Reis, quebrando com o acordo firmado em 1972. Esse cenário suscita respostas do regime no sentido de uma aproximação mais sólida e ampla com outros parceiros. Multiplicam-se, assim, os acordos bilaterais com os países da Europa Ocidental, especialmente com a Alemanha, com o Japão e outras economias asiáticas, com a África, além do estreitamento das relações com a América Latina²¹ e com o bloco socialista, recolocando a importância da Coleste (Comissão de Comércio com a Europa Oriental), que havia sido estabelecida na década de 60.

Outro ponto de confronto nas relações Brasil-EUA residia na recusa de adesão daquele país ao Tratado de Não Proliferação Nuclear. Por outra via, o Brasil assina o Acordo Nuclear com a Alemanha, em 1975, objetivando a transferência de tecnologia nuclear para o país. Assim, tem início um processo de nacionalização da segurança nacional que, no plano militar, reflete-se na aderência a uma política de exportação de material bélico e do enfraquecimento do acordo militar firmado com os Estados Unidos desde 1952, no âmbito da Comissão Mista Brasil-EUA, que subordinava o treinamento das forças armadas brasileiras e a aquisição de tecnologia e de armamentos ao controle estadunidense. A política nuclear é fortalecida a partir de 1979, com o direcionamento dos investimentos públicos à pesquisa e desenvolvimento da energia nuclear, com controle dos setores militares nacionais (Cervo & Bueno, 2015).

Embora não tenham perdido a sua importância, as relações com os EUA iam, portanto, cedendo o posto de traço central da condução da agenda exterior brasileira, à medida que a conjuntura internacional também era alterada, com o comprometimento da hegemonia norte-americana a partir da ascensão de novos polos de poder global. Os confrontos econômicos e políticos procuravam ser apaziguados na esfera diplomática, numa espécie de “*managed conflict*”, como definem alguns analistas. Ademais, além da projeção

²¹ Estas expressaram-se por meio da criação do Mercado Comum Latino-Americano, a ser implantado a partir de 1970; pela negociação do Tratado da Bacia do Prata (1969) com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia, com o intuito de regulamentar o aproveitamento da Bacia do Prata por esses países e definir suas zonas de influência; pelo interesse na afirmação da Alalce e a projeção das reivindicações nacionais pela preferência para os manufaturados brasileiros; pela assinatura de uma série de acordos bilaterais de comércio e de cooperação, além dos investimentos na infraestrutura rodoviária interfronteiras e no setor de telecomunicações e parceria energética com os países vizinhos, a exemplo do tratado firmado com o Paraguai, em 1973, para a construção da hidrelétrica de Itaipu, da Ata de Cooperação assinada no mesmo ano com a Bolívia, quanto ao comércio do gás, dos acordos para a binacional do carvão com a Colômbia, além dos projetos hidroelétricos e acordos de desenvolvimento com o Uruguai, marcando a atuação brasileira como fornecedor de créditos. A Argentina se posiciona como o terceiro maior parceiro comercial do Brasil, além dos EUA e da Alemanha. A rivalidade Argentina-Brasil ganha novos contornos no período, com a frequente oposição daquele país às iniciativas de integração regional do regime militar brasileiro.

econômica brasileira sobre a América Latina, a influência política do regime é uma constante até meados da década de 70, materializando-se na onda de golpes militares no subcontinente, com participação externa do Brasil em apoio aos novos regimes, notadamente no Cone Sul. Atuava, assim, com certa independência, na desestabilização dos regimes progressistas na região, interferindo nas democracias uruguaia, boliviana, além do caso mais importante, com o papel-chave do governo Médici na desestabilização do governo Allende (Burns, 2014).

Portanto, a agenda internacional do regime preserva um certo grau de independência, tanto no plano econômico, quanto militar e político. De modo geral, a política externa do período é caracterizada pela mitigação estratégica das tendências tanto nacionalistas quanto universalistas que conduzem a agenda do país ao longo de toda sua fase desenvolvimentista. Percebe-se, nessa toada, a aspiração do Brasil à potência intermediária e a um papel mais significativo na esfera internacional, quadro que enseja uma agenda exterior moderada e, em alguns momentos, ambígua e conciliadora com o bloco hegemônico regional.

Com efeito, conclui-se que a condição subimperialista aplicada ao Brasil deriva das condições próprias deste país, tanto no âmbito da estrutura econômica, quanto na seara social e política, com a agenda externa desempenhando um papel importante. O movimento de projeção internacional do Brasil não se dá, entretanto, sem contradições, especialmente nas relações que estabelece com os Estados Unidos. O fortalecimento do capital financeiro durante o regime militar é ilustrado pelas iniciativas de expansão de mercado, em que o papel desempenhado pelo Estado militar é fundamental.

O quadro do período expressa o desejo de liderança política regional do Brasil, como também a disposição da burguesia industrial nacional de restabelecer sua aliança com as oligarquias agrárias e integrar-se ao imperialismo de modo a possibilitar uma nova expansão econômica com base no capital externo. Em face dos elementos estruturais que se apresentam como obstáculos para o desenvolvimento industrial fundado no capital nacional e na expansão do mercado doméstico, como a questão fundiária e de distribuição de renda, a alternativa que se revela para o empresariado brasileiro consiste na expansão suprafronteiriça da indústria. Isto é, parte-se para a busca de mercados em outros países, como forma de absorver os bens produzidos à medida que a capacidade produtiva industrial é elevada devido à inserção das tecnologias importadas de países desenvolvidos. Consoante o mercado interno não apresenta as condições para absorver o crescimento da produção industrial, a busca por mercados externos torna-se indispensável.

É assim que, no primeiro aspecto, a economia agroexportadora continua fortalecendo-se devido à manutenção dos latifúndios e do poder político das oligarquias rurais, enquanto os preços agrícolas ascendem. As tensões sociais fruto da desigualdade distributiva da terra, que desencadeia diversos conflitos no campo, são vislumbradas, também, nas zonas urbanas. O crescimento industrial das décadas anteriores pressupôs um profundo êxodo rural, que, desacompanhado de políticas públicas de urbanização e de integração das populações migrantes, provocou a marginalização socioeconômica desta significativa parcela populacional, marcando as enormes desigualdades do espaço urbano das grandes metrópoles do país (Marini, 1964; 1965; 1977; 2013).

Com tal interpretação dos fenômenos históricos no país, Marini solidifica a tradição da escola marxista da dependência, que consiste na análise da conjuntura interna e dos fatores domésticos, sem priorizar em demasiado ou negligenciar equivocadamente os elementos externos. Especialmente, no que tange aos processos de acumulação de capital a nível global e ao papel das potências imperialistas nesses processos. Afinal, a análise estrutural sob a égide da economia política pressupõe o estudo de situações concretas da realidade material. Para tanto, a etapa seguinte da história econômica latinoamericana e brasileira acompanha as transformações dos elementos essenciais para a caracterização de uma nova fase do capitalismo mundial e do seu padrão de reprodução nas economias dependentes, que serão analisadas adiante.

CAPÍTULO 4: NOVOS APORTES DA TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: A ATUALIZAÇÃO DA CATEGORIA E DO FENÔMENO HISTÓRICO SUBIMPERIALISTA

4.1 As transições da economia política do subimperialismo na etapa do neoliberalismo

O neoliberalismo pode ser apreendido como um fenômeno que se refere a um conjunto de políticas econômicas orientadas por certos ditames que definem a atuação política, ou como uma ideologia. Fine e Saad-Filho (2018) explicam que a consolidação da etapa neoliberal do capitalismo global deu-se em dois momentos. O primeiro tem como marco os governos de Thatcher e Reagan, representando uma “fase de choque” em que a máquina do Estado fomentou o capital privado a partir da negligência das áreas sociais; enquanto a segunda fase corresponde a diferentes formas e níveis de intervencionismo estatal para conter os resultados decorrentes da aplicação dos modelos da primeira fase, bem como para manter a lógica da financeirização. Esta, por sua vez, corresponde a elemento essencial do neoliberalismo que se insere na etapa contemporânea do capitalismo mundial caracterizada pela financeirização.

Desse modo, pode-se ressaltar que este cenário integra, também, a etapa hodierna do imperialismo assentado na globalização, ao mesmo tempo que caracteriza a nova dependência. A característica particular e estruturante desse quadro atual consiste na “generalização do movimento especulativo do capital” (Carcanholo & Nakatani, 1999, p. 1), em que a vulnerabilidade externa dos países dependentes está articulada à sua integração ao capital financeiro internacional. Entende-se, desse modo, que a atual fase da economia mundial capitalista, ancorada no neoliberalismo, revela uma nova etapa histórica da dependência, marcada, sobretudo, pela dependência financeira que implica a transferência de riqueza/valor dos países periféricos para os centrais. Essa transferência se dá principalmente mediante o pagamento de juros e amortizações da dívida, pressupondo o endividamento externo dos países dependentes.

O capitalismo adentra na etapa dos monopólios no último terço do século XIX, abalando os fundamentos do liberalismo clássico ao evidenciar as falhas da concepção de

um mercado livre em que a concorrência intercapitalista autorregula o funcionamento da economia.

a dinâmica do capital, na idade monopólica, anacroniza completamente as traves-mestras do pensamento liberal. Os eixos teóricos-culturais que suportaram a vontade política da burguesia revolucionária perdem qualquer vigência na efetividade social: o ‘livre mercado’ (que, de fato, jamais fora plenamente livre) passou ao estatuto de retórica, posto que o movimento do capital na era monopólica demande um complexo de regulações excludente de toda referência à velha *mão invisível* – donde um Estado *necessariamente* intervencionista que, remetendo a figura do “guarda-noturno” ao reino da fábula, redefiniu largamente a relação público-privado, redimensionando a conexão política-economia” (Netto, 1995, p. 74).

Apesar das incongruências da evolução do capitalismo histórico com os pilares que sustentam a sua fundamentação político-filosófica, a ótica liberal sobrevive e tem como arcabouço o discurso fincado nas liberdades individuais e na democracia. As proposições de pensadores dessa corrente ideológica, na metade do século XX, em que se destacam Hayek e Friedman, selam as bases do pensamento neoliberal, dotando de novo fôlego as ideias de Estado mínimo e de autorregulação do mercado enquanto instância superior, abstrata, e separada dos demais âmbitos que definem a vida social e política. A insurgência do neoliberalismo marca o declínio do Estado de bem-estar social e do socialismo real, conforma aponta Netto (1995).

No contexto interno, a ditadura militar brasileira põe fim à supremacia do projeto nacional-desenvolvimentista no centro do debate político do país. A integração ao capital internacional e os vínculos político-ideológicos ao bloco hegemônico passam a se constituir como a força motriz da política externa e das políticas econômicas durante o período. Apesar de, no processo de redemocratização do país, o discurso de desenvolvimento nacional ter ressurgido com força relativa a partir de um centrismo democrático que definiu o caráter do movimento “Diretas Já”, a tendência do processo globalizante, com base nos ditames do Consenso de Washington, se solidifica. É nesse sentido que a era neoliberal tem início no país; primeiro, com a vitória de Fernando Collor nas eleições presidenciais, em 1989;²² e, em um segundo momento, durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2003.

²² Collor exerce seu mandato de 1990 a 1992, quando, por escândalo envolvendo corrupção política, sofre processo de impedimento, levando-o à renúncia do cargo e à sua sucessão pelo vice Itamar Franco, que governa até 1994.

O cenário da economia política latinoamericana da década de 80 é marcado, sobretudo, pela integração ao mercado internacional caracterizada pela intensificação dos fluxos de capitais estrangeiros sob os marcos da governança hegemônica dos Estados Unidos. Esse projeto é facilitado, internamente, pela ocupação de forças de centro-direita nos governos de países como Brasil, Argentina, México, Venezuela, Bolívia e Peru (Santos, 2000). As políticas econômicas associadas à abertura externa e às privatizações, a que foram submetidos esses países, apesar de promoverem maior estabilidade monetária e fiscal, com moedas fortes e um certo equilíbrio macroeconômico, representaram profundos custos sociais, devido aos cortes das despesas públicas e às políticas de recessão. Além disso, o equilíbrio econômico mostraria sua fragilidade com o aprofundamento da crise da dívida e das mazelas socioeconômicas. Por esses motivos, a década de 80 é conhecida como “década perdida” da América Latina.

Destarte, para entender a transição dos regimes militares na América Latina, a partir da segunda metade da supracitada década, em direção a uma integração com o sistema político-ideológico do processo globalizante faz-se necessário analisar o contexto internacional de reordenação da economia mundial. Nesse cenário, sob a égide do discurso ideológico da globalização, a ênfase dada à questão dos direitos humanos pelo governo de Jimmy Carter (1977-1981) passa a orientar a política externa norte-americana. A preocupação com esse elemento passava a expor a incompatibilidade da manutenção das ditaduras militares latinoamericanas, com seus regimes fechados.

Essa estratégia da política externa estadunidense justificava-se, ainda, pelo discurso nacionalista que tais regimes assumiram em alguns países como, por exemplo, durante o governo militar de Médici (1969-1974), no Brasil, que passou a fomentar um processo desenvolvimentista centrado no Plano de Integração Nacional (PIN). Este previa investimentos destinando à construção de grandes obras de infraestrutura, como a construção de rodovias e hidrelétricas, preocupando-se, especialmente, com a ocupação da região amazônica²³. Entretanto, a mobilização do sentimento nacionalista acobertava a forte

²³ Os lemas adotados pelo PIN, "integrar para não entregar" e "terra sem homens para homens sem terras", faziam referência ao projeto do governo Médici de deslocamento de milhares de famílias (o projeto inicial referia-se a emigração de 100.000 famílias em 5 anos) para povoamento de áreas com baixa densidade demográfica na Amazônia. A maioria desses emigrantes eram compostos por nordestinos, consistindo em uma estratégia de transferência dessas famílias de uma das regiões mais populosas do país, que atravessava um período de seca, para a região menos povoada. A construção da rodovia Transamazônica, atravessando territórios indígenas pré-existentes, espelha essa medida de ocupação territorial, ou de colonização interna da Amazônia, como colocado por Velho (2009). Nessa medida, salientada a importância da Amazônia para a construção de uma identidade nacional, o discurso nacionalista em torno da integração continha menos um teor econômico do que político.

participação do capital externo, quer no projeto de ocupação da Amazônia, quer em outras políticas governamentais de incentivo à indústria e à agricultura que integraram o chamado “Milagre Econômico” do período militar²⁴ (Velho, 2009).

Destarte, o governo de Médici apresenta um teor nacionalista de direita que é inconveniente diante da nova etapa do processo globalizante e do seu cunho ideológico fundado na promoção dos direitos humanos. Ademais, no plano da conjuntura internacional, a política de direitos humanos atuava “como fator de justificativa ideológica, para a confrontação com os países socialistas e com os regimes do Terceiro Mundo que, em geral, não apresentavam formas organizativas de tipo liberal democrática” (Santos, 2000, p. 87)

Se a partir de 1964 os vínculos com o capitalismo internacional são aprofundados, é com a adesão do Eixo Sul ao Consenso de Washington (1989) que a etapa neoliberal da história econômica do subcontinente pode ser identificada. Esta caracterizou-se pela adoção de medidas fiscais, monetárias e cambiais que se julgavam necessárias à integração dos países em desenvolvimento ao sistema econômico-financeiro internacional, fundamentando o processo de modernização desses países de forma subordinada ao receituário programado pelos organismos financeiros internacionais, como o FMI.

No Brasil, Fernando Collor de Mello inaugura a era neoliberal. Eleito a partir de uma campanha eleitoral que se propunha como uma Terceira Via ao projeto de esquerda representado pelas candidaturas de Lula e Leonel Brizola e à “velha” política conservadora, Collor propõe um discurso de modernização do país. O programa econômico inicial do seu governo, que ficou conhecido como “Plano Collor” ou “Plano Brasil Novo”, traduzia-se na facilitação à entrada de importações e de investimentos externos, além das medidas de desestatização, com a privatização de empresas públicas.

As medidas do primeiro Plano Collor, implementado entre março de 1990 e janeiro do ano seguinte, visavam conter a inflação por meio de mecanismos para enxugar a liquidez e reduzir o déficit público, com o congelamento de preços e salários, além das iniciativas privatizantes, concentradas no Plano Nacional de Desestatização (PND). Sob a visão de que

²⁴ O “Milagre Econômico” refere-se ao momento de crescimento da economia brasileira vivenciado no período militar, que, não obstante apresentar um quadro de crescimento do PIB e da renda *per capita*, foi acompanhado por uma forte concentração de renda e elevação exorbitante da dívida externa. Importa salientar, consoante explanado por Velho (2009, p 161-162), que o discurso nacionalista do período era necessário enquanto pilar de uma nova fase do desenvolvimento capitalista brasileiro ancorado no cosmopolitismo, cujas funções atendiam a fins diversos, dentre os quais: o de manutenção de uma “fachada ideológica”; de preservação de certas condutas estatais de controle sobre os movimentos do capital externo; como resposta às políticas protecionistas dos países centrais ao manter a aparência pretensamente patriótica do regime na esfera das relações internacionais.

os níveis salariais elevados se refletem no processo inflacionário, o arrocho salarial também é empregado como mecanismo para promover o controle da inflação.

À coletânea, as diretrizes de comércio externo contidas no Plano Industrial e de Comércio Exterior (PICE) procuravam estabilizar a hiperinflação herdada do período militar, promovendo, ainda, o estímulo às exportações para atender às demandas do capital monopólico internacional. Consoante apontando por Antunes, o programa neoliberal desencadeado pelo governo Collor inicia um processo de desindustrialização do país que implica “a destruição e o sucateamento de parcelas do capital industrial privado” (2005, p 17).

Neste sentido, o Projeto Collor opera uma mudança de curso em relação ao período juscelinista e até mesmo em relação à política econômica da fase ditatorial. Esta foi marcada por uma *modernização conservadora* que, embora socialmente nefasta e politicamente autocrática e perversa, permitiu uma enorme expansão do padrão de acumulação e um intenso salto industrial. A *modernização* contemplada no Projeto Collor acarretará a eliminação de elementos nucleares deste parque industrial. Ela é essencialmente destrutiva em relação a vários segmentos da indústria brasileira (Antunes, 2005, p. 17).

A partir de 31 de janeiro de 1991, entra em ação o Plano Collor II, representando a continuidade do primeiro. Em suma, o Projeto Collor, composto pelo Plano I e II, favorece e facilita a entrada do capital estrangeiro, processo que se adequa à conjuntura internacional de expansão do capital financeiro internacional sob a égide da concorrência monopólica. Tal empreendimento de modernização das economias nacionais periféricas compreende a transferência dos serviços públicos à iniciativa privada externa, refletindo-se no desmonte do aparelho estatal e das empresas públicas. Além disso, prejudica o pequeno e médio capital nacional, uma vez que a capacidade competitiva da produção interna se revela aquém da força dos monopólios transnacionais. Nessa toada, a dependência técnico-científica é agudizada com a abertura do parque industrial brasileiro aos capitais dos países tecnologicamente avançados.

Após o escândalo de corrupção com grande repercussão midiática e mobilização da oposição e da sociedade civil, condensada no movimento pelo *impeachment* de Collor, que o leva a renunciar o posto, seu vice Itamar Franco assume com um programa de governo ambíguo. As ligações pretéritas de Itamar Franco com setores políticos ligados ao plano ideológico do nacional-desenvolvimentismo pontuaram algumas posições de seu governo, enquanto foi dado seguimento ao programa de Collor, sem maiores alterações. Assim, apesar

do assistencialismo social mais acentuado, as privatizações mantiveram seu curso, aliadas à lógica de abertura externa e desregulação dos mercados.

A nova fase da historiografia econômica nacional iniciada com Collor ultrapassa as esferas econômica e política, abrangendo uma série de aspectos conjunturais que caracterizam a sociedade brasileira da década de noventa. Apesar da conjuntura do período distinguir-se da realidade das classes e dos movimentos populares dos anos antecedentes ao golpe militar, com a ampliação da classe média urbana e o aumento do seu poder de compra, o surgimento de um novo proletariado e uma indústria relativamente diversificada, os problemas estruturais persistiam.

Paralelamente, a etapa de integração subordinada à globalização sob o marco do neoliberalismo põe à frente o discurso de modernização que não reproduz a defesa ideológica do desenvolvimentismo ancorado em bases nacionais, que procura ultrapassar as estruturas arcaicas ligadas ao setor agroexportador. Com efeito, o pacote neoliberal recomendado pelo FMI ao Brasil segue ditames para a prática política que vinculam a modernização da economia à concretização das medidas de abertura e de desregulação dos mercados, à realização das privatizações, à redução do déficit público, ao arrocho salarial e à recessão.

Desse modo, tal cenário não se consolida mediante a preocupação política com as reformas estruturais relativas à reforma agrária, ao fortalecimento do parque industrial nacional e diversificação da sua capacidade produtiva, à consolidação de um mercado interno e à ampliação do consumo popular, ou à distribuição de renda e à adoção de medidas promotoras da justiça fiscal. Pelo contrário, o caráter fundamentalmente concentrador e excludente da modernização econômica mantém-se com a adesão dos países dependentes da periferia latinoamericana ao receituário do Fundo Monetário Internacional. Por esses motivos, a consolidação do programa político-econômico neoliberal, ao definir a realidade conjuntural do Brasil e das nações vizinhas a partir dos anos noventa, é denominada por Antunes (2005) como “a década da desertificação social e política neoliberal”.

Diante disso, a superação dos problemas na esfera social não integra o processo de redemocratização formal dos países latino-americanos. Apesar da restauração das eleições diretas e do funcionamento do aparato institucional liberal-democrático, as convulsões dos grupos sociais persistem em reação ao caráter excludente das políticas neoliberais. Nesse quadro, movimentos de guerrilha armada, na Colômbia das FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e no México dos Zapatistas; movimentos de dissidência em setores das forças armadas da Venezuela e da Argentina, no início da década de noventa; bem como, o fortalecimento do movimento negro, nos centros urbanos marcados pela

marginalização social dotada de caráter racial, e da resistência indígena perante a expansão do agronegócio no campo, no Brasil, representam algumas dessas insurgências de caráter popular.

Por isso, a repressão do Estado dependente periférico às mobilizações populares também se constitui como componente das democracias liberais latinoamericanas na etapa imperialista-monopólica. Assim, a continuidade do programa neoliberal que abrange contornos mais profundos durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), vitorioso nas eleições de 1994, é acompanhada pela natureza truculenta e repressiva com que as manifestações dos professores, estudantes, funcionários públicos e trabalhadores do campo foram combatidas. Entretanto, antes de partir-se para a explanação dos elementos essenciais do seu projeto de governo, convém recapitular o debate ao redor da teoria da dependência que se debruçou sobre o caráter definidor do desenvolvimento capitalista dependente.

Enquanto um dos fundadores da escola dependentista, cumpre deter-se brevemente acerca da visão teórico-metodológica sustentada por Cardoso, com enfoque nos pontos de antagonismo com os componentes da vertente marxista dessa matriz de pensamento. O propósito desse esforço analítico reside na compreensão da atuação política de FHC de forma articulada à sua trajetória intelectual, afastando as interpretações que ficaram sedimentadas no imaginário brasileiro de que a sua figura política representa uma ruptura com a sua produção acadêmica de sociólogo.²⁵

O exame detido sobre os principais elementos do seu conteúdo teórico elucidada a questão, demonstrando que a interpretação de Cardoso acerca da natureza do desenvolvimento dependente na periferia não contradiz o seu projeto de governo. Desse modo, uma vez que a presente pesquisa engloba o debate de ideias que se insere no cerne da constituição da escola da dependência enquanto campo de estudo original, parte-se para a análise dos pontos de encontro e desencontro entre a perspectiva de Cardoso e aquela defendida no pólo oposto da teoria, ocupada pelos marxistas da TMD. Ademais, procura-se sustentar o argumento de que esse famoso embate do pensamento econômico

²⁵ Essa ideia passou a ser difundida a partir de uma reportagem publicada em 5 de junho de 1993 por um dos principais veículos da imprensa brasileira, o jornal Folha de S. Paulo, em que alegava-se que o então Ministro da Fazenda, FHC, havia proferido, em um jantar com figuras do empresariado nacional, a seguinte declaração: “esqueçam o que escrevemos no passado, porque o mundo mudou e a realidade hoje é outra”. Apesar de não confirmada a autoria, a frase “esqueçam o que escrevi” ocupou o espaço da esfera pública, passando a estar indissociavelmente vinculada à figura do Presidente e à sua atuação política. A nota da Folha sobre a polêmica da suposta declaração pode ser encontrada em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/13/mais!/7.html>>.

latinoamericano permanece atual, notadamente quando se considera a conjuntura contemporânea do Brasil inserida na realidade histórico-concreta.

4.1.1 A natureza da dependência e os caminhos para o desenvolvimento na periferia latinoamericana: A visão de Fernando Henrique Cardoso

A era neoliberal sob o governo de FHC pode ser analisada com base em diferentes aspectos. Consoante a presente pesquisa reflete um esforço interpretativo da construção da teoria da dependência com base nas discussões e antagonismos dos seus fundadores em um contexto histórico determinado, faz sentido analisar a atuação política de Cardoso à luz de uma perspectiva que considera uma certa continuidade entre sua trajetória acadêmica e política. Sobre esse viés de análise,

Poderíamos pensar numa maneira dialética e de totalidade, em que a obra e o autor são lidos (interpretados) no espaço e no tempo, ainda que com contradições, como um processo. Citamos aqui nesta possibilidade autores que ao analisar a obra de Fernando Henrique Cardoso acabam por vincular o dito (sociologia) e o feito (presidência) num único movimento, assim o teórico da dependência, ou de um tipo histórico de estratégia para o desenvolvimento seria também o executor de um tipo historicamente determinado de dependência, ainda que em outra conjuntura, e sobre influência de outros conceitos (globalização, neoliberalismo e etc.) (Leme, 2015, pp. 633-34)

Não obstante, o meio em que o acadêmico está inserido também pode ser levado em consideração para a releitura de sua obra, levando em consideração a sua influência e visibilidade dentro de uma esfera intelectual que se destaca no âmbito social, bem como quanto suas ligações a grupos de influência política. Desse modo,

[...] a posição relativa que a ator/agente possui num determinado campo (político ou intelectual) está vinculada não somente ao seu estilo de vida, mas principalmente aos capitais que possui. Estes capitais (culturais, simbólicos ou políticos) estariam inscritos no *habitus* do agente, o componente fundamental para definir a posição relativa que o mesmo ocuparia num determinado campo, hierarquizando e estabelecendo estratificações de poder e dominação a partir daí. [...] Uma espécie de sociologia feita a partir das ideias, da história, das trajetórias, enfim, visa revisitar o autor pela obra através da pesquisa em diferentes fontes, mas sem perder de vista o contexto, a posição e instituições de pertença do autor (o local e a posição de onde fala/escreve é importante) (Leme, 2015, p. 634).

Como membro da Escola de Sociologia Paulista, Cardoso participa do núcleo intelectual brasileiro que, entre os anos 50 e 60, procurava apresentar novas interpretações

do método marxista, propondo uma visão sociológica do desenvolvimento dos países latinoamericanos que se aproximava da dialética marxista e da abordagem histórico-estrutural. Estas abordagens buscavam superar a visão ortodoxa do marxismo que orientava a atuação política dos partidos comunistas (PCB no contexto brasileiro do período), mas também o formalismo positivista e a demasiada racionalidade técnica do pensamento econômico. É assim que Cardoso apresenta sua visão sobre a dependência com um enfoque que se preocupa, sobretudo, com os aspectos metodológicos, partindo-se da dialética marxista, com notável influência de Lukács e Sartre, e dialogando com outras matrizes sociológicas, especialmente a weberiana.

Na sua perspectiva da noção de dependência, analisada sob o viés dialético, a preocupação reside no exame das situações concretas que compõem uma teia de relações sociais e de interesses de grupos políticos que constituem o âmago das estruturas e dos processos sociais, políticos e econômicos. Essas dinâmicas que partem da realidade concreta e particular permitem a compreensão sistêmica da realidade enquanto um todo estrutural. O movimento do concreto para a totalidade é expressado, então, por uma interpretação da condição de dependência que sobrepõe o elemento político fincado nas relações contraditórias de classe. Essa ótica de análise determina o caráter do desenvolvimento dependente associado, em que são as estruturas de classe internas que desempenham papel relevante, considerando também as suas ligações com os fatores externos referentes aos interesses do capital internacional e das classes dominantes dos pólos hegemônicos (Cardoso & Faletto, 2010).

Sendo inegável a influência de Cardoso para o pensamento econômico brasileiro das décadas de 60 e 70, o apanhado do debate histórico e intenso que este autor estabeleceu com os teóricos marxistas da dependência, em especial com Ruy Mauro Marini, contribuiu para elucidar os caminhos diferentes que a escola da dependência traçou entre aqueles que cunharam os traços nos quais essa matriz teórica circunscreve-se. A polêmica do embate entre FHC e Marini tem início com a divulgação do ensaio “Dialética da dependência” em 1972. Em dezembro deste ano, Cardoso publica o artigo “A dependência revisitada” na Revista da FLACSO, contrapondo-se às teses principais sustentadas no texto de Marini. A discussão repercutiu de forma mais abrangente, todavia, em 1979, quando, em conjunto com José Serra, FHC publica “As desventuras da dialética da dependência” no periódico “Estudos Cebrap”²⁶.

²⁶ O teor do texto foi duramente criticado pelos teóricos da vertente marxista da dependência, que acusaram os autores de manipular o escrito de Marini com interpretações mal-intencionadas, apresentando argumentos que

Nesta publicação, os autores realizam uma sumarização superficial do pensamento de Marini, apontando seus equívocos metodológicos e atacando os elementos centrais de sua concepção de dependência, como a categoria da superexploração da força de trabalho, do subimperialismo e da perda de valor por intermédio do intercâmbio desigual. Sem deterem-se na elucidação desses conceitos consoante foram elaborados em “Dialética da dependência”, Cardoso e Serra acusam a tese marinista de defender ideias já ultrapassadas no debate econômico periférico a respeito da tendência inevitável à estagnação dessas economias.

Esta consiste na posição, defendida por alguns economistas, da tendência irremediável do desenvolvimento capitalista brasileiro à estagnação, salientando a impossibilidade de superação da condição subdesenvolvida. Contudo, um olhar mais detido sobre as proposições dos dependentistas marxistas permite desassociar a tese de estancamento do desenvolvimento econômico periférico da concepção de dependência formulada pela TMD. Tal formulação baseia-se, sobretudo, no entendimento da especificidade do capitalismo dependente com suas tendências próprias, ancoradas no mecanismo da superexploração da força de trabalho.

Entretanto, para Cardoso (1979; 1993), a busca por definir leis tendenciais abstratas que qualificam a dependência consiste num trabalho de análise que, mais do que evidenciar a qualidade teórico-metodológica desta visão, revela o seu propósito de servir a um projeto político determinado. Nesse sentido, um dos pontos elementares de divergência entre o pensamento de FHC e a vertente marxista consiste na rejeição daquele à tentativa de estabelecer leis tendenciais do subdesenvolvimento dependente. Assim, acusa de determinismo econômico o esforço teórico de atribuir à estrutura dependente características essenciais, como, por exemplo, as transferências de valor por intercâmbio desigual e deterioração dos termos de troca, ou a superexploração da força de trabalho.

Não obstante, as ideias desses dois estudiosos possuem pontos de convergência que devem ser destacados. Nos anos que antecedem o golpe militar no Brasil, Cardoso também se posiciona teoricamente de forma antagônica à ideologia desenvolvimentista da CEPAL,

não constavam da sua elaboração teórica sobre a dialética da dependência. Ademais, enquanto o texto de FHC e José Serra foi amplamente divulgado no Brasil, no período durante o qual Fernando Henrique atuava na Cebap, órgão fundado por ele, a resposta de Marini a esses ataques, que estava em exílio, não foi publicada no país. A falta de visibilidade que os textos da corrente marxista possuíam no Brasil, que atravessava o contexto de repressão da ditadura militar, é reforçada pela influência de FHC entre a intelectualidade universitária brasileira e alguns atores políticos. A invisibilidade da obra de Marini no contexto acadêmico brasileiro persiste, observado o desconhecimento geral acerca da sua produção, exceto entre alguns grupos intelectuais do país que procuram atualizar o seu legado teórico.

do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), e do Partido Comunista brasileiro (PCB), denunciando a falta de coesão da chamada burguesia nacional e o seu afastamento ideológico de qualquer projeto de desenvolvimento autônomo. Segundo o autor, as críticas ao nacional-desenvolvimentismo e ao programa político populista eram fomentadas pelo ambiente acadêmico que se refletia, durante o período, no direcionamento teórico-metodológico da escola de sociologia da USP, em que o “Seminário Marx”, do qual participava, localizava-se no centro das discussões. A análise concreta de Cardoso acerca das inclinações ideológicas e dos interesses da burguesia nacional, nos anos 60, permitiu-lhe defender a tese de que o Brasil ia em direção a um “subcapitalismo” diante da inevitável tendência crescente de internacionalização da economia capitalista.

Ademais, assim como os seus colegas da tradição do pensamento dependentista, Cardoso dá ênfase primordial ao aspecto político da problemática do desenvolvimento/subdesenvolvimento dos países da periferia global, alertando tanto para as ações políticas dos grupos nacionais na conjuntura interna quanto para suas relações com as burguesias externas. Entretanto, o seu enfoque prioriza as dinâmicas entre os grupos sociais e as forças políticas, com as suas inúmeras contradições, confrontos e potenciais alianças, que alargam as possibilidades de empreendimento de um projeto de desenvolvimento nos marcos do capitalismo dependente.

Nesse sentido, aquele autor procura opor-se à perspectiva apresentada pela TMD, caracterizando a linha de pensamento da qual é representante como a corrente daqueles que

pensam que, pelo menos em alguns países da periferia, a penetração do capital industrial-financeiro acelera a produção da mais-valia relativa, intensifica as forças produtivas e, se gera desemprego nas fases de contração econômica, absorve mão-de-obra nos ciclos expansivos, produzindo, neste aspecto, um efeito similar ao do capitalismo nas economias avançadas, onde coexistem desemprego e absorção, riqueza e miséria (Cardoso, 1993, p. 143).

Dessa forma, defende que a característica essencial do novo caráter de dependência, quando a economia internacional atinge o estágio dos monopólios e da financeirização, consiste na transposição do eixo principal de acumulação para a exploração da mais-valia relativa, vinculada ao aumento da produtividade. Destarte, entra em choque com a formulação apresentada por Marini, em que a superexploração do trabalho é o fundamento da dependência, ao basear a exploração da força de trabalho em uma forma mais intensa e desgastante da extração de mais-valia absoluta. Assim, a tese de Cardoso defende que “o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova

divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes” (1993, p. 106).

Nesse sentido, Cardoso concebe a possibilidade de desenvolvimento das economias periféricas industrializadas latinoamericanas dentro dos limites em que a relações de dependência as circunscrevem. Para o autor, o processo de transformações atravessado pela economia mundial no final do século passado, com seus reflexos na internacionalização das economias nacionais dependentes, correspondia a outros processos de mutação da própria natureza das estruturas e das relações de dependência.

O desenvolvimento é, então, viabilizado na medida em que “a composição das forças produtivas, a alocação dos fatores de produção, a distribuição da mão-de-obra, as relações de classe, estão se modificando no sentido de responder mais adequadamente a uma estrutura capitalista de produção” (Cardoso, 1993, p. 106). Portanto, esta visão sobre a nova etapa de dependência nos países latinoamericanos industrializados, como Brasil e México, funda-se na aceitação da existência concomitante entre a condição dependente e o processo de desenvolvimento econômico.

Sob essa lógica, a evolução da natureza da acumulação capitalista na periferia, com a integração dos mercados a nível global, implica a superação das análises baseadas tanto no enclave ao desenvolvimento representado pelos setores arcaicos das economias internas, com a sobreposição dos interesses das elites agrárias em associação ao capital estrangeiro; como também a superação da perspectiva que alega a inviabilidade de rompimento com a dependência e o subdesenvolvimento nos marcos do desenvolvimento capitalista. Cardoso (1993; 2010) caracteriza essa nova etapa como um processo de integração fincado em um tripé do desenvolvimento dependente-associado, em que tanto os conglomerados multinacionais, as empresas nacionais privadas e estatais seriam capazes de obter proveitos.

Em outras palavras, a dependência e o desenvolvimento, na fase contemporânea do capitalismo global, são condições que operam simultaneamente e de maneira articulada. Isso provém do papel de destaque que o Setor I, produtor de bens de produção, passa a ocupar, na medida em que a evolução tecnológica nos países centrais pressupõe a expansão do capital por meio da transferência de parte do parque industrial para os países periféricos. Nestes, ao mesmo tempo em que a produção se baseia na manufatura de bens tecnologicamente inferiores, requer a importação das tecnologias obsoletas dos países mais avançados para a manutenção do seu parque industrial.

Tal quadro expõe a dependência tecnológica e financeira das economias periféricas em relação às economias dominantes, que, contudo, não anula o processo de

desenvolvimento daqueles países, uma vez que é precisamente a penetração do capital e das tecnologias dos conglomerados econômicos internacionais que permite a construção de um parque industrial avançado nas formações dependentes. Para tanto, diante do caráter inevitável deste ciclo de importação tecnológica, o endividamento crescente dos países que importam as tecnologias dos países dominantes apresenta-se como característica desse processo (Cardoso, 1993). Contrapunha-se, nessa toada, à ideia sustentada pelos teóricos da TMD, de que a dependência, após a revolução técnico-científica-informacional no capitalismo central, assume traços mais profundos e complexos, traduzindo-se numa dependência do conhecimento tecnológico que atua como fonte de perda de valor na economia mundializada.

Nota-se, assim, que, para Cardoso, o processo de internacionalização do mercado permite a confluência dos interesses das classes dominantes nacionais e imperialistas, numa espécie de solidariedade de objetivos que permite, até certo nível, o desenvolvimento das formações econômico-sociais dependentes. Com efeito, é precisamente em razão do seu caráter dependente associado que esse desenvolvimento é possível, apesar de circunscrito nos limites dessa associação entre o interno e o externo. Nessa toada, a ideia do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” dos representantes da TMD, em que a superação dos problemas do subdesenvolvimento periférico não pode ser concretizada sem a ruptura com a dependência, é substituída pela crença em um tipo específico de desenvolvimento possível nos países dependentes, denominado por Cardoso como “desenvolvimento dependente-associado” (Cardoso & Faletto, 2010).

Se na etapa da financeirização monopólica da economia mundial e na fase da dependência associada, torna-se possível a modernização do setor industrial de alguns países periféricos latinoamericanos mediante pactos que são estabelecidos entre os grupos políticos e econômicos dominantes interna e externamente, então vislumbra-se uma dinâmica que considera a vontade política dos atores como força determinante para o estabelecimento de vias alternativas ao subdesenvolvimento. Nesse ponto, Cardoso aproxima-se da perspectiva weberiana de racionalidade da ação (e da vontade/finalidade), aplicada aos atores que condicionam os fenômenos e os processos políticos e sociais (Leme, 2015). Nisto reside sua crítica à ótica da TMD, na medida em que, considerando o exposto, as alternativas do processo histórico seguem em aberto, passíveis de serem moldadas pelos rearranjos dos grupos políticos; assim, a conservação da estrutura dependente não reduz-se a um fatalismo histórico que considera a impossibilidade de superação do subdesenvolvimento enquanto persistem os fatores estruturais da dependência.

Convém salientar que a crítica de Cardoso à vertente marxista da dependência também está centrada na sua consideração de que esta corrente retira seu fundamento principal da interpretação marxista sobre imperialismo, que o autor considera um equívoco por negligenciar o papel mediador das relações de classe no liame da dominação do externo sobre o interno. A solidariedade e harmonia de interesses entre as elites nacionais e internacionais desempenham, portanto, um protagonismo essencial na caracterização da dependência. Consoante o político sobrepõe-se ao econômico, nessa perspectiva, o desenvolvimento periférico constitui-se como uma questão essencialmente política.

Nesse ponto, Cardoso rompe com a interpretação marxiana concernente à infraestrutura econômica enquanto base condicionante da superestrutura política, social, cultural e ideológica. Assim, percebe-se os pontos de antagonismo entre sua ótica de análise e a da corrente dependentista oposta, pois desconsidera a lógica inerente à acumulação e reprodução capitalista, que permite a Marx identificar as categorias de análise das leis tendenciais do capitalismo enquanto modo de produção sobre o qual constrói-se a infraestrutura econômica.

Cardoso rejeita a concepção da especificidade do capitalismo dependente nos moldes defendidos pela corrente marxista, de que estas estruturas operam a partir de leis tendenciais particulares que, não obstante, integram-se à unidade contraditória do capitalismo internacional. Para ele, advogar por uma lógica de funcionamento própria das economias capitalistas dependentes, diferente do processo identificado nos países centrais, recai em erros de caráter teórico-metodológico. Isso porque o autor não admite a existência de diferenças substanciais que atuam sobre a natureza do processo de acumulação e de reprodução do capitalismo na periferia e no centro, afastando, assim, noções como a de superexploração da força do trabalho.

Na sua análise da conjuntura do período ditatorial latinoamericano, também se contrapõe às ideias dos dependentistas marxistas que punham ênfase na perspectiva dicotômica entre fascismo e socialismo, transferindo a centralidade da problemática política para a questão do populismo e do corporativismo burocrático do Estado. Enquanto os estudiosos da TMD promoveram o debate acerca da impossibilidade de sustentação da democracia social e participativa enquanto perdurasse as estruturas de dominação e de exclusão da dependência, o posicionamento de FHC difere-se, fundamentalmente, na sua concepção de democracia circunscrita nos limites possíveis do capitalismo dependente. O rompimento com a dependência como pressuposto essencial para a concretização de um

caminho democrático, pela via socialista, é ignorado, portanto, pela corrente intelectual de Cardoso.

A posição teórica de FHC passa, desse modo, a se desvencilhar mais profundamente da ala mais radical da escola da dependência. Embora os representantes da vertente marxista não negassem a possibilidade de construção de um regime democrático-liberal a partir da manutenção do capitalismo dependente, sua análise crítica não deixava de evidenciar as contradições desse processo, em que os confrontos políticos e sociais se constituem como aspectos inerentes ao conservadorismo econômico, acirrando as disputas e instabilidades das frágeis democracias latinoamericanas.

Os dependentistas marxistas alertavam para a crescente radicalização dos grupos políticos, na conjuntura latinoamericana da década de sessenta, denunciando as dificuldades, e até mesmo incompatibilidade, da manutenção de um regime democrático pleno nos moldes do capitalismo dependente. Este pressupunha a manutenção dos problemas estruturais que se refletem na exclusão social e na exploração de classe, os quais, à medida que provocavam a insurgência das camadas subalternas pela melhoria de suas condições, só poderiam ser mantidos pela violência e repressão do Estado-burguês.

Santos (2000) infere, nessa toada, que “o regime de terror do grande capital”, no contexto latinoamericano, configura-se como a medida de preservação do caráter do desenvolvimento dependente que ocupa o lugar das reformas estruturais necessárias a um modelo mais autônomo, soberano e popularmente orientado de desenvolvimento. Cardoso posiciona-se de forma contrária a essas análises, acusando-as de sofrerem de um determinismo econômico e político que não condiz com uma perspectiva da história aberta a diferentes possibilidades. Este representante da escola da dependência passa, nesse sentido, a orientar suas análises na defesa da compatibilidade entre o desenvolvimento socioeconômico das formações estruturais dependentes e os avanços liberais democráticos.

Se, por um lado, o contexto compreendido entre os anos 60 e 80, na América Latina, corroborou os estudos da conjuntura realizados pelos adeptos da corrente da TMD, com a sucessão de golpes civis-militares de direita na região e a radicalização dos movimentos populares em diversos países; por outro, a queda desses regimes autoritários, a partir do final dos anos setenta, permitiu vislumbrar a possibilidade de serem erguidos novos pilares para a construção de sociedades mais democráticas e socialmente mais justas no subcontinente.

Muito embora a reconstrução do sistema jurídico-institucional sob os princípios e valores da democracia liberal tenha sido concretizada com a constituinte de 1988, que promulgou a “Constituição Cidadã” vigente no Estado brasileiro, tal processo não fez mais

do que evidenciar que os problemas estruturais que persistem hodiernamente no país requerem soluções que ultrapassam a esfera do formalismo legal. Destarte, a premissa de Cardoso, que advogava pela harmonização do processo democrático sob respaldo do desenvolvimento dependente associado à internacionalização do mercado e ao protagonismo do capital internacional, só poderia ser sustentada pela esquivia política de efetivação de reformas estruturais.

Assim, as questões de reforma agrária, proteção ao emprego, distribuição de renda, justiça fiscal, preservação ambiental, democratização da educação, racismo estrutural, entre outras pautas progressistas que fundamentam os diversos movimentos sociais contemporâneos no Brasil, ao não se constituírem como cerne das preocupações que norteiam a vontade política dos dirigentes que sucedem os governos militares, ressurgem como graves ameaças à própria continuidade do processo democrático. Para FHC, o tratamento dispensado a tais questões poderia ser realizado de maneira paliativa, a partir do incentivo ao crescimento econômico que ampliasse a oferta de emprego e políticas de cunho social.

Com esta explanação, é possível salientar que a perspectiva de associação entre o desenvolvimento dependente e a concretização democrática ultrapassa os debates iniciais entre os diferentes teóricos dependentistas, visto que a fase contemporânea do capitalismo neoliberal reacende a discussão sobre os obstáculos que se impõe ao avanço democrático e à superação dos problemas estruturais resultantes de uma lógica desigual de apropriação de riquezas no plano da economia mundial. Netto (1995) é um dos que defendem a incompatibilidade da democracia com o sistema econômico-financeiro da etapa atual do capitalismo global, marcado pela ofensiva neoliberal.

Por fim, traçar o caminho percorrido pela obra de Cardoso permite evidenciar que o caráter da sua política governamental não representa uma incompatibilidade com sua trajetória de cientista social, uma vez que este esforço analítico torna possível identificar as tendências teóricas a que FHC passa a estar mais alinhado. Assim, não há motivos para sustentar que o legado político de Fernando Henrique contradiz a sua posição enquanto um dos formuladores da teoria da dependência, verificando-se a inexistência de qualquer razão teórica para que este renegasse o que havia escrito até então.

Compreendendo-se, portanto, que a trajetória política de Fernando Henrique Cardoso reflete a sua trajetória intelectual e a concepção de desenvolvimento dependente que este passou a defender, propõe-se dar seguimento ao tópico com o exame concreto da sua atuação política. Serão analisadas as principais medidas no plano econômico que

caracterizaram o seu período como presidente da república, no Brasil, enquanto continuidade e aprofundamento do projeto neoliberal para o país encabeçado pelo seu antecessor.

4.1.2 A integração subordinada do Brasil ao processo globalizante nos governos de Fernando Henrique Cardoso e os impactos da conjuntura para a análise do subimperialismo brasileiro

FHC foi eleito em 1994, pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) e reeleito em 1998 para exercer o seu segundo mandato, encerrado em 2002. É possível caracterizar dois momentos do seu governo a partir do exercício dos diferentes mandatos. É assim que o primeiro é configurado, primordialmente, pela elaboração e implementação do Plano Real, enquanto o segundo corresponde a uma orientação da prática econômica com base no chamado tripé econômico, referente ao câmbio flutuante, às metas de inflação e ao superávit primário.

O Plano Real nasce ainda enquanto Programa de Estabilização Econômica proposto por Cardoso durante o governo Itamar, quando ocupou o cargo de Ministro da Fazenda, com o objetivo de controlar o processo inflacionário em ascensão contínua desde a década de oitenta, mediante uma reforma monetária. Sua implementação segue três fases distintas e subsequentes, compreendidas no período de 1993 a 1994. O primeiro momento diz respeito ao Programa de Ação Imediata (PAI) integrado pelas medidas iniciais de reestruturação do relacionamento do setor público com o capital privado. As ações compreendidas no PAI correspondem à recuperação da receita tributária; ao combate à inadimplência de Estados e Municípios perante à União; ao corte de gastos públicos e à maior “eficiência” das despesas estatais; ao controle e à fiscalização dos bancos estaduais; ao saneamento dos bancos federais; e, por fim, ao programa de privatizações.

Numa segunda fase, o Plano Real concentra-se na reforma monetária como mecanismo para conter o processo inflacionário. Esta deu-se, inicialmente, a partir da criação de um padrão estável de valor como referência para o estabelecimento de preços e salários, a Unidade Real de Valor (URV). Tratava-se, portanto, de um índice monetário que atuava na definição dos preços e salários, enquanto todas as operações econômicas continuavam a ser liquidadas pela moeda corrente, o cruzeiro. A última etapa do Plano corresponde à concretização da reforma monetária com a substituição do cruzeiro pelo real como moeda do país, cujo poder de compra estável resultante do processo de indexação generalizada da

economia contribuiu para o controle da agudização dos níveis de inflação. O real foi instituído pela Medida Provisória n. 542, em julho de 1994. A partir de então, a terceira fase do Plano Real é considerada em curso até o ano de 1999, quando ocorre a suspensão da âncora cambial empregada no período.

No âmbito da implementação da reforma monetária, o papel desempenhado pela política cambial, pelas taxas de juros e pelas privatizações postas em curso durante o referido governo ocupa posição fundamental e complementar. Ademais, tais elementos das políticas macroeconômicas são imprescindíveis para o estudo das suas consequências na esfera da vida social brasileira na conjuntura dos últimos anos do século passado, de modo a permitir apreender os seus reflexos posteriores e os direcionamentos dados pelos governos seguintes, nos pontos em que representam ou não a continuidade do programa neoliberal, e em que medida elas relacionam-se ao agravamento da condição de dependência da economia brasileira.

No que concerne às privatizações das empresas estatais, o Boletim Anual do Banco Central, de 1998, demonstra que entre os anos de 1994 e 1998 foram privatizadas um total de 39 empresas, gerando uma receita de 10,98 bilhões de dólares e um total de 6,28 bilhões de passivos transferidos ao comprador. A justificativa para a deflagração do processo privatizante era apontada como forma de reverter a situação da dívida pública, ao mesmo tempo em que se denunciava a ineficiência das empresas públicas, a corrupção envolvida na sua gestão e os custos que representavam aos cofres públicos. Todavia, os dados do período também indicam que os impactos das privatizações sobre a dívida pública não correspondiam às expectativas do discurso político. Consoante apontam os boletins do Banco Central do período compreendido entre 1995 e 1998, a dívida pública foi elevada 30,5% do PIB naquele ano para 41,7% do PIB no último.

Em contrapartida, ao mesmo tempo em que produzem efeitos sobre o nível de emprego no país, pois representam a perda de postos de trabalho no setor público, sem o correspondente reparo pela oferta significativa de novos postos pela iniciativa privada (Pochmann, 2001), o processo de privatização gera impactos no agravamento das desigualdades sociais. Isso verifica-se, principalmente, pela restrição ao acesso a serviços básicos, antes oferecidos pela iniciativa pública, para as camadas com menor poder aquisitivo.

Além da obstrução da capacidade competitiva da força produtiva nacional, a sobrevalorização do real durante o supracitado período desequilibrou a balança comercial, cujos déficits implicaram a entrada de capital estrangeiro, resultando em uma trajetória

ascendente do endividamento externo. À coletânea, a redução das tarifas alfandegárias proporcionada pelas políticas de abertura externa complementava o quadro favorável à entrada dos produtos estrangeiros, em conjunto com a oferta de taxas de juros elevadas, como forma de atrair o capital externo.

Pochmann (2001) aponta que, entre 1989 e 1999, a média das tarifas aduaneiras caiu de 41,2% para 11,8%. Ademais, a taxa de juros (taxa Selic) manteve-se alta durante todo o Plano Real, na faixa de 20% ao ano. Tal processo de abertura implica a intensificação da vulnerabilidade externa do país no que concerne à sua posição no comércio internacional, assim como é responsável pelo agravamento do quadro interno ao prejudicar a produção nacional e, conseqüentemente, a absorção da força de trabalho pelos setores produtivos internos.

É assim que os desequilíbrios na balança de pagamentos²⁷ referentes às transações correntes passam da marca de 2 bilhões de dólares em 1994 para um montante superior a 30 bilhões de dólares em 1998, segundo dados do Banco Central do Brasil (2015). O déficit na balança de pagamentos do Brasil atinge o pico histórico da sua trajetória ascendente em 1999, alcançado a marca de 4,32% do PIB. Paralelamente, a manutenção de taxas de juros elevadas contribui para a elevação das despesas do Estado para o pagamento dos juros da dívida pública (Giambiagi, 2011). Os IED no país elevam-se a partir da instauração do Plano Real, em que a estabilidade monetária, as privatizações e o aumento da demanda interna atuam como fatores atrativos para o capital externo. A dívida externa brasileira apresenta aumento exorbitante a partir de 1995, atingindo o montante de US\$241,6 bilhões em 1998²⁸.

Na conjuntura internacional do final do primeiro governo de FHC, a crise da Ásia, em 1997, e da Rússia, em 1998, complicam o quadro de acumulação de reservas cambiais

²⁷ A Balança de Pagamentos abrange as transações em conta corrente referentes à balança comercial e de serviços, as rendas e as transferências unilaterais correntes líquidas, bem como a conta capital e financeira, em que estão compreendidos os investimentos externos.

²⁸ Na entrada do milênio, a dívida externa do país apresenta uma leve queda, mantendo-se relativamente estável e em declínio até 2005. Este ano, na série histórica de 1995 a 2014, apresenta-se como aquele em a dívida externa chegou a seu patamar mais baixo, totalizando US\$169,5 bilhões. Apesar de manter um patamar estável nos anos seguintes, com ligeira ascensão, atinge a soma de 348,5 bilhões de dólares em 2014. (Banco Central do Brasil, 2015). Esses indicadores, entretanto, não levam em consideração a dedução das reservas cambiais da soma total da dívida externa, que corresponde à dívida externa líquida. Tomando-se esta como base, tem-se que a dívida externa líquida sofreu um declínio considerável a partir de 2002, cujo saldo negativo em 2007 significou a passagem da posição do Brasil para a de credor internacional. A conjuntura internacional favorável em 2004 permitiu, ainda, a elevação das reservas internacionais, contribuindo para a menor vulnerabilidade externa do país e a redução da dívida pública (Banco Central do Brasil, 2015, p. 15). A sustentabilidade externa da economia brasileira deve-se, em parte, a essa estratégia governamental de acumulação das reservas cambiais.

brasileiro. Diante da relutância em promover a desvalorização cambial necessária, por motivos políticos, o efeito sanatório é buscado mediante a realização de um empréstimo ao FMI de cerca de 40 bilhões de dólares. A sobrevalorização do real foi mantida até 1999 por razões demagógicas, tornando-se visível a insustentabilidade da manutenção da taxa de câmbio já no primeiro ano do governo FHC. Assim, a justificativa para a postergação da desvalorização da moeda encontra-se nos receios políticos concernentes à popularidade da medida e seus efeitos prejudiciais à reeleição de Cardoso em 1998.

No seu segundo mandato, iniciado em 1999, Cardoso realiza algumas alterações no plano da política macroeconômica empregada. Esta passa a ser pautada pelo tripé macroeconômico que abrange a adoção do regime cambial flutuante, metas de superávit primário e metas de inflação. Na lógica do tripé, o câmbio é utilizado como ferramenta de ajuste da balança de pagamentos, enquanto as metas de superávit primário atuam sobre a dívida pública e a taxa de juros sobre a inflação, atuando em conjunto para conter os desequilíbrios econômicos internos (Giambiagi, 2011).

A âncora cambial consiste em um instrumento de controle da inflação que pressupõe uma política monetária de administração do câmbio, em que são definidos os parâmetros dentro dos quais é permitida a flutuação do câmbio. Isso possibilitou a manutenção da valorização da taxa de câmbio até 1999, quando é adotado o regime cambial flutuante, provocando grande desvalorização do real frente ao dólar. A estabilidade monetária permitida pela sobrevalorização do real, entre 1995 e 1998, com a utilização da âncora cambial, projetou, por outra via, efeitos negativos sobre a economia brasileira. Isso porque a valorização da moeda nacional elevou o preço das exportações e provocou o efeito inverso nas importações, inundando o mercado interno com produtos importados com os quais os produtores locais não podiam competir (Giambiagi, 2011).

As taxas de juros também se mantêm elevadas na segunda fase do seu governo, na faixa de 15% ao ano, e passam a atuar como mecanismo de controle inflacionário. Assim, a partir da definição de metas inflacionárias, referentes à taxa Selic, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom), a taxa de juros deveria ser elevada quando a inflação ultrapassava as metas determinadas. Com a inflação inferior à meta, os juros poderiam ser diminuídos. Destarte, repetem-se os efeitos gerados na economia nacional pela manutenção de taxas de juros elevadas, reduzindo os incentivos ao setor produtivo em benefício ao capital financeiro, além da depredação dos cofres públicos para pagamento de juros da dívida. Quanto às privatizações, estas sofrem uma redução expressiva. Comparadas ao total de 39 empresas públicas privatizadas durante

seu primeiro mandato, o período compreendido entre 1999 e 2002 contabiliza apenas 5 empresas desestatizadas.²⁹

O fim do seu segundo mandato deixou um saldo composto por uma dívida externa avultante, baixos salários, nível elevado de desemprego, estagnação econômica e um processo de desindustrialização do parque produtivo do país. Ademais, até mesmo o trunfo do anos iniciais do seu governo, no que tange ao controle inflacionário e à estabilização monetária, promoveu a elevação das taxas de juros, que estão dentre as mais altas do mundo, e a desvalorização contínua da moeda, quando comparado ao início do Plano Real, chegando ao fim do seu governo com um quarto do valor do primeiro ano de seu exercício.

As altas taxas de juros e a depredação dos cofres públicos para atender às exigências do capital financeiro bloquearam o crescimento da economia brasileira no período, que aliado à ausência de políticas de distribuição de renda e ao aumento dos índices de desemprego, compuseram o quadro socioeconômico do governo FHC marcado pela supremacia das políticas de estabilização monetária, em detrimento do estímulo industrial e da atuação estatal voltada para a concretização de medidas para a geração de empregos e distribuição de riquezas.

Consoante exposto anteriormente, a partir dos anos 80, apesar do padrão produtivo não se modificar significativamente, começa a operar-se uma reconfiguração do modelo de produção com base na introdução tecnológica. A política econômica de FHC reconfigura o padrão da economia brasileira com base em um setor produtivo nacional, e no capital estrangeiro em conjunto com o nacional, em voga desde 1930. A desindustrialização se apresenta, assim, como um fenômeno associado ao predomínio do capital financeiro e improdutivo na economia mundial. A recorrência aos investimentos estrangeiros e empréstimos avoluma a dívida, tanto interna quanto externa, alimentando um processo de remuneração constante do capital que suga as riquezas do país, o fundo público, comprometendo a prestação de serviços públicos nas áreas básicas e essenciais.

o padrão de acumulação que se vem desenvolvendo em nosso país, especialmente desde o pós-1964, além de se fundamentar no arrocho salarial, na produção de bens e mercadorias para as classes médias altas e para as classes proprietárias, vem dependendo cada vez mais da recorrência aos capitais financeiros externos, que são chamados a financiar e a se beneficiar desse modelo. Desse mecanismo vem resultando um monumental endividamento externo que hoje sufoca e constribe o país (Antunes, 2005, p. 91).

²⁹ Dados do boletim anual do Banco Central do Brasil n. IV, de 2002.

É evidente, ante o exposto, que as políticas econômicas adotadas por cada um dos governos afetam o nível de desemprego no país e produzem impactos em diferentes setores da vida social. Desse modo, impende analisar o teor das políticas macroeconômicas adotadas durante os dois mandatos seguidos de FHC, sob a égide do seu caráter de associação subordinada aos ditames do programa neoliberal enquanto fator estruturante do sistema financeiro internacional, além dos seus efeitos degradantes no âmbito social, com as implicações para as áreas do trabalho, da educação, da saúde pública etc.

Os traços gerais dos ditames neoliberais são similares quer no Brasil de Cardoso, quer no Peru de Fujimori, quer na Argentina de Menem. A preocupação preponderante com a estabilização monetária é acompanhada pelas privatizações e pelo sucateamento do aparelho estatal. No Brasil, o processo de desmonte dos setores construídos durante o varguismo nas áreas de telecomunicações, energia, transporte, dá-se com sua transmissão para o capital privado nacional e estrangeiro a preços irrisórios. A venda da estatal Vale do Rio Doce é o caso mais emblemático da gestão FHC.

O ataque à previdência social e aos direitos trabalhistas, também conquistados na Era Vargas, refletem a dupla face das políticas implementadas sob o receituário do FMI. A flexibilização do trabalho e as terceirizações revelam sua influência direta na elevação do desemprego e do subemprego. Dados da Pesquisa Mensal do Emprego, realizadas pelo IBGE, demonstram que no final do governo FHC, em dezembro de 2002, a taxa total de desemprego atingia os 10,5%. A título de comparação, esta série histórica também revela os índices referentes ao final do último mandato de Lula e ao início do governo Dilma, até fevereiro de 2016, apontando a redução em 59% da taxa de desocupação, atingindo 5,3% e 4,3% nos respectivos períodos³⁰ (IBGE, 2016).

A taxa de desocupação correspondente a 4,6% em 1995 passa a representar 7,6% em 1998, equivalente a um aumento de 60%. A taxa de desemprego durante o primeiro mandato de Cardoso mantém uma tendência de crescimento, seguida por uma leve queda no início do seu segundo mandato, quadro que é modificado com um novo aumento dos níveis

³⁰ Os dados do IBGE procuram indicar os efeitos imediatos da conjuntura econômica no mercado de trabalho, a partir do levantamento de dados mensais referentes à ocupação da força de trabalho das principais regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador). Desde 1980 são realizados levantamentos mensais a respeito da mão-de-obra não inserida no mercado de trabalho, com base na amostra probabilística referente a cerca de quarenta mil domicílios localizados nessas regiões, seguindo as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Avalia-se assim as tendências do mercado de trabalho a médio e longo prazos. A medida da taxa de desocupação refere-se à parcela desocupada da População em Idade Ativa (PIA) em relação à População Economicamente Ativa identificadas no mesmo período.

de desemprego. A taxa de desocupação do fim do mandato, em 2002, atinge, portanto, índices mais elevados do que aqueles observados no primeiro ano de exercício de seu primeiro mandato, finalizando seu governo com uma taxa de 7,1%, o que representa, ao todo, a elevação de 50% dos níveis de desemprego durante o período geral em que ocupou a presidência do país. Essa tendência é revertida durante o governo do seu sucessor, Luís Inácio Lula da Silva, cuja trajetória descendente é representada pela redução do índice de 12,3%, em 2003, para 6,7% em 2010 (IBGE, 2016).

Ante o exposto, entre o período de 1995 e 2002, observa-se o aumento crescente da taxa de desemprego no Brasil, aliada ao aprofundamento da desigualdade social histórica do país. É cediço que o desemprego possui efeitos sociais devastadores, provocando maior exclusão social, que interfere diretamente na qualidade de vida daqueles que tiram sua renda do trabalho e no crescimento dos índices de criminalidade, fome e miséria, afetando as condições socioeconômicas do país. Por outra via, a aderência ao programa neoliberal foi estendida às estratégias da política externa, compondo o quadro político-econômico brasileiro da década de 90.

4.1.3. Notas sobre a política externa de FHC

É tratada de forma consensual pelos estudiosos da área a natureza de ruptura da política externa de orientação neoliberal solidificada na era FHC, rompendo com os traços dominantes da tradição desenvolvimentista da agenda exterior brasileira. Assim, “após a década de 1980, a estratégia da política externa, com foco na substituição das importações, passou a ser ineficiente e foi necessária a integração aos fluxos internacionais de comércio, investimentos externos e desenvolvimento de tecnologias” (Cassano et al., 2017, p. 66).

Para entender o enquadramento da política externa brasileira na etapa de avanço neoliberal, com ênfase nos contornos distintos que assumiu nos dois mandatos de FHC, parece adequada a categorização da história da atuação exterior brasileira realizada por Cervo e Bueno (2015) com base em três paradigmas diferentes: o Estado desenvolvimentista, o Estado Normal e o Estado Logístico.

O primeiro procura dotar o teor da política externa de um caráter autônomo e nacional, com atuação mais participativa do Estado em prol de um modelo de desenvolvimento nacional pautado nas necessidades estratégicas para superação dos obstáculos estruturais da economia interna. O Estado normal identifica-se com o Estado

neoliberal que resulta da submissão ao Consenso de Washington dos países latinoamericanos na década de noventa. Para os autores, esse paradigma compreende três parâmetros de atuação, o de subserviência aos ditames irradiados dos centros hegemônicos (Estado subserviente), o que “dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior” (Cervo & Bueno, 2015, p. 489), cunhado com o termo de Estado destrutivo, além do parâmetro de regressão das políticas sociais internas (Estado regressivo). Por fim, o paradigma do Estado logístico representa o amadurecimento da inserção nacional no sistema da globalização, com um retorno do Estado empreendedor e das subvenções públicas à internacionalização de grupos econômicos nacionais.

Consoante Cervo e Bueno (2015), os três paradigmas podem ser observados, em diferentes medidas, nas políticas exteriores dos países latinoamericanos, em que o Brasil também acompanha essas tendências históricas regionais. Desse modo, os anos 90 marcam a superação do paradigma desenvolvimentista pelo Estado normal, que vai abrindo espaço ao Estado logístico com a crise da matriz neoliberal no fim da década assinalada. Não obstante, os autores referem-se à “dança dos paradigmas” como a compreensão de que esses diferentes modelos de ação externa coexistiram em alguns momentos, mantendo características do paradigma precedente nas etapas de transição, o que se ajusta à concepção de que o movimento histórico não é linear e mecânico.

É no governo de FHC que o Estado normal se consolida, a partir do predomínio da matriz neoliberal na política externa brasileira, baseada em três eixos centrais das novas transformações atravessadas pelo país: abertura econômica, estabilidade monetária e democracia, sendo esta pautada pela visão de que o Brasil compartilha dos mesmos valores universais da agenda política da globalização (Cardoso, 2001). Assim, a agenda externa está em consonância com a política interna e as reformas de ajuste estrutural realizadas durante o período.

Ainda que assentado sobre esses princípios basilares, o modelo de atuação externa do referido governo é dividido pelos analistas em dois períodos distintos referentes às mudanças conjunturais entre os dois mandatos do então presidente. Nesse sentido, o primeiro corresponde a um momento de otimismo liberal que busca ressaltar as oportunidades oferecidas pela globalização para a inserção do Brasil na ordem internacional pós-Guerra Fria (Sallum Jr. 1999; Silva, 2009; 2012). Nesse sentido, é valorizada a noção de compartilhamento de valores universais e interdependência econômica entre os Estados-nações após a superação do antagonismo Leste-Oeste. Por outra via, a preocupação com as

desigualdade Norte-Sul cede espaço à confiança nos equilíbrios proporcionados pela nova configuração do ordenamento internacional.

A título de ilustração, a adesão ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) durante a gestão de FHC, tema que havia sido fonte de controvérsias e atritos com os EUA nas décadas anteriores, especialmente durante o regime militar, ilustra a acomodação das relações exteriores do país ao regime internacional, fortalecendo a agenda político-econômica com os Estados Unidos. Quando à seara econômica da política exterior no período, Cervo (2003) evidencia que o comércio externo deixou de ser instrumento de desenvolvimento para funcionar como mecanismo de estabilização monetária, condizente com o processo de abertura externa como forma de atração dos capitais internacionais.

Na segunda fase, revelam-se preocupações com as assimetrias da globalização, que refletem o quadro econômico interno, com a crise do Plano Real e financeira em 1999, e os redirecionamentos na política externa norte-americana após o 11 de setembro, marcada pela crescente securitização da agenda internacional. Soma-se a isso a emergência de economias médias que procuravam se projetar a partir de uma defesa da multipolaridade da ordem global. Destarte, há um empenho em ampliar as relações com os países em desenvolvimento e, principalmente, buscar a solidificação de um bloco sul-americano como estratégia de obtenção de competitividade para a integração ao sistema econômico-financeiro internacional, que, todavia, não confronta assertivamente a Alca, mas coloca-se como necessária via intermediária para as negociações, sob a liderança brasileira. A I Reunião de Cúpula dos Países Sul Americanos (2000) e a Associação Mercosul-Comunidade Andina (2002) ilustram essas iniciativas.

A mudança de paradigma para o Estado logístico é caracterizada pela redução do processo de desestatização das empresas públicas e uma busca pelo fortalecimento do Mercosul e do subcontinente como zona estratégica para a integração internacional do país, além da diversificação das relações bilaterais e multilaterais com outros parceiros. Essas novas tendências passam a se configurar nos últimos anos do governo FHC, e assimilam uma visão mais crítica à globalização que reconhece as suas assimetrias e as dificuldades que oferece para inserção das economias intermediárias na estrutura econômica mundial competitiva. Essa perspectiva é expressa no artigo de Cardoso (2001) para a Revista Brasileira de Política Internacional, em que expõe sua preocupação com a necessidade de estabelecer uma governança global mais cooperativa e distributiva, denunciando a atitude discriminatória dos países desenvolvidos quanto ao protecionismo praticado e a urgência de atualização das instâncias decisórias.

Assim, a adoção de características do Estado logístico no segundo mandato de Cardoso representa o elo de transição e continuidade da política externa de seu sucessor, em que estes aspectos são consolidados e atingem proporções inéditas. A presente análise, partindo do olhar crítico do marxismo latinoamericano, sugere a continuidade das tendências das políticas macroeconômicas neoliberais, fortalecidas pelo governo FHC, apesar dos elementos distintos adicionados pela conjuntura política e econômica que se projeta no início deste século. Tal conjuntura é marcada, na esfera da política doméstica, pela ocupação da cadeira presidencial por Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, inaugurando uma nova fase na tradição da democracia brasileira; enquanto, no âmbito das relações internacionais, operam-se reordenações na organização do mercado econômico global com a emergência de atores intermediários no jogo geopolítico, cenário em que se dá a crescente projeção externa do Brasil.

Esse quadro reacende o debate acerca do subimperialismo brasileiro no pensamento crítico latinoamericano, como reflexo da observação das variáveis circunscritas na estratégia da política exterior brasileira sob liderança dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entre 2003 e 2016. Nesse sentido, os pontos essenciais dessa discussão serão tratados no tópico final, em que será dada continuidade ao estudo de caso do Brasil a partir das novas características da conjuntura recente.

4.2. A revitalização dos estudos sobre o subimperialismo brasileiro no século XXI: uma análise crítica da política externa do Partido dos Trabalhadores

A produção recente de alguns autores latinoamericanos no âmbito da TMD vem defendendo a força analítica da categoria para a interpretação da projeção externa brasileira passada a etapa dos governos neoliberais dos anos 90. Nesse novo quadro, as transformações nas esferas econômica e política adicionam elementos substantivos para o exame da relação do Brasil com outros Estados, notadamente no plano regional, resguardando-se as imbricações dessas relações exteriores com a estrutura classista nacional e internacional e os agentes políticos do aparelho institucional doméstico. Assim, defende-se que o novo subimperialismo reproduz as variáveis definidoras do fenômeno histórico estudado por Marini, nas décadas de 60 e 70, sem, contudo, deixar de apresentar novos padrões a partir dos quais se manifesta neste início de século.

A virada significativa nos rumos da política externa e da internacionalização econômica do país dá-se com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder executivo federal, em 2003. O contexto na América Latina na passagem para o século XXI contrasta com as décadas anteriores marcadas pela crise da dívida e pela investida neoliberal sobre a região, na medida em que se verifica a chamada “Onda Rosa”, com a ascensão de governos de caráter progressista em diversos países. Apesar das existentes discussões na literatura especializada acerca da configuração de uma etapa “pós-neoliberal” ou “neodesenvolvimentista” nos arranjos da economia política brasileira na referida conjuntura, a abordagem crítica do estudo de caso se debruça sobre o caráter de não-ruptura com a agenda neoliberal da política macroeconômica do Partido dos Trabalhadores, com enfoque na política externa.

Não obstante, o governo Lula inaugura uma posição bifronte caracterizada tanto pela adequação aos ditames do sistema financeiro internacional quanto pelo novo viés adotado pela política externa, contrastando com a de Fernando Henrique Cardoso no sentido da ênfase do discurso desenvolvimentista voltado para a defesa da igualdade, do desenvolvimento, da justiça social e da solidariedade nas relações internacionais. Nesse diapasão, nos deteremos, essencialmente, sobre estes dois elementos de análise: a política econômica exterior, precisamente no que concerne à internacionalização das empresas brasileiras e ao movimento de capitais ao exterior, com o incentivo à integração regional que denotam a atuação interventiva do Estado no mercado de exportação de capitais e sua relação com os monopólios nacionais; e, ainda, sobre o modelo orientador da política externa do PT no que concerne à busca por maior protagonismo internacional e conquista de espaços relativamente autônomos de influência geopolítica. Este enfoque estará concentrado nos dois mandatos de Lula, de 2003 a 2006, e de 2007 a 2010, com a continuidade dos pontos essenciais de seu programa político pela sua sucessora, Dilma Rousseff.

Para Flynn (2007), a política externa de Lula, no plano econômico, não rompe radicalmente com a dos governos antecessores, mas procura adaptar-se às novas realidades do sistema globalizado por meio da conquista de espaços de influência dentro da esfera hegemônica hierarquizada da comunidade internacional. Faz isso, preponderantemente, por meio da ampliação do diálogo com outras economias intermediárias do Sul Global, e uma ênfase especial no fortalecimento das relações na esfera regional com as economias vizinhas.

De fato, os anos 90 conduzem a mudanças importantes na economia brasileira, com a supressão do modelo de industrialização por substituição de importações pela abertura do mercado e do setor financeiro. Todavia, as transformações em curso no fim do século XX,

no plano internacional, permitem a caracterização de uma etapa distinta da economia política brasileira. No bojo dessas mudanças, a política externa acompanha as tendências resultantes do desenvolvimento do capitalismo dependente. Osório (2012) analisou tais mutações a partir da noção de diferentes padrões de reprodução do capital observados no percurso da histórica econômica latinoamericana. O referido autor sugere a adoção da ideia de padrão de reprodução do capital como uma forma de abstração na teoria marxista ao lado de outras noções como modo de produção, sistema mundial, formação econômico-social, e divisão internacional do trabalho.

Partindo desse esforço de abstração e das suas conexões necessárias com a realidade material, Osório (2012, p. 57) identifica quatro padrões de reprodução do capital nas economias latinoamericanas predominantes em momentos históricos distintos. São eles: o padrão agromineiro exportador, do século XIX a meados do século XX; o padrão industrial, que começa a se delinear na segunda metade dos anos 30, subdividindo-se na “etapa internalizada e autônoma” que perdura até os anos 40 e na “etapa de integração ao capital estrangeiro” a partir da década seguinte; a seguir, após uma etapa de transição durante os anos 70 e 80, é estabelecido o padrão exportador de especialização produtiva, que permanece como padrão dominante.

Cada um desses padrões (e suas subetapas) tem sua lógica interna de reprodução. Entretanto, deve-se considerar que eles fazem parte de um movimento mais geral, o do sistema mundial capitalista, de modo que sua análise deve integrar-se aos processos que marcam o curso de tal sistema, das etapas que vão tendo curso e da lógica que rege cada uma de suas periodizações. O particular da análise não deve separar-se, então, dos processos gerais do qual faz parte. (Osório, 2012, p. 57).

Nesse sentido, o padrão exportador de especialização produtiva é consolidado com a crise do projeto industrializante por substituição de importações na América Latina, que já começa a se manifestar nos anos 60, estando inserida na complexidade das determinações da economia capitalista global. Nesse quadro, que acompanha a mundialização da economia capitalista, as exportações de matérias-primas e alimentos pelos países ibero-americanos apresentam participação cada vez mais dominante nas economias dessas nações, que é elevada de 76 bilhões de dólares em 1980 para 985 bilhões em 2008 (Osório, 2012).

No cenário brasileiro, a reprimarização da economia assume o caráter de manifestação do novo padrão exportador que acomete os países latinoamericanos derivado das mudanças mais recentes na divisão internacional do trabalho a partir da globalização econômico-financeira e da ascensão de novos atores emergentes na ordem internacional,

como a China. A alta demanda deste país por commodities tem sido um dos elementos que contribuiu para o crescimento das exportações brasileiras de alimentos e de matérias-primas. O padrão exportador pautado na especialização primária substituiu, assim, o padrão industrial diversificado da economia brasileira predominante nos anos 60 e 70 (Osório, 2012).

No plano das relações comerciais externas, dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento, do Comércio e da Indústria (2007), demonstram que as exportações brasileiras (divididas em produtos manufaturados, semimanufaturados e primários), apesar de apresentarem um padrão de crescimento desde os anos 90, atingem marcas bastante superiores entre 2002 e 2006, saltando de US\$60.4 para US\$137.5 bilhões, com um total de 86,3% dos bens industriais direcionados a outros países latinoamericanos. Por outra via, o montante dos investimentos externos também passa por uma elevação substantiva no período analisado. Consoante dados da UNCTAD (2006) e do Banco Central do Brasil (2006), já no primeiro governo Lula verifica-se o aumento significativo dos IED, abrangendo 25,4% do PIB nacional em 2005.

Desse modo, a especialização produtiva de produtos primários constituiu-se como traço do atual padrão exportador dos países do subcontinente, e, no caso do Brasil, tal processo vincula-se à forma contemporânea de subimperialismo. Como explica Luce (2007), o Brasil integra esse novo padrão neoliberal por meio de um processo de vinculação entre o Estado e companhias intensivas em recursos naturais. Esse processo está refletido na crescente internacionalização de empresas brasileiras ligadas ao agronegócio, à mineração, e ao setor energético, acentuada a partir do final dos anos 90. A expansão desses monopólios pertencentes a setores-chave da economia nacional dá-se por meio de aquisições, fusões e investimentos externos diretos, contando com o amparo financeiro de bancos públicos, como BNDES.

Partindo dessas colocações, cumpre analisar a política econômica externa do PT como um componente do expansionismo subimperialista brasileiro. O enfoque está embasado no movimento de internacionalização das companhias originárias deste país como parte determinante do impulso à integração regional enfatizada pela política exterior do partido. Para tanto, a presente análise se detém sobre tais eixos estruturantes do novo subimperialismo das primeiras décadas do século XXI na América Latina com base no exame de três casos concretos: a integração geoeconômica regional por meio da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA); a internacionalização do agronegócio brasileiro; e, por fim, a disputa pelo controle energético entre Brasil e Bolívia

com os atritos diplomáticos entre os dois países quanto à questão do gás natural, que eclodem em 2006.

4.2.1 A integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

A IIRSA, atualmente incorporada pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), é formada no ano 2000 a partir da I Reunião dos 12 Presidentes da América do Sul, ainda durante o governo FHC, que contou com a participação de centenas de empresários latinoamericanos. O projeto abrangia políticas de planejamento do território do subcontinente por meio do fomento de obras de infraestrutura que promovam a integração espacial dos países da região.

Os objetivos, no período de crescimento das exportações brasileiras, caminham em direção às estratégias nacionais de expansão comercial a partir de uma maior integração com os países vizinhos. Dessa forma, a iniciativa concentra-se nas áreas estratégicas de transporte, telecomunicações e energia com “alto impacto para a integração física e o desenvolvimento socioeconômico regional” (Banco Interamericano de Desenvolvimento [BID], 2011, p. 10). A execução das iniciativas integradas à IIRSA dá-se, sobretudo, entre os anos de 2003 e 2016, período durante o qual mantém a tendência ascendente do número de projetos e de investimentos, totalizando, no ano de 2016, 551 e US\$ 191.420,10, respectivamente (COSIPLAN, 2016).

Tal projeto de integração da infraestrutura regional remete às orientações da política externa dos governos militares, no período analisado por Marini, que aliavam os desígnios de expansão hegemônica do país sobre as economias latinoamericanas ao interesse de fomentar obras de infraestrutura para a conexão territorial com os países fronteiriços, além da exploração dos recursos do complexo amazônico. Com efeito, um dos eixos de maior relevância do âmbito da IIRSA concentra-se na zona que abarca a Amazônia brasileira, peruana e boliviana. O eixo Peru-Brasil-Bolívia concentra grande parte dos investimentos, atrás apenas do eixo Mercosul-Chile e atua como área de extrema importância estratégica pela presença de abundantes recursos naturais e energéticos, além de conectar o interior amazônico ao Oceano Pacífico, fator atrativo à execução de obras rodoviárias como suporte ao transporte de mercadorias.

Nesse rol de possibilidades de aquisição de vantagens comerciais para as mercadorias e os serviços brasileiros por meio do fomento a obras de infraestrutura,

corporações nacionais como a Petrobrás, Odebrecht, Andrade Gutiérrez e Queiroz Galvão, as três maiores no ramo de engenharia civil, a Vale, que lidera as atividades de mineração, a General Electric (GE) e a América Latina Logística (ALL) projetam-se sobre o mercado regional.

Honório (2013) identifica a IIRSA como a sul-americanização de uma estratégia nacional dada a liderança das empreiteiras brasileiras e o protagonismo dos investimentos nacionais na implementação e ampliação do projeto. A infraestrutura de conexão regional promove, ainda, a ligação de cadeias produtivas e a promoção de canais para a facilitação do transporte, reduzindo seu custo, das exportações do país, favorecendo especialmente o complexo da soja do agronegócio brasileiro, e reduzindo o tempo de rotação do capital. Em contrapartida, os impactos dessas iniciativas sobre os recursos naturais da região e sobre os territórios ocupados por comunidades originárias, gerando a insurgência de movimentos populares nos países afetados, indicam o caráter arbitrário e explorador da estratégia de desenvolvimento aliada à política externa econômica brasileira.

Um dos episódios que ilustra a oposição entre a implementação dessas obras e o interesse das populações locais corresponde a um dos maiores projetos dessa iniciativa de integração, na seara energética, refere-se à construção do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira, encabeçado pelo governo brasileiro, apesar dos alertas de organizações ambientais e de estudos sérios sobre os impactos negativos no território boliviano.

Ademais, as grandes obras de construção em um dos eixos mais estratégicos da geopolítica territorial latinoamericana abrange, além do setor energético, outros dois setores principais, o de agropecuária e de mineração (Gudynas, 2008). No lado peruano, aliada à exploração extrativista de minérios e de petróleo, a construção da Estrada Interoceânica Sul ou Estrada do Pacífico, conectando a Amazônia brasileira ao litoral peruano, vai ao encontro dos interesses dos monopólios agropecuários brasileiros de expansão sobre os mercados internacionais e constitui-se como uma das prioridades da IIRSA.

Quanto à exportação de capitais, um dos elementos a destacar é o protagonismo do BNDES. A participação do banco no financiamento das exportações brasileiras remota às mudanças em seu estatuto promovidas por FHC, no final do seu governo. Em 2005, o papel da instituição amplia-se com a criação de uma linha de crédito específica para o fomento da internacionalização das firmas brasileiras. De 2003 a 2010, os investimentos do BNDES apresentam um crescimento de 632%, somando cerca de US\$ 100 bilhões no último ano do período assinalado, correspondente a 7% do PIB brasileiro.

Assim, o Banco de Desenvolvimento atua em duas áreas fundamentais à integração regional: no financiamento das obras de infraestruturas sob a égide da IIRSA e no amparo à internacionalização das empresas brasileiras nos setores da economia nacional mais relevantes dentro do padrão exportador atual, a exemplo do agropecuário. É sobre a expansão desse setor que a presente análise se debruça a seguir, dada a sua importância no conjunto das relações comerciais externas do Brasil, com forte peso nas exportações do país, bem como a sua posição relevante nas contradições do capitalismo dependente brasileiro.

4.2.2 A internacionalização do agronegócio brasileiro

A liberalização comercial na América do Sul atua de forma complementar ao modelo hegemônico de inserção internacional, porém com ampliação das vantagens oferecidas às multinacionais brasileiras. Esse quadro caracteriza, portanto, a ambiguidade da complementariedade e da cooperação no âmbito do subimperialismo com as contradições também inerentes a esse processo. A unidade econômica, nesse caso, deriva da mesclagem do capital nacional com o internacional, em que setores com peso importante nas relações comerciais externas do país passam ao controle de conglomerados estrangeiros, em processos de fusão ou aquisição de segmentos. Um exemplo disso é encontrado no agronegócio brasileiro, setor de grande participação nas exportações nacionais, com determinados segmentos transferidos ao controle de corporações estadunidenses, como a Monsanto. Dessa forma, a busca de mercados pelo agronegócio dá-se de forma integrada ao imperialismo dos centros econômicos globais.

Um quadro geral do agigantamento do setor agropecuário e agroindustrial brasileiro é observado a partir de alguns números. Em 2017, a receita das 500 maiores empresas do agronegócio atinge 725,5 bilhões de reais, representando um aumento de 34,2% em relação ao ano de 2013. Isso indica uma taxa anual de crescimento de 6%. Dentre essas quinhentas, as 50 maiores somam uma receita de 491 bilhões de reais, revelando a forte concentração. Ademais, 54% das empresas entre as 50 maiores possuem capital com origem estrangeira e estão concentradas, principalmente, na indústria de soja, carnes, óleos, fertilizantes e agrotóxicos, e distribuição de alimentos e bebidas (13º Anuário do Agronegócio, 2017)

Ademais, o agronegócio, nas décadas recentes, tem exercido papel importante na balança comercial brasileira, responsável pelo crescimento das exportações e com forte participação no montante geral dos valores atingidos pelo comércio internacional, sendo o

setor que maior contribuição como fonte de divisas (Maranhão e Vieira Filho, 2017). Consoante Contini (2014), a economia doméstica depende das exportações do agronegócio e de sua expansão pelos mercados externos, sendo mais evidente a elevação de sua importância a partir de 2004, quando a conjuntura internacional favorável contribuiu para o aumento da inserção do agronegócio brasileiro no mercado global. Esse cenário é caracterizado, sobretudo, pelo aumento dos preços internacionais desses produtos e do importante papel desempenhado pela demanda da China por commodities agrícolas. Isso é observado a partir dos dados acerca dos saldos da balança comercial brasileira e a participação massiva da venda de bens agrícolas no exterior, sendo que de 1998 a 2013 apresentou saldos positivos crescentes, totalizando o montante recorde de US\$ 82,9 bilhões (AgroStat, 2014).

Na esteira da expansão do comércio internacional, o agronegócio brasileiro elevou consideravelmente o grau de abertura do setor entre 1996 e 2014, passando de 14,3% a 22,6% - tendo atingido seu pico em 2004 25,9%. Entre 1989 e 2014, as exportações do setor passaram de US\$ 13,9 bilhões para US\$ 96,7 bilhões, o equivalente a um aumento de 7,7% ao ano. No mesmo período, as importações evoluíram de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 16,6 bilhões, crescendo a taxas anuais de 6,7% ao ano. Como resultado deste desempenho excepcional, o saldo da balança comercial do agronegócio elevou-se de US\$ 10,8 bilhões, em 1989, para cerca de R\$ 80 bilhões, em 2014, ano em que o setor movimentou 25% do fluxo comercial brasileiro (exportações e importações). No último ano da série, o Brasil exportou cerca de seis vezes mais do que importou em produtos agropecuário (FGV Think Agro, 2015, p. 7)

Ainda no que concerne à internacionalização do agronegócio, convém analisar a participação dos investimentos externos diretos no setor. Entre 2001 e 2014, as atividades na produção de alimentos e bebidas, celulose, papel e produtos de madeira, receberam, na soma total de US\$ 41,5 bilhões, cerca de 15,6% do IED da indústria e extração mineral e 8,1% do IED total no período. Quanto aos setores associados à agropecuária, desde 2002, estes também tem apresentado considerável crescimento no montante de investimentos recebidos, passando de US\$ 44,8 milhões em 2002 para US\$ 772,8 milhões em 2014 (Banco Central, 2015).

Isso indica, entre outros aspectos, que o movimento de “internacionalização” do agronegócio brasileiro vinculou-se a parcerias e operações entre empresas brasileiras e estrangeiras, parte das quais associada à aquisição de imóveis rurais para produção de commodities e matérias primas de interesse. Exemplos podem ser encontrados na lista de maiores empresas de produção agropecuária do Brasil, cuja liderança é assegurada por multinacionais de controle estrangeiro: Louis Dreyfus (França) e ADM (Estados Unidos), sem considerar empresas com espectro amplo de atuação no agronegócio, como a Bunge (Países Baixos) e Cargill (Estados Unidos). Por outro lado, empresas brasileiras do agronegócio,

com importante inserção internacional, também se destacam nas vendas, caso da BRF, JBS e Coopersuca (FGV Think Agro, 2015, p. 8).

Destarte, a internacionalização do agronegócio reflete as mudanças estruturais do setor a partir da década de 90, em que a abertura externa e o Plano Real atuam de forma considerável na inserção da agroindústria brasileira no comércio internacional, quer por aquisições quer por investimentos. Esse processo aponta a expansão externa desse setor “tanto no sentido patrimonial, isto é, da importância crescente do capital estrangeiro na propriedade dos ativos das cadeias agroalimentares, quanto no comercial, vale dizer, do aumento da inserção da produção brasileira de commodities nos circuitos comerciais e produtivos mundiais” (Benetti, 2004, p 198). Paralelamente, a projeção internacional do agronegócio, no âmbito regional, também incorpora uma dimensão territorial de avanço sobre os países vizinhos, como Paraguai e Bolívia.

4.2.3 O avanço da Petrobrás sobre o gás natural boliviano

De acordo com Ceppi (2014), as relações diplomáticas brasileiras com a Bolívia assumem uma nova fase, mais intensa e problemática, com a chegada do PT ao Executivo, em que se observam, no período compreendido entre 2003 e 2013, momentos ora cooperativos, ora conflitivos entre os dois países. Quanto aos pontos de atrito, um dos mais relevantes na conjuntura estudada diz respeito à questão do gás natural e à participação da companhia brasileira Petrobrás na exploração energética boliviana. As fricções político-econômicas entre os dois países a respeito do gás natural ocorrem notadamente em 2006, com a vitória eleitoral à presidência da esquerda boliviana, na figura de Evo Morales. Este encabeça o processo de nacionalização dos hidrocarbonetos, interferindo nos interesses da Petrobrás na exploração do setor.

O projeto de nacionalização, no escopo do Decreto Supremo n. 28.071, de maio de 2006, visou recuperar o controle do Estado boliviano sobre as reservas de hidrocarbonetos e a exploração do gás natural e do petróleo, atingindo as empresas estrangeiras com investimentos e participação acionária na exploração desses segmentos energéticos. Dentre essas companhias, a Petrobrás, desde a década de 90, possui atuação massiva na Bolívia, fato que gera o mal-estar diplomático com o Brasil após a entrada em vigor do decreto, com agravamento da situação após a ocupação pelas Forças Armadas bolivianas de refinarias pertencentes à companhia brasileira.

Apesar do episódio ter provocado a reação de frações políticas nacionais e a reação de parte da imprensa na mobilização da opinião pública em prol de uma resposta rígida do governo brasileiro, Lula e o então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, optam por uma resolução diplomática da controvérsia, com diversas tentativas de negociação pautadas em pressões cautelosas e concessões mútuas, a fim de modificar o corpo original da legislação nacionalizante em benefício dos interesses da Petrobrás e de manter as relações amigáveis com o país (Ferreira, 2007; Ceppi, 2014)

O Brasil figurava, até então, como o maior comprador e investidor do gás natural boliviano. A opção do país pelo financiamento e exploração direta do produto na Bolívia condiz com uma visão estratégica acerca da garantia de uma segurança energética, posta em evidência após a crise no abastecimento de energia elétrica que atingiu diversos estados brasileiros, em 2001, e que ficou conhecida como “apagão”. Assim, visava-se ampliar as fontes energéticas, diversificando-as, uma vez que a concentração do fornecimento energético pela via hidrelétrica havia sido um dos fatores responsáveis pela referida crise. Os acordos firmados com a Bolívia operam, então, como medida de curto e médio prazo à obtenção desses objetivos. Conta, ainda, com uma campanha governamental de incentivo ao uso do gás natural no transporte e na indústria. A participação da companhia na exploração do gás boliviana configurava como melhor solução estratégica a curto prazo, segundo Ferreira (2007, p 104), devido ao fato de que:

(...) o investimento na Bolívia não se demonstrava arriscado, posto que os movimentos sociais bolivianos não eram considerados como forças potenciais para chegar ao poder. O investimento na Bolívia consolidava não só um empreendimento empresarial, mas também ajudava na construção do papel do Brasil como uma liderança na América Latina com crescente ganho de interesse em escala mundial. Por outro lado, a proximidade do gasoduto com os dois principais centros industriais brasileiros e potenciais consumidores do gás natural, e o ambiente plenamente favorável na Bolívia desautorizavam a realização de custos com a construção de gasodutos para a exploração das jazidas de gás na Amazônia.

A Petrobrás, desde a criação de sua subsidiária na Bolívia, em 1995, atuou no controle direto das reservas e na construção de gasodutos para a distribuição do gás. Se em 1996 a participação do IED sobre o total de IED no país representava 13%, passa a 42% em 2002. Neste período, a Petrobras tornou-se a maior investidora externa na Bolívia (Duarte e Saraiva, 2009). Em 10 anos, a firma brasileira atingiu o status de maior empresa do país limítrofe, com participação de 18% no PIB (Ferreira, 2007; Ceppi, 2014). As duas maiores refinarias de Petróleo da Bolívia, a de Guillermo Elder Bell e Gualberto Villarroel, passaram

à propriedade da Petrobrás, que também atuava na distribuição e no comércio de combustível, com controle de mais de 60% do mercado.

É assim que, em maio de 2006, quando Morales anuncia a nacionalização, a companhia brasileira era proprietária de 46% das reservas de gás natural, explorando e exportando 75% do produto, distribuindo e comercializando mais de 60% do combustível consumido na Bolívia, com participação no refino de 100% da gasolina e 60% do diesel, consumidos neste país. Por sua vez, os investimentos diretos no setor, entre 1994 e 2005, atingiram a marca de U\$\$ 1,5 bilhão.

Por sua vez, a questão do gás natural é especialmente sensível na Bolívia devido aos inúmeros conflitos internos, envolvendo diferentes setores sociais e políticos, que marcam a trajetória nacional desde a descoberta das reservas como nova fonte potencial de aceleração da atividade econômica do país, detentor da maior reserva do recurso na América do Sul. A chamada “Guerra do Gás”, que eclode em 2003 e abarca cinco dos nove estados do país, representa o ponto crítico da radicalização dos movimentos populares e dos nacionalistas bolivianos, com participação dos grupos étnicos dos territórios afetados, acerca do modelo de exploração do gás.

A oposição dessas forças ganha peso nas disputas políticas do país desde a adoção da agenda neoliberal, na década de 90, que restringe a produção e exploração do gás natural ao capital privado, em detrimento da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB). É no decorrer do processo de privatização da YPFB que a participação da Petrobrás no setor energético boliviano é ampliada, convergindo com o período em que a estatal brasileira procurava internacionalizar-se e conquistar novos mercados (Neiva Santos, 2009). À capitalização da estatal boliviana segue-se a reposta do movimento de massas e indígena, gerando a atmosfera de forte instabilidade política.

Desse modo, a liberalização econômica compreende iniciativas de formação de um “mercado energético regional interconectado” (Ceppi, 2014, p 263) protagonizadas pela convergência dos interesses das multinacionais brasileiras e do Estado. Com o governo petista e a orientação da política externa voltada para o reforço da liderança regional, a questão energética passa a constituir-se como elemento prioritário da agenda exterior brasileira. Conforme reforça Ceppi, 2014, p 267), “a estratégia do Brasil consistia em tirar proveito de sua condição de grande mercado do gás boliviano para estimular o consumo do hidrocarboneto em seu território mediante a redução dos preços e supressão das penalidades econômicas para Petrobrás”. A exploração do recurso no país vizinho, com o descobrimento de novas reservas com grande potencial, e o controle dominante sobre a produção, o refino,

a distribuição do gás natural boliviano garantiram à Petrobrás uma posição elevada no ranking mundial das maiores empresas do setor energético.

Ainda segundo Ceppi (2014, p 261), em razão do potencial energético da América do Sul e de um “esquema profundamente assimétrico em matéria de produção, exportação e consumo, a compra-venda de energia se constitui em uma temática com ‘presença histórica’ nas relações interestatais”. Nesse aspecto, repercute a divisão regional do trabalho na questão energética devido aos diferentes níveis de desenvolvimento econômico entre os países da região. No caso da Bolívia, as limitações internas da economia, com pouca diversificação e dinamismo dos setores de produção, condicionam a inserção do país na competitividade regional, abrindo possibilidades para a obtenção de vantagens comparativas pelas grandes empresas brasileiras.

Após o decreto de Morales, a reabilitação das relações bilaterais dos países acerca da questão dá-se por meio de negociações e concessões, sem a provocação de uma ruptura bilateral dadas as tentativas de ambos dirigentes políticos para a manutenção do relacionamento entre os países, sendo estrategicamente relevante para o Brasil dar continuidade às boas relações com a Bolívia. Por outra via, a inferioridade tecnológica deste país mantém o interesse em atrair investimentos externos, uma vez que a produção de combustível sofreu decréscimo considerável após as medidas de nacionalização, gerando problemas de abastecimento. Verifica-se, assim, a dependência boliviana do consumo do gás e dos investimentos brasileiros para potencializar sua produção, fazendo com que os dois países se encontrem “profundamente ligados, a despeito de suas divergências políticas e econômicas” (Ferreira, 2007, p 112).

Acerca da participação do mercado brasileiro nas importações do gás boliviano, que, ao lado da Argentina, constitui-se como principal comprador do recurso, nota-se a tendência decrescente à medida que o Brasil busca tornar-se autossuficiente na produção do gás, a partir de investimentos no funcionamento das reservas em seu território. A renovação do acordo, que vence em 2019, continua sendo importante para a Bolívia, uma vez que a Petrobrás se mantém com participação preponderante na exploração energética do país vizinho, mesmo após as modificações legislativas.

A questão do gás natural boliviano pautada em uma relação bilateral de enfrentamento e conciliação (Ferreira, 2007), remete à cooperação antagônica como uma das variáveis do subimperialismo, dessa vez no nível das relações entre dois países dependentes com graus de composição orgânica do capital distintos. Assim, o país que atinge o nível intermédio na composição do capital (Brasil) exerce sobre o país mais débil (Bolívia)

o controle tecnológico e financeiro sobre a riqueza energética deste, ressaltando-se os confrontos com entre os interesses nacionais bolivianos e os interesses de segurança energética da potência regional. Apesar dos benefícios mútuos para as relações comerciais entre os dois países, os aspectos conflituosos também se projetam na oposição de grupos autóctones e das populações locais aos impactos dos projetos da Petrobrás no território nacional. Desse modo, tem-se que o subimperialismo reproduz na escala regional os antagonismos que também integram as relações imperialistas dos países dominantes centrais com os países dependentes.

4.2.4 A política externa dos governos petistas e a projeção internacional brasileira

O principal ponto diferenciador da política externa do Partido dos Trabalhadores, quando comparada àquela em voga durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, trata-se do entendimento da ordem internacional adotado por essas diferentes legendas políticas, segundo Lima (2005). Nesse sentido, é evidente a preferência de Lula pela crença na possibilidade de construção de um sistema multipolar a partir da participação ativa e contrahegemônica dos países dotados de capacidade para influenciar a política internacional. Observa-se, assim, o predomínio da concepção autonomista em detrimento à valorização da globalização como parâmetro de inserção do Brasil nos regimes internacionais, implicando na defesa da abertura de mercado necessária à estabilidade econômica e à credibilidade do país em relação às potências centrais.

Esse entendimento da ordem internacional é expressado por Lula por ocasião da criação do G-20, quando se refere aos anseios de mudança da geografia mundial. O mesmo discurso é repetido em 2007, no Fórum Econômico Mundial, momento em que exalta as conquistas do seu primeiro mandato e resalta os objetivos a serem alcançados nos anos seguintes de seu governo, ressaltando o papel do Brasil e dos demais países latino-americanos na promoção da mudança da geografia comercial do mundo. No âmbito desses esforços, a Cooperação Sul-Sul (CSS) nos mandatos de Lula e Dilma atuou tanto na seara da integração regional, buscando maior proximidade com os países da América do Sul, em que se destaca a criação da Unasul, em 2004, quanto no estreitamento das relações com outras economias emergentes no âmbito transcontinental, com enfoque especial para a atuação conjunta dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Salienta-se que este último eixo da atuação internacional brasileira se apresenta como o ponto de relevância da política externa do PT, pela amplitude e papel de destaque que ocupou, algo inédito ao comparar-se com as políticas externas anteriores do Estado brasileiro. Por sua vez, a cooperação internacional para o desenvolvimento, com os continentes africano e latino-americano configurando-se como principais parceiros, destaca-se como um elemento diferenciador da opção diplomática adotada pelo governo petista PT, imprimindo o caráter neodesenvolvimentista da política exterior. Essa ênfase da política externa brasileira na cooperação para o desenvolvimento entre os países do Sul chamada de “cooperação técnica para o desenvolvimento”, promove a realização de concessões e empréstimos (assistência financeira), mas foca-se, primordialmente, em prover assistência técnica (transferência de experiências e conhecimento) aos países recipientes (Inoue e Vaz, 2012).

Todavia, destaca-se que a cooperação para o desenvolvimento fornecida pelo país supera o auxílio técnico, abrangendo esferas mais amplas e estruturais como educação, saúde, pesquisa científica e inovação tecnológica, bem como questões humanitárias como a proteção aos refugiados e participação em operações de peacebuilding (Ipea, 2016). Entre 2005 e 2009, o montante destinado à cooperação internacional para o desenvolvimento pelo Brasil passou de R\$ 384 milhões para R\$ 724 milhões (SAE et. al, 2010: 19). Esse modelo de assistência ao desenvolvimento continuou a ser promovida pela administração de Dilma Rousseff, consoante demonstra o relatório do Ipea (2016) sobre a atuação dos entes federais na Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (Cobradi) durante os anos de 2011 e 2013.

A pesquisa revela que, durante o período assinalado, a Cobradi atuou em 159 países e, reuniu gastos de R\$ 2,8 bilhões, com Estados latino-americanos e africanos liderando a lista de beneficiários. Os dados também mostram que houve um crescimento significativo dos investimentos na cooperação científica e tecnológica, além da ajuda humanitária, consistindo em 13% dos gastos totais. Ademais, esse documento evidencia as particularidades das políticas e práticas de cooperação internacional do Brasil para o desenvolvimento, marcadas pela sua transversalidade, salientando que a experiência brasileira tem muito a contribuir para os modelos tradicionais que regem as relações internacionais nesse âmbito.

Importante salientar que esse direcionamento da política externa brasileira contou com um cenário favorável no plano internacional para alavancar-se. Destarte, as novas agendas das políticas de desenvolvimento orientadas pelos objetivos de desenvolvimento do

milênio, contando com o reconhecimento da Cooperação Sul-Sul como meio de alcançar esses objetivos pelos organismos multilaterais, aliadas ao maior protagonismo das chamadas potências emergentes, proporcionam um contexto propício à concretização dos anseios da política externa de Lula. O crescimento econômico e a maior participação no plano externo colocaram países como Índia, Brasil, México, China, Turquia e África do Sul na posição de “potências emergentes”, “países intermediários” ou “grandes países periféricos”, entre outras nomenclaturas (Milani, 2012).

Lima (2005, p. 24) explica que os países intermediários são aqueles que apresentam “capacidades materiais, uma medida de autopercepção e o reconhecimento dos outros Estados, em especial das grandes potências”, sendo que a presença de pelo menos um desses fatores já é suficiente para enquadrá-los nessa categoria. Ainda segundo a referida autora, o Brasil identifica-se com essa posição desde a segunda metade do século XX, quando passa a apresentar-se como um centro de poder econômico no âmbito regional. É, então, a partir da configuração de novos polos econômicos regionais com capacidade de influenciar a geopolítica mundial, que iniciativas de integração surgem como novos campos de confluência entre os interesses dessas forças globais em ascensão, exercendo papel relevante na busca por maiores espaços de autonomia na ordem global hegemônica.

Destarte, quanto à política externa, destacam-se como elementos mais importantes a promoção da Cooperação Sul-Sul como via alternativa às relações de apoio ao desenvolvimento protagonizadas pelos países centrais; a busca pela reforma das instituições multilaterais, com destaque para a pauta de reforma do Conselho de Segurança da ONU; a preocupação com a aproximação com os países latinoamericanos, promovendo-se iniciativas importantes de integração regional; a busca por condições mais vantajosas nas relações comerciais com as economias dominantes, com participação ativa nos fóruns multilaterais, a exemplo do G-20; e, finalmente, o discurso que reproduz princípios de horizontalidade, solidariedade e multilateralidade no sistema internacional.

Diante disso, a questão-chave que se coloca para a atualização da categoria do subimperialismo com base na diferente conjuntura brasileira do período analisado diz respeito aos elementos estruturantes a serem levados em consideração na forma como deve ser analisada o protagonismo internacional do Brasil como aspecto da política externa. Para tanto, é necessário transpor a seara dos discursos e da institucionalidade formal no sentido de aprofundar o exame da realidade a partir das determinações econômicas e classistas das relações interestatais.

Nesse sentido, Luce (2007) advoga que a contraposição ao alinhamento hemisférico do Brasil aos interesses hegemônicos dos EUA sobre o subcontinente representado pelo reforço às iniciativas de integração regional reproduz nessa esfera a lógica de especialização da divisão internacional do trabalho. Assim, fala-se em uma divisão do trabalho no subcontinente sul-americano, uma vez que o peso da economia brasileira se projeta sobre os países da região em nível economicamente inferior. Nesse âmbito, também se operam transferências de valor das nações mais débeis para a economia com domínio mais avançado sobre o mercado.

À coletânea, no que se refere a outro elemento estruturante do subimperialismo, a cooperação antagônica, ao mesmo tempo em que se acentua a questão da autonomia no plano exterior, as relações bilaterais com os EUA não chegam a confrontar-se radicalmente, alinhando-se em algumas situações. A título de ilustração, a ingerência do Brasil em assuntos regionais no caso da intervenção do Haiti possibilita uma análise crítica do evento. O Brasil participa do comando da missão militar da ONU no Haiti, em 2004, com o envio de tropas no âmbito da Minustah (Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti), vindo a se constituir como “principal elemento de cooperação do governo brasileiro com o Departamento de Estado na estabilização da conflitividade social da América Latina” (Luce, 2007, p 48). A atuação do Brasil no Haiti é apontada pelos analistas das relações exteriores brasileiras como um passo estratégico da busca por protagonismo nas instâncias decisórias do sistema geopolítico internacional, convergendo com os intentos do país de ocupar uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU.

Outros de ingerência do Brasil nos países latinoamericanos, em uma posição mediadora, diz respeito à atuação nos eventos que depuseram Sánchez de Losada, na Bolívia, 2003 e Lucio Gutiérrez, no Equador, em 2005. Ambos dirigentes renunciam após uma onda de protestos das populações boliviana e equatoriana em reação à impopularidade das reformas de ajuste estrutural neoliberais promovidas durante seus mandatos. O pivô da crise política apresenta-se, nos dois casos, após a repressão violenta dos protestos pelo Estado. O Brasil atua de modo a promover a manutenção da ordem institucional diante das ameaças aos interesses econômicos do país e dos Estados Unidos nos referidos países, dada a radicalização do movimento popular com teor nacionalista (Luce, 2007).

Nesses termos, na dimensão referente à política externa do subimperialismo, o Brasil atua constantemente como figura mediadora e estabilizadora na zona em que detém considerável esfera de influência, procurando conciliar as expectativas do bloco hegemônico liderado pelos EUA com sua estratégia de inserção internacional. Outros exemplos desse

modelo de atuação podem ser verificados nas relações brasileiras com os países sul-americanos cuja política interna apresenta tentativas de sustentar um modelo de nacionalização econômica, como a Venezuela, Bolívia e Equador.

Na Venezuela, destaca-se a formação do Grupo de Amigos da Venezuela como instrumento de mediação dos conflitos neste país entre os opositores ao governo chavista e as frações nacionalistas, com participação dos EUA e da Espanha a convite do Brasil. Outro momento remete a 2005, quando em razão da crise entre Venezuela e Colômbia, desencadeada pela entrada não-autorizada de militares colombianos no território daquele país, a atuação conciliatória do Brasil, ao lado de Cuba, interpõe-se entre o confronto de Uribe, então presidente colombiano, e Chávez, com o inequívoco apoio dos norte-americanos àquele.

Não obstante a ingerência política do Brasil sobre esses países requerer um estudo mais detalhado das formas concretas em que se manifesta, esforço que não será desenvolvido aqui, devido às limitações do presente enfoque, os casos supracitados, e que vem sendo analisados por uma diversidade de autores, oferecem pistas substanciais que indicam a validade teórica de apreensão dessas novas dimensões da conjuntura latinoamericana por meio da categoria do subimperialismo.

(...) A respeito do tema da estabilidade na região sul-americana, parecem manifestar muita satisfação os norte-americanos pela capacidade gerencial da diplomacia brasileira de administrar crises acumuladas e em gestação na região. A movimentação do Brasil, nesse sentido, além de reforçar a liderança brasileira na região, não é incompatível com os interesses norte-americanos de não se desgastarem mais em outras regiões do globo, após o fiasco da invasão do Iraque. Em outros termos, o Brasil é quem se desgasta, se for o caso, mas mantém a disciplina e tranquilidade na região (Saraiva, 2006, p 84 apud Luce, 2007, p 56).

Essa relação contém, portanto, o caráter duplo de unidade e contradição, de convergência e antagonismo, que caracteriza a dinâmica das relações exteriores brasileiras com a superpotência global na vigência do regime militar, sob a égide da cooperação antagonica. Nesse sentido, a atuação diplomática exerce papel relevante, consoante explica Lima (2016, p 540)

Seguindo essa linha de raciocínio, um dos fatores políticos que permitiu o processo expansionista brasileiro, apesar de continuar submetido ao capital financeiro internacional, foi a legitimação desse projeto por diplomatas e formuladores de políticas do governo Lula. De fato, houve um cuidado do Itamaraty para que a imagem do Brasil não fosse vinculada a um subimperialismo e que a ideia da cooperação Sul-Sul fosse fortalecida, bem como a importância do Brasil para a

integração regional no subcontinente, mediante a construção de uma “liderança solidária” que permitisse o desenvolvimento de todos os países de forma conjunta.

Segundo Lima (2005), as elites internas assumem posicionamentos diferentes quanto às estratégias de integração nacional ao mercado mundial, em razão de constituírem-se como um bloco heterogêneo. É por isso que se percebe, ao longo das diferentes trajetórias políticas do país, momentos de alternância entre uma política externa mais próxima dos EUA, em que o alinhamento com esta potência atua como “meio de concretização dos projetos domésticos das elites brasileiras e como instrumento equilibrador das rivalidades regionais” (Lima, 2005, p. 31), e uma política de equilíbrio, que busca ampliar as relações do Brasil com outros países, dando ênfase especial ao diálogo com nações que possuem interesses semelhantes.

Nessa toada, Lula e sua sucessora Dilma aliaram uma política macroeconômica ortodoxa no plano interno com uma política externa heterodoxa, espaço em que o teor desenvolvimentista da atuação desses governos procura ser reforçado. Assim, a agenda da política externa não rompe com a implementação de uma política neoliberal no plano macroeconômico. Para Lima (2005), a política externa brasileira, com Lula, buscou compatibilizar duas identidades distintas e que, muitas vezes, eram concebidas como incompatíveis, isto é, a identidade de *system-affecting state*, compreendida como aquela exercida pela atuação internacional de países que buscam agir como intermediadores entre países centrais e periféricos, e que, por não contarem com as mesmas capacidades materiais das potências econômicas, utilizam-se de seu ativismo na arena internacional, nos foros de debates e nas instâncias de decisão, para destacarem-se como ator internacional relevante; e, por outro lado, a identidade de mercado emergente, que não deixa de priorizar suas relações com os países centrais e não procura contrapor-se à globalização hegemônica.

Em suma, a análise contemporânea sobre o subimperialismo brasileiro se detém sobre os elementos econômicos no âmbito da expansão dos mercados diante do crescimento nas exportações de mercadorias e de capitais do país subimperialista. Além da perspectiva econômica, a veia política do subimperialismo é percebida no modelo de política externa que prioriza o protagonismo internacional do país e a preservação de sua hegemonia regional que compreende uma relação de cooperação antagônica com o imperialismo central e a reprodução dessa relação de complementariedade e contradição nas relações com as economias dependentes vizinhas.

CONCLUSÕES

Como visto, o desenvolvimentismo de inspiração cepalina procurou explicar a posição de desvantagem dos países subdesenvolvidos no mercado internacional em razão da especialização produtiva voltada para a exportação de bens primários. Se, por um lado, a deterioração dos termos de troca nas relações comerciais com os países desenvolvidos expunha os fatores de ordem externa responsáveis pela manutenção do subdesenvolvimento; por outro, na esfera doméstica, a preservação de estruturas arcaicas ligadas ao latifúndio compunha o quadro de elementos determinantes para a compreensão dos obstáculos à superação dos problemas econômicos dos países latinoamericanos.

Nesses termos, a orientação desenvolvimentista pautou-se no modelo de industrialização por substituição de importações como caminho necessário à modernização dos países periféricos. Todavia, esse modelo começa a entrar em crise na década de 60, quando economias regionais com um parque industrial diversificado, como o Brasil, mantinham a dificuldade de inserção no mercado internacional enquanto os problemas estruturais internos eram agravados. Assim, a conjuntura econômica e política da América Latina no período assinalado projeta novos questionamentos acerca do modelo desenvolvimentista e da possibilidade de sua adequação às condições materiais que se apresentavam.

É nesse contexto que a teoria da dependência passa a se consolidar como uma via teórico-metodológica alternativa à interpretação do desenvolvimentismo, aperfeiçoando o debate centro-periferia fomentado pelos trabalhos da CEPAL, bem como rompendo com algumas noções que fundamentavam o estruturalismo cepalino. Este procurava opor elementos antagônicos como estrutura feudal/industrialização e revolução burguesa/arcaísmo político como forma de nortear as agendas políticas modernizadoras para os países periféricos, como um caminho possível para a superação do subdesenvolvimento. A teoria da dependência opõe-se à interpretação dualista a partir da compreensão de que entre estes polos distintos estabelecem-se diferentes níveis de análise que permeiam as determinações internas e externas como partes intimamente articuladas.

Um dos pontos mais importantes da crítica dos teóricos da dependência consiste na ênfase em incluir os fatores de ordem política na análise sobre o subdesenvolvimento periférico. Assim, o estudo das formas assumidas pela luta de classes no âmbito interno dos países latinoamericanos constitui-se como esforço fundamental para o entendimento das

causas e das determinações do subdesenvolvimento dessas nações. Esse é um dos pontos principais que a TMD acrescenta aos estudos sobre desenvolvimento nas ciências sociais latino-americanas, considerando as forças sociais e os atores políticos responsáveis pelos posicionamentos, pela formação de alianças, pelos conflitos e pelas decisões que influenciam, direta ou indiretamente, os rumos do movimento econômico assumido. Por outra via, o exame das estruturas de dominação interna busca integrar a análise acerca das correlações de poder na ordem internacional, ressaltando as barreiras da economia política internacional para o pleno desenvolvimento das formações econômico-sociais dependentes.

Desse modo, a noção de capitalismo dependente trabalhada pelos pensadores da TMD acrescenta novos elementos às teses desenvolvidas sobre o subdesenvolvimento latinoamericano, com críticas substanciais à abordagem das relações centro-periferia inseridas nesse debate. Tais elementos são fundamentais para o entendimento da forma mediante a qual a estrutura dependente condiciona o avanço das economias nacionais do subcontinente, bem como oferece o suporte teórico-metodológico para a compreensão das mudanças operadas na década de 60 e as razões para a crise do modelo nacional-desenvolvimentista.

Na obra de Marini encontra-se o arcabouço para a fundação de uma teoria marxista da dependência com a conjunção das categorias de análise que permitem o exame dos elementos estruturantes do capitalismo dependente. Essas categorias procuram salientar as especificidades do processo de acumulação e de reprodução do capital na economia dependente, ainda que compreendidas como partes integrantes das leis gerais de funcionamento do modo de produção capitalista desenvolvidas por Marx. Nessa toada, a teoria do valor marxiana é empregada como base para o debate acerca das características particulares da dependência nas formações econômico-sociais que estão em posição hierarquicamente inferior na divisão internacional do trabalho.

Nesse ponto, é na noção de divisão internacional do trabalho em que estão imbricadas as categorias da superexploração da força do trabalho, do divórcio entre a estrutura produtiva e a necessidade das massas, da transferência de valor como intercâmbio desigual e do subimperialismo. Estas compõem o quadro teórico manejado por Marini para a explicação das transformações na economia política brasileira à medida que se operam reorganizações na divisão internacional do trabalho, com efeitos na inserção dos países latinoamericanos na economia capitalista mundial. Nesses termos, a dependência, enquanto categoria analítica própria que busca explicar a situação diferenciada em que se encontram as economias periféricas no âmbito da reprodução global do capitalismo, é integrada por

uma série de outras categorias que se inter-relacionam de modo a compor a totalidade do conceito.

Nesse trabalho investigativo, o exame detido das categorias mediadoras do conceito-categoria de dependência permitiu a abstração das diferentes dimensões que compõem a definição de dependência. Assim, também procurou-se evidenciar a natureza particular das tendências e contratendências do capitalismo na economia dependente, como traços das contradições gerais de funcionamento desse modo de produção. Destarte, a análise do significado conceitual das cisões no ciclo do capital e da superexploração da força de trabalho como traços estruturais do capitalismo dependente permite relacioná-los aos aspectos externos da dependência. Estes inserem-se no nível do intercâmbio desigual do mercado mundial em que ocorrem transferências de mais-valor oriundo das economias subordinadas, com sua conseqüente apropriação pelos países dominantes.

A dialética da dependência consiste, portanto, no entendimento das especificidades do desenvolvimento capitalista na América Latina a partir da investigação das causas, condições, limites e características da condição de dependência dessas economias. Tal abordagem permite, ainda, o movimento de apreensão que parte dos conceitos e das categorias gerais às circunstâncias históricas particulares e conjunturas política e social determinadas.

As relações de exploração que atuam no nível internacional, com seus reflexos na esfera interna referentes à materialização da estrutura dependente, possibilitam estabelecer ligações entre a condição dependente e as teorias marxistas sobre o imperialismo. Dessa forma, por intermédio da categoria de subimperialismo, a teoria do valor marxiana no âmbito da economia política da dependência articula-se aos estudos sobre imperialismo, desde a tradição do marxismo clássico.

O subimperialismo contém a natureza dupla de fenômeno histórico atrelado à experiência concreta da economia brasileira e de categoria de análise que se vincula às especificidades do capitalismo dependente, explicando a forma que este se projeta externamente a partir da chegada da economia dependente à etapa dos monopólios e do capital financeiro. Trata-se, nesses termos, de uma expressão das características particulares do desenvolvimento do capitalismo nos países dependentes, configurando-se como tendência específica do padrão de reprodução do capital nas economias dependentes que atingem um grau médio de composição orgânica do capital.

Assim, na elaboração da economia política do subimperialismo brasileiro, a análise de Marini acerca das circunstâncias que levaram ao golpe de 64 no Brasil procura ir além do

entendimento desse evento como uma mera consequência da conjuntura geopolítica da Guerra Fria e da ação do imperialismo estadunidense. Para tanto, o autor situa as contradições inerentes às relações sociais de produção do capitalismo dependente brasileiro como elementos fundamentais para a interpretação desse momento histórico. Desse modo, a teoria marxista da dependência articula as transformações na divisão internacional do trabalho em curso com o término da Segunda Guerra com os conflitos de classe internos e o papel do Estado de subvenção ao modelo de acumulação e valorização do capital na economia dependente e subimperialista.

Portanto, é no exame do regime militar brasileiro e dos contornos da política externa durante o período, tendo como base a expansão econômica do país sobre a esfera regional e o crescimento da participação das exportações de mercadorias e de capitais com o fortalecimento dos monopólios nacionais, que a análise de Marini sobre o subimperialismo é esboçada. A abordagem da TMD permite, então, entender como a estrutura de classes doméstica e suas contradições internas aliadas às relações de classe internacionais estabelecem o modelo de projeção externa do país, considerada sua posição geopolítica, bem como o conteúdo definidor da política exterior.

Ultrapassa os limites deste trabalho a busca por uma definição precisa de imperialismo, abstendo-se, assim, desse objetivo. Entretanto, uma breve revisão do pensamento marxista sobre a temática permitiu situar a TMD nos marcos da evolução da teoria marxista do imperialismo. Para tanto, este esforço analítico se propõe a conectar e correlacionar essa teia teórica aos centros do debate em questão, que corresponde ao papel da TMD dentro desse recorte temático. Por isso, de forma ampla, o imperialismo e o subimperialismo são entendidos como processos atrelados ao desenvolvimento e à expansão do capitalismo à esfera mundial, considerando-se as desigualdades e hierarquias inerentes a tais processos, bem como as relações de exploração e de dominação dos Estados sobre os outros nessa ordem internacional hierarquicamente consolidada.

Consequentemente, essas noções devem ser analisadas partindo-se de uma compreensão abrangente do capitalismo histórico, enquanto processo contínuo que envolve uma teia de outros processos correlacionados que compõem o movimento dialético da materialidade histórica. Portanto, convém interpretar a categoria do subimperialismo como um complemento à teoria marxista do imperialismo, que exige o esforço de atualização contínua com base nas fases distintas que a economia capitalista mundial assume ao longo do devir histórico.

Nesse processo, ao fim da Guerra Fria emergem alterações no sistema internacional desencadeadas pelo processo de globalização neoliberal em cuja arquitetura verifica-se o fortalecimento dos grupos econômico-financeiros transnacionais, maior abertura externa, intensificação dos fluxos de capital, desregulamentação e flexibilização econômica. A política macroeconômica e externa do Brasil acompanha essa tendência histórica, com a aderência ao Consenso de Washington, ainda que de forma mitigada. O governo FHC representa o auge da adoção da matriz neoliberal na condução das medidas econômicas, com acentuado programa de privatizações e de abertura comercial, que compuseram o modelo de inserção da economia brasileira no mercado internacional durante o período.

Não obstante, já no seu último mandato começa a se delinear uma nova etapa na seara econômica e política nacional, marcada pela crise do neoliberalismo e o ensaio de uma estratégia neodesenvolvimentista. No contexto internacional, esse cenário acompanha a desconfiança dos atores globais acerca das assimetrias da globalização, com a emergência de subcentros de poder político e econômico. Essa nova ordem financeira global produz outras formas de dependência sob a arquitetura de uma nova fase do imperialismo globalizado e neoliberal que preserva as relações de exploração e dependência entre um centro hegemônico e uma periferia dependente. Soma-se a esse quadro as semiperiferias cujo destaque na esfera global encontra-se em ascensão na virada para o século XXI.

A projeção do Brasil enquanto “potência média” e o modelo de política externa voltado para o fortalecimento da integração regional, sob liderança brasileira, e para o protagonismo na atuação internacional são traços característicos da primeira década do milênio, período em que Lula da Silva assume a presidência do país. Os pontos de continuidade e ruptura com a matriz neoliberal das políticas econômica e externa brasileiras a partir de 2003 condensam transformações que impulsionam a releitura do debate sobre o subimperialismo brasileiro.

Ademais, também sinalizam as mudanças no contexto internacional de ascensão de economias emergentes e instabilidades geopolíticas decorrentes do processo de reconfiguração dos polos de poder global. Além disso, é importante considerar o papel da crise financeira de 2008 que atinge principalmente os países desenvolvidos, influenciando as relações Norte-Sul e as contradições da economia-mundo capitalista. A crise econômica mundial e o aumento da influência da China na América Latina também iniciam uma etapa de reconfiguração da política externa norte-americana para a região, caracterizada por uma maior assertividade e preocupação em manter a zona histórica de influência hegemônica hemisférica. O aumento das instabilidades políticas domésticas e os novos rumos assumidos

pela política interna após o *impeachment* de Dilma em 2016, de caráter antidemocrático, também condicionam a reorientação da política externa, abrindo novas margens de interpretação para a questão do subimperialismo para futuros estudos sobre a temática.

Não obstante, o que importa deter da leitura dessas mudanças históricas é a apresentação de um quadro analítico, proporcionado pelo manejo do instrumental teórico-metodológico da TMD, que não privilegia os fatores externos em detrimento da análise interna e da luta de classes na seara nacional. Assim, é premente estabelecer uma conexão necessária entre as estruturas de classe nacionais e a economia política internacional, compreendendo distintas variáveis que devem ser analisadas nas suas correlações como uma totalidade de complexos.

Destarte, os novos fenômenos e processos que vão se afirmando com o desenrolar da história da economia capitalista mundial ensejam problemáticas distintas e renovam as possibilidades de reflexão. Nota-se, por exemplo, que desde os primeiros estudos dos teóricos marxistas clássicos, as abordagens sobre o imperialismo foram acompanhando as novidades do processo histórico e oferecendo releituras que mantêm a essência da análise sobre a acumulação e reprodução capitalista. Esses elementos essenciais da tradição marxista também estão refletidos na posição que a TMD busca ocupar dentre essas diferentes abordagens, estendendo o fio conector da análise a elementos e processos específicos da periferia global.

Referências Bibliográficas

- Agarwala, A. N. & Singh, S. P. (Orgs.). (1969) *A economia do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Forense.
- AgroStat (2014). *Estatísticas de Comercio Exterior do Agronegócio Brasileiro*. Disponível em <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/AGROSTAT.html> [08 de junho de 2019]
- Antunes, R. (2005) *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados.
- Bambirra, V. (1978). *Teoria de La Dependencia – Una Anticrítica*. México: Era.
- Bambirra, V. (2012) *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: IELA/Insular.
- Banco Central do Brasil. (2015) *Série “Perguntas mais frequentes”*. 2015. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/FAQs/FAQ%2008-Contas%20Externas.pdf> [18 de maio de 2019].
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (2011). *Informe anual de atividades do INTAL*. Disponível em: <https://publications.iadb.org/pt/node/16188> [18 de maio de 2019].
- Bielschowsky, R. (2000). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL – uma resenha. In Bielschowsky, R. (Org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volume I. Editora Record: Rio de Janeiro.
- Bresser-Pereira, L. C. (2005). Do Iseb e da Cepal à Teoria da Dependência. In: Toledo, C. N. (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. São Paulo: Revan.

Bresser-Pereira, L. C. & Rego, J. M. (Orgs.). (2001) *A grande esperança em Celso Furtado: ensaios em homenagem aos seus 80 anos*. São Paulo: Editora 34.

Bresser-Pereira, L. C. (2003) *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. São Paulo: Editora 34.

Brewer, A. (2001) *Marxist Theories of Imperialism*. Londres: Taylor & Francis e-Library.

Burns, M. (2014) Dictatorship Across Borders: The Brazilian Influence on the Overthrow of Salvador Allende. *Estudios de Seguridad y Defensa*, 3, 165-187.

Caputo, O. & Pizarro, R. (1971). Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales. *Cuadernos de Estudios Socioeconómicos*, 12.

Caputo, A. C. & Melo, H. P. (2009). A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. *Estudos Econômicos*, 39(3), 513-538.

Carcanholo, R. (1981) *La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo em Costa Rica*. (Tese de Doutorado). Unam, Cidade do México.

Carcanholo, R. (1984) Renda da terra: uma concreção teórica necessária. *Revista da Economia Política*, 4(4), 108-123.

Carcanholo, M. D. (2008) Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica R. *Econ. Contemp*, 12(2), 247-272.

Carcanholo, R. & Nakatani, P. (1999). *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Disponível em: <http://sites.uol.com.br/carcanholo> [11 junho de 2019].

- Cardoso, F. H. (1969). *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Cardoso, F. H. (1972). *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Cardoso, F. H. & Serra, J. (1979). As desventuras da dialética da dependência. *Estudos Cebrap*, 23, 33-80.
- Cardoso, F. H. (1993). *As idéias e o seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes.
- Cardoso, F. H. (2001) A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 44 (1), 5-12.
- Cardoso, F. H. & Faletto, E. (2010). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cario, S. A. F. & Buzanelo, E. J. (1986). Notas sobre a teoria Marxista da renda da terra. *Revista de Ciências Humanas – UFSC*, 5(8), 32-47.
- Cassano, F. A.; Camelo, D. H.; Padilha, F. P.; Pereira, M. M. & Prado, M. D. do. (2017). Política externa brasileira nos governos FHC, Lula e Dilma: efeitos na balança comercial e no Produto Interno Bruto brasileiro. *Brazilian Journal of International Relations*, 6(1), 61-89.
- Cepêda, V. A. (1998). *Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cervo, A. (2003). Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 46(1), 5-25.

Cervo, A. & Bueno, C. (2015). *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora UnB.

Ceppi, N. (2014). Las relaciones Bolivia-Brasil en el siglo XXI: Comercio energético y tensiones diplomáticas. *Brazilian Journal of International Relations*, 3(2), 258-283.

Contini, E. (2014) Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro – oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: Buainain, A. M. et al. (Ed.), *O mundo rural no Brasil do século XXI– a formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa/Unicamp/IICA, 147-174.

Cosiplan (2016). *Informe De La Cartera De Proyectos Del COSIPLAN*. Disponível em: <https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2016.html> [26 de junho de 2019]

Coutinho, M. C. (2013). Do capital financeiro de Hilferding. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, 35, 5-26.

Dominguez, J. (1978). Consensus and Divergence: The State of Literature on Inter-American Relations in the 1970s. *Latin American Research Review*, 13(1), 87-126.

Estay, J. (1996). *Pasado y presente de la deuda externa de américa latina*. Cidade do México: IIEC-Unam.

Fatorelli, M. L. (2012). *Caderno de estudos: a dívida pública em debate*. Brasília: Auditoria Cidadã da Dívida.

Ferreira, C. C. B. C. (2007) *O Tratado de Petrópolis e a Petrobrás: uma análise das relações Brasil-Bolívia à luz da teoria marxista da dependência*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FGV Think Agro (2015) *Sumário Executivo: Comércio internacional e o agronegócio brasileiro*. Disponível em: <http://gvagro.fgv.br/publicacoes> [18 de junho de 2019].

Fine, B. & Saad-Filho, A. (2018). *O Capital de Marx*. Lisboa: Editorial Presença.

Flynn, M. (2007) Between subimperialism and globalization: A case study in the internationalization of Brazilian capital. *Latin American Perspectives*, 34(6), 9-27.

Frank, A. G. (1966) The development of underdevelopment. *Monthly Review*, 18(4).

Frank, A. G. (1977). *Acumulação Mundial*. Rio de Janeiro: Zahar.

Furtado, C. (2000). *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. São Paulo: Paz e Terra.

Furtado, C. (1976). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional.

Furtado, C. (1961/2009). *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Giambiagi, F. (2011). Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC. In Giambiagi, F. et al. *Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Gudynas, E. (2008). As instituições financeiras e a integração na América do Sul'. In Verdum, R. (org.), *Financiamento e Megaprojetos: Uma interpretação da dinâmica regional sulamericana*. Brasília: Inesc, 21-47.

- Helleiner, E. (2006). Reinterpreting Bretton Woods: International Development and the Neglected Origins of Embedded Liberalism. *Development and Change*, 37(5), 943-967.
- Hettne, B. (1990). *Development Theory and the Three Worlds*. Nova Jersey: Wiley.
- Hilferding, R. (1981). *Finance Capital: A study of the latest phase of capitalist development*. Abingdon: Routledge.
- Honório, K. S. dos. (2013). *O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000- 2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas (UNESP-UNICAMP-PUC-SP).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. 2016. *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9180-pesquisa-mensal-de-emprego.html?=&t=series-historicas> [16 de maio de 2019]
- Inoue, C. & Vaz, A. (2012). Brazil as ‘Southern donor’: beyond hierarchy and national interests in development cooperation? *Cambridge Review of International Affairs*, 25 (4).
- IPEA (2016) *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011 – 2013*. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=28542&catid=394&Itemid=406 [29 de dezembro de 2017].
- Kay, C. (1991). Reflections on the Latin American Contribution to Development Theory. *Development and change*. SAGE: Londres, 22, 31-68.
- Leme, A. A. (2015). Desenvolvimento e dependência na interpretação sociológica de Fernando Henrique Cardoso. *Análise Social*, 216(3), 632-652.

Lênin, V. I. (1917). *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular.

Lima, L. B. de. (2010). Teorias do desenvolvimento e a cooperação internacional. *Universitas: Relações Internacionais*, 8 (1), 73-90.

Lima, M. R. S. de. (2005) A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 48(1), 24-59.

Loureiro, F. P. (2017). *Empresários, Trabalhadores e Grupos de Interesse: a Política Econômica nos Governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: UNESP.

Love, J. (1998). *A construção do Terceiro Mundo*. São Paulo: Paz e Terra.

Luce, M. S. (2018). *Teoria marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular.

Luce, M. S. (2007). *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Luce, M. S. (2011). *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini: contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Mandel, E. (1971). La Economía del Neocapitalismo. In *Ensayos sobre el Neocapitalismo*. México: Ediciones Era.

Mandel, E. (1993). *Late Capitalism*. Londres: Verso.

Maranhão, R. L. A. & Vieira Filho, J. E. R. (2017) *Inserção Internacional do Agronegócio Brasileiro*. Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8024/1/td_2318.pdf [23 de junho de 2019]

Marini, R. M. (1964). Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporâneo. *Foro Internacional*, 4. Cidade do México, 511-546.

Marini, R. M. (1965). Brazilian 'interdependence' and imperialist integration In *Monthly Review*, 17(7), 10-29.

Marini, R. M. (1977). La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos políticos*, 12(12).

Marini, R. M. (1981). La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. *Cuadernos de CELA*, 2.

Marini, R. M. (2011). Dialética da Dependência In Stedile, J. P. & Traspadini, R. (Orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular.

Marini, R. M. (2012). Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica In Ferreira, C., Osorio, J. & Luce, M. S. (Orgs.), *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo.

Marini, R. M. (2013). *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.

Martins, C. E. (2011). *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo.

Marx, K. (2013). *O Capital: Livro I*. São Paulo: Boitempo.

- Marx, K. & Engels, F. (2017). Manifesto Comunista In Marx, K.; Engels, F. e Lênin, V. *Manifesto Comunista e Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo.
- Mello, N. N. de. (2009). *Do Desenvolvimento Global ao Paradigma da Ordem e da Estabilidade: representações dos países pobres na teoria do desenvolvimento político norte-americana*. (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Milani, C. R. S. (2012). Aprendendo com a história: críticas à experiência da cooperação norte-sul e atuais desafios à cooperação sul-sul. *Caderno CRH*, 25 (65), 211-231.
- Miyamoto, S. & Gonçalves, W. S. (1995). A política externa brasileira e o regime militar. *Caderno Premissas*, 10, 5-59.
- Neiva Santos, R. M. (2009). *Petrobras en la política exterior del gobierno de Lula: una mirada desde la Economía Política Internacional*. (Dissertação de Mestrado). FLACSO-Universidad de Barcelona- Universidad de San Andrés, Buenos Aires.
- Netto, J. P. (1995). *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. São Paulo: Cortez
- Noonan, M. (2017). *Marxist theories of imperialism: a history*. London: I.B.Tauris.
- Oliveira, H. A. (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva.
- Osorio, J. (2008). *Explotación redoblada y actualidad de la revolución*. Cidade do México: Itaca/Unam.
- Osorio, J. (2009). Dependência e superexploração In Martins, C. E. & Valencia, A. S. (Orgs.), *A América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo.

- Osorio, J. (2012). Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica In Ferreira, C., Osorio, J. & Luce, M. S. (Orgs.), *Padrão de reprodução do capital: contribuições da Teoria Marxista da Dependência*. São Paulo: Boitempo.
- Ouriques, N. D. (2017). Por uma teoria marxista da dependência In Seabra, R. L. (Org.), *Dependência e Marxismo: contribuições ao debate crítico latino-americano*. Florianópolis: Insular.
- Palma, G. (1987). Dependencia y desarrollo: una visión crítica. In Seers, D. (org.), *La teoría de la dependencia: una evaluación crítica*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 21-30.
- Paulani, L. (2010). Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva de desenvolvimento In Oliveira, F., Braga, R. & Rizek, C. *Hegemonia às avessas*. São Paulo. Boitempo editorial.
- Paulani, L. (2016). Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política* 36 (3), 514-535.
- Pinto, S. R. (2012). O Pensamento Social e Político Latino-Americano: etapas de seu desenvolvimento. *Revista Sociedade e Estado*. 27(2), 337-359.
- Pochmann, M. (2001) *A década dos mitos: o novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Poulantzas, N. (1978). *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Prado Júnior, C. (2012). *História Econômica do Brasil*. 43 ed, São Paulo: Brasiliense.
- Prebisch, R. (1991). *Keynes: uma introdução*. São Paulo: Brasiliense.

Prebisch, R. (1962/2000). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais In Bielschowsky, R. (Org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volume I. Editora Record: Rio de Janeiro.

Prebisch, R. (1951/2000). Estudo Econômico da América Latina, 1949 In Bielschowsky, R. (Org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Volume I. Editora Record: Rio de Janeiro.

Rodriguez, O. (1981). *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Salgado, J. G. (2008). Las transferencias de excedente en el tiempo largo de la historia y en la época actual In *Crítica y teoría em el pensamiento social latino-americano*. Buenos Aires: Clacso.

Sallum Jr., B. (1999) O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social*, 11, 23-47.

Santos, T. dos. (1968). El nuevo carácter de la dependencia. In *Boletín del CESO*. Santiago de Chile.

Santos, T. dos. (1975). *Imperialismo e empresas multinacionais*. Coimbra: Centelha

Santos, T. dos. (2000). *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, T. dos. (2011a). *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.

Santos, T. dos. (2011b). A estrutura da dependência. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. 60(30), 5-18.

Silva, A. L. R. da. (2012) O Brasil diante da globalização: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). *Carta Internacional*, 7(1), 20-34.

Silva, A. L. R. da. (2009). *Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso*. Curitiba: Juruá.

Sonntag, H. R. (1989) *Duda/Certeza/Crisis, La Evolución de las Ciencias Sociales de América Latina*. Caracas: UNESCO - Editorial Nueva Sociedad.

Sunkel, O. (1977) The Development of Development Thinking. *The IDS Bulletin* 8(3), 6-12.

Valencia, A. S. (2005). *América Latina de crisis y paradigmas: la teoría de la dependencia en el siglo XXI*. México: Plaza y Valdés

Valencia, A. S. (2012). *Los rumbos del trabajo: superexplotación y precariedad social en el siglo XXI*. Cidade do México: UNAM.

Velho, O. G. (2009) *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.